



ADN

DA FRELIMO

PODER E DINHEIRO



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

JOÃO MOSCA

FICHA TÉCNICA:

Autor: João Mosca

Título: ADN DA FRELIMO: Poder e Dinheiro

Nº de Registo: 10970/RLINICC/2022

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Director: Edson Cortez

Centro de Integridade Pública (CIP)

Rua Fernão Melo e Castro nº 124,

Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo CP 3266

Email: cip@cipmoz.org

Tel: +258 21 49 99 16 | Fax: 258 21 49 99 17

Cel: +258 82 30 16 639 | +258 84 38 90 584





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

ADN DA FRELIMO

PODER E DINHEIRO

JOÃO MOSCA

JOÃO MOSCA

Natural da Beira, com infância e parte da juventude passada na Gorongosa, liceu (escola secundária) na Beira passando a viver em Lourenço Marques, depois Maputo. Esteve 20 anos no exterior em formação de doutoramento e posterior exercício profissional em universidades e centros de pesquisa.

Economista com doutoramento em economia agrária e sociologia rural na Universidade de Córdoba, Espanha (1994). Pós-doutoramento na área do desenvolvimento regional (1998) e Provas de Agregação (2001) na Universidade de Lisboa. Professor Catedrático desde 2005. Regressou a Moçambique em 2008.

Entre 1976 e 1987 exerceu funções de direcção e técnicas em organismos centrais e locais do Ministério da Agricultura moçambicano e em empresas estatais. É docente e investigador desde 1987 nas áreas da sua formação.

Possui perto de 200 trabalhos publicados em Moçambique, Espanha, Portugal, França, Brasil, Alemanha, Itália e Angola, entre livros, artigos em revistas científicas, capítulos de livros, revistas e jornais de opinião. Possui 32 livros publicados a “solo”, como coordenador de edição ou como co-autor.

Actualmente apenas faz pesquisa, sendo Director Executivo do Observatório do Meio Rural.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO.....	8
-----------------	---

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO DE FACTOS E EPISÓDIOS HISTÓRICOS.....	11
1. ENTRE 1962 E 1975.....	11
1.1 A formação da Frelimo.....	11
1.2 Os primeiros anos da Frelimo.....	13
1.3 O II Congresso da Frelimo.....	16
1.4 Entre o II Congresso e 1975 (independência nacional).....	18
2. PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	22
2.1 Do Governo de Transição (20 de Setembro de 1974) ao III Congresso (Fevereiro de 1977).....	22
2.2 Do III Congresso à liberalização da economia (1987).....	30
2.3 O século XXI.....	52

CAPÍTULO 3

IDEOLOGIAS, RACISMO, TRIBALISMO E RELAÇÕES EXTERNAS.....	60
1. INTRODUÇÃO: CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS E ECONÓMICAS DA FRELIMO.....	60
2. RACISMO E TRIBALISMO.....	64
3. IDEOLOGIAS E ALIANÇAS EXTERNAS.....	69

CAPÍTULO 4

MÉTODOS REPRESSIVOS VIOLENTOS.....	74
1. INTRODUÇÃO.....	74
2. ASSASSINATOS E DESAPARECIMENTOS.....	75
3. FUZILAMENTOS.....	89
4. LEI DA CHICOTADA.....	91
5. RAPTOS.....	92
6. RESUMO.....	93

CAPÍTULO 5

CENTROS/CAMPOS DE REEDUCAÇÃO.....	96
1. O DISCURSO OFICIAL.....	96
2. A PRÁTICA DE IMPLEMENTAÇÃO.....	97
3. A VIDA NOS CENTROS DE REEDUCAÇÃO.....	99
4. RESUMO.....	101

CAPÍTULO 6

RESUMO.....	103
-------------	-----

PREFÁCIO

Edson Cortez

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, a história da caça sempre glorificará o caçador.”

Proverbio africano

A história de Moçambique pós-independência sempre apresentou os vencedores como heroís puros e imaculados. Porque essa história sempre foi contada por eles, os vencedores.

O livro que o leitor tem em mãos, constitui uma oportunidade para que possa compreender que todas as histórias podem ter diferentes versões, dependendo da perspectiva dos actores, o conhecimento mais ou menos profundo sobre determinados factos narrados ou escritos, a familiaridade com os assuntos narrados, tudo isso pode influenciar a compreensão e o rumo da história que se pretende contar.

Os vencedores, tendencialmente tem uma versão da história que procura sempre vanglorizar os seus feitos, mostrar a sua heroicidade perante os factos narrados e omitir deliberadamente ou por conveniência factos menos abonatórios.

Ao ler este livro, parafraseando o provérbio acima mencionado, o leitor terá a oportunidade de conhecer a outra versão, a dos “leões”, que nunca puderam contar o que viram, sabem ou viveram, durante o período coberto pela análise deste livro.

O “ADN da Frelimo: Dinheiro e Poder”, procura apresentar uma outra face da história desde os tempos da Frente de Libertação Nacional até os dias da actualidade em que se tornou partido dominante, num sistema multipartidário frágil e cheio de resquícios do período de monopartidarismo.

O leitor esta convidado a mergulhar numa viagem que irá apresenta-lo uma versão que convenientemente não interessa que seja do domínio público, tanto para os actuais, como também para os antigos detentores do poder. Não interessa, porque este livro documenta a face menos atraente da Frelimo, sistematizando acontecimentos, factos e evidências que são do conhecimento dos moçambicanos e que fazem parte da nossa história.

O livro apresenta ao longo dos seus capitulos e de forma sucinta, a génese da Frelimo, as lutas etnico-tribais pelo controlo do movimento, as disputas para escolha da ideologia dominante dentro do movimento e como essas tensões e a necessidade de impor a força as ideologias das elites vencedoras dentro do partido, em determinados momentos resvalaram para situações de intolerância, através do uso de meios repressivos tais como os fuzilamentos públicos, assassinatos ou desaparecimento físico de figuras políticas incomodas as elites de então.

O autor mostra que a génese da Frelimo contribui para moldar a forma de actuação no pós-independência, e o rumo que o país tomou, nada mais é do que, o reflexo da intolerância e

aversão à crítica, que já era a nota dominante no período da luta armada. E muita das práticas de repressão que caracterizaram este movimento no período da luta de libertação nacional, continuam a ser reproduzidas na actualidade, sempre que as elites sentem os seus interesses ameaçados.

Os argumentos apresentados neste livro demonstram que a Frelimo é uma organização política sem ideologia, extremamente habilidosa no discurso e que os seus membros procuram a todo custo controlar o partido, de modo a controlar o Estado e possibilitar acumulação de capital que de outra forma não seria possível.

Boa leitura

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O poder conquista-se e defende-se, em muitos casos, por métodos violentos e formas de gestão, que utilizam a propaganda política e de outras naturezas. Em democracia ou em outros regimes políticos e de Estado, os partidos no poder procuram tornar-se dominantes e hegemónicos, como forma de mais eficazmente implementarem os seus programas políticos, económicos e sociais. O populismo, o autoritarismo e o desenvolvimento dos sistemas ideológicos e repressivos, constituem alicerces fundamentais da sustentação em regimes autoritários ou de democracia autoritária (presença prolongada e maioritária de um partido no poder).

Os partidos políticos exercem o poder principalmente através do Estado e da captação de apoios (bases) sociais. Para isso, necessitam dominar e colocar as burocracias ao serviço dos programas partidários. Transforma-se o Estado e os servidores dos cidadãos (funcionários públicos), em aparelhos de implementação de programas não necessariamente representativos de todos ou mesmo da maioria dos cidadãos. Isso acontece, inclusivamente, nas democracias mais avançadas. A diferença fundamental da qualidade das democracias, reside no nível da consciência, de organização e da capacidade reivindicativa, tanto para os assuntos transversais da sociedade, como para os específicos das segmentações políticas e profissionais ou de classe. O desenvolvimento das sociedades, implica uma crescente estratificação socioprofissional, religiosa, étnica, regional e de nacionalidades, cujos interesses só podem ser representados e reivindicados através de formas de organização específicas, como partidos políticos, sindicatos, organizações da sociedade civil e organizações de cariz semi-secreto. Em democracias menos desenvolvidas, o pilar da sociedade civil é débil o que, juntamente com o monopólio prolongado do poder, pode conduzir a sistemas autoritários e até cleptocráticos e neopatrimonialistas.

Em África e em particular nos países que alcançaram as independências através de lutas armadas, os movimentos de libertação transformaram-se em partidos políticos que permanecem no poder durante décadas. Para além da afirmação enquanto Estados, de identidades culturais diversas e de governos nacionais, existiu maior acesso à educação e saúde, maiores liberdades dos cidadãos e afirmação de identidades culturais. Porém, na maioria dos casos, as independências não se traduziram em estabilidade política e militar, em alterações significativas nos níveis de vida e da pobreza, e o poder é sustentado por sistemas securitários e repressivos violentos, populismo e manipulação da informação.

Moçambique enquadra-se nos casos dos países referenciados no parágrafo anterior. O estudo pretende compreender as continuidades e descontinuidades de opções políticas e económicas da Frelimo, as formas de conquista e defesa do poder, a captura das instituições do Estado de Direito, tornando-as plataformas de negócio das elites, de distribuição de recursos e privilégios, instrumento de defesa e reprodução do poder. Pretende-se estudar a formação da Frelimo e as principais mudanças e conflitos internos, os desafios ao longo de 60 anos, as grandes opções, sucessivamente com discursos nacionalistas, socializante e reformistas a caminho da liberalização e democracia que se tornou em capitalismo selvagem com predomínio do saque. Abordam-se as razões do envolvimento de Moçambique nas lutas no

Zimbabué e na África do Sul, a guerra civil, os conflitos pós-eleitorais e a guerra de Cabo Delgado. As transições económicas do colonialismo para a fase da narrativa socialista e para a economia de mercado e Estado aparentemente liberal. Os métodos de conquista e defesa do poder com autoritarismo, repressão e violência, a supressão do indivíduo em nome do suposto colectivo (de minorias), os campos de “reeducação”, os fuzilamentos, desaparecimentos e espancamentos de opositores, a mentira como método de gestão política e governativa e de propaganda, a corrupção e a captura do Estado por interesses de indivíduos e grupos de famílias e de burocratas. É importante conhecer os mecanismos e artifícios de mobilização e de propaganda política em contexto do populismo político e Estado autoritário, incluindo a mentira, o desaparecimento de pessoas e pactos de silêncio e de compromissos materiais.¹

A primeira hipótese do trabalho é o da verificação se tudo o que aconteceu e acontece, conforme a Frelimo reivindica, resulta, das características fundacionais, génese e da evolução da Frelimo e que todos os meios são utilizados para a preservação do poder. Procura-se demonstrar que a compreensão de qualquer fenómeno político, opções económicas e métodos de governação em Moçambique, deve possuir no esquema de análise dois pilares, sem os quais dificilmente se chega a conclusões coerentes e consistentes: o poder e os negócios (sobretudo depois de princípios da década de 1990), que se reforçam mutuamente.

A segunda hipótese é o de certificar-se se a Frelimo, enquanto instituição política teve ou tem alguma ideologia consolidada, coerente e continuada no tempo, suportada pela maioria dos militantes.

Considerando os objectivos, este trabalho possui um enfoque crítico e refere-se aos casos, a opções políticas e ideológicas e a formas de direcção e gestão do poder e das burocracias que fundamentam a hipótese do trabalho. Isso significa que o autor, mesmo que tendo tido uma participação activa no pós-independência, enquanto dirigente de empresas estatais e do Aparelho de Estado, entre 1976 e 1986/87 (deixando então de ser militante do partido), assume essa fase como de voluntariosa, de boa vontade e idealista acreditando, ingenuamente, nos discursos e ideologia propagandeada. Da experiência e vivência e, posteriormente, enquanto académico, tomou consciência fundamentada e sistematizada sobre a Frelimo, as ideologias, suas formas e métodos de actuação, os poderes e contradições internas, as fundamentações das opções políticas e económicas na governação e acerca das relações externas.

Este trabalho tem como objectivo final, analisar aspectos evolutivos que caracterizam a Frelimo e os seus fundamentos políticos e ideológicos e respectivas consequências para o país e para os moçambicanos. O título *ADN Frelimo: Power and Money*, sintetizam as bases que sustentam e reforçam as características de continuidade desde a fundação da Frente de Libertação de Moçambique.

Além da introdução, o livro possui seis capítulos. No segundo, faz-se uma retrospectiva analítica/descritiva (desde a formação de Frelimo em 1962 até 2021) dos aspectos essenciais que fundamentam as hipóteses de trabalho. Os capítulos seguintes aprofundam três aspectos fundamentais: as questões ideológicas da Frelimo e da governação com o título Ideologias, racismo, tribalismo e relações externas; o capítulo 4 tem o título de métodos repressivos violentos, onde se apresentam factos e episódios relacionados com assassinatos e desaparecimentos de pessoas, fuzilamentos, lei da chicotada e raptos; No capítulo 5 dedica-se aos campos/”centros” de reeducação. Finalmente, faz-se um resumo onde se ressaltam as características principais da Frelimo enquanto frente de libertação e partido político

¹ O padre Filipe Couto, um antigo militante da Frelimo, afirmou que a história de Moçambique ensinada nas escolas está cheia de mentiras. Entrevista ao jornal Canal de Moçambique de 21 de Julho de 2021 e afirma: “A história da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e dos pais (aquela que nos é imposta nos manuais de ensino) está mal contada, com muitas mentiras à mistura, já não é novidade, já não surpreende ninguém”.

único e dominante, e enquanto responsável pelas opções fundamentais da governação e, posteriormente, em contexto de regime multipartidário.

Para a elaboração deste trabalho, foram realizadas entrevistas e consultada bibliografia. O autor procurou que as suas vivências e conhecimento não inquinassem, de algum modo, os conteúdos, considerando que, finalmente, este livro pretende ressaltar o que não é referido pela história contada/escrita pelos vencedores e para que as futuras gerações reflectam acerca do que se deve evitar no futuro.

O autor está ciente que muitos procurarão, com argumentos diversos, descredibilizar o conteúdo ou partes dele. Pela natureza sensível de muitos dos assuntos referidos no texto, o autor procurou, sempre que possível, colocar diferentes versões e percepções de pessoas directamente ou indirectamente relacionados com os factos fazendo o mesmo quando a base documental utilizado também não é consensual.

O autor procura articular diferentes aspectos da história da Frelimo e de Moçambique, regra geral conhecida e documentada em fragmentos, de modo a fundamentar o objectivo do livro: os aspectos referidos e não reconhecidos (escondidos) pelo regime, fazem parte de um todo de opções e práticas não isoladas, de um *modos vivendi e operandi*, que tem como objectivos centrais, os mencionados acima.

Existem alguns factos que são referidos de forma semelhante em mais que uma ocasião ao longo do texto. Essa constatação, deve-se à necessidade de enquadramento/fundamentação de alguns episódios apresentados mais que uma vez, mesmo que em diferentes contextos e abordagens.

Este livro não é de natureza académica.

O autor sabe e conhece militantes que merecem o maior dos respetos e admiração, não somente pelos contributos às causas do país e dos moçambicanos, como pelas suas posturas de seriedade, honestidade, ética e coerência. Mas não são muitos casos, infelizmente!

Finalmente, o autor pretende contribuir para uma análise serena da evolução da história recente do país, para que, cada vez mais, textos não escritos pelos vencedores contribuam para a formação das novas gerações. As expectativas não incluem, infelizmente, a possibilidade da Frelimo, como instituição partidária com fortes responsabilidades, possa, um dia, pedir perdão aos moçambicanos e ao país, particularmente àqueles que tomaram pela pátria, acusados liminarmente de exploradores, traidores, reaccionários e agentes do inimigo. Àqueles a quem a mentira e a manipulação da propaganda, suportou opções marcantes para todas as suas vidas. Ao povo em geral que vive na pobreza, que poderia ser minimizada se não houvesse tanta corrupção, roubo e mordomias autoatribuídas. Finalmente, o país imerso em conflitos violentos e sociais, onde o tribalismo e o racismo são fomentados na prática, a imagem de um país dos mais pobres do mundo, em estado de incumprimento das dívidas, de financiador do terrorismo mundial. E uma comunidade internacional que por detrás dos discursos e da cooperação e ajuda humanitária, impõe políticas económicas e públicas, exige condições extraordinárias na mobilidade do capital externo e de operação das multinacionais, facilitando o saque dos recursos naturais.

Pedir perdão não é uma traição ou vergonha. É, sim, um acto de valentia, humildade e de honra. Será contra a natureza da Frelimo? O padre Filipe Couto¹, diz: “um país como Moçambique tem dignidade, se todos aqueles que morreram na calúnia, embora trabalharam, também forem reabilitados (...) muita mentira, muita corrupção, muita injustiça, terá que ser aberta”.

¹ Idem, Ibidem.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO DE FACTOS E EPISÓDIOS HISTÓRICOS

O presente capítulo pretende apresentar factos/episódios ao longo da história da Frelimo, desde a sua fundação. A partir destas realidades, o autor procura estabelecer as coerências e incoerências com a identificação de características de identidade da organização.

Em função dos objectivos do trabalho, foi definida a seguinte periodização: O ponto 1 inclui os períodos entre 1962 e 1975, onde se inclui a formação da Frelimo, os primeiros anos da Frelimo até ao II Congresso (1968) e, entre 1968 e a independência. No ponto 2, entre a independência e finais do século XX, analisam-se os seguintes aspectos/subperíodos: o III Congresso e a reestruturação da economia no que o autor designa por “experiência socialista”, as relações com as igrejas e as autoridades locais/”tradicionais”, a guerra civil e as reformas económicas e a crise política, económica e social. Finalmente, no ponto 3. Analisam-se o período a partir de princípios do século XXI.

A relação entre os períodos e os factos e episódios não é rígida. Existem realidades (factos/episódios) que aconteceram ao longo de mais de um período; nestes casos, procurou-se colocar a escrita no período de maior incidência/importância dos factos e conforme os objectivos do trabalho. Periodização.

1. ENTRE 1962 E 1975

1.1 A formação da Frelimo

Não existe consenso sobre a data, local e fundadores da Frelimo. Fala-se da fundação em Acra, Gana, no dia 2 de Fevereiro de 1962, com a assinatura dos documentos originais (uma Declaração) com as assinaturas de Mathews Mole e Lourenço Milinga pela Manu e Holomulo Guambe (em alguns texto consta Gwambe) e Calumo Narayele pela Udenamo.¹ Na realidade, em Acra, os dois movimentos - Udenamo² e Manu³) decidem criar a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Em 25 de Junho, acontece o I Congresso da Frelimo onde foram eleitos/nomeados os órgãos do movimento de libertação. Esta parece ser a versão certa e, se assim é, na realidade, a Frelimo foi criada em Acra e iniciada a sua constituição institucional em Dar-es-Salam. Adelino Segundo Manuel Guidion Mahluza Guambe é o primeiro moçambicano a falar publicamente do nascimento da Frelimo. Diz-se que foi Mahluza, em Acra, que sugeriu o nome de Frente de Libertação de Moçambique como opção de uma outra proposta, de Fredemo (Frente Democrática de Moçambique) e que foi apoiada por Marcelino dos Santos por “soar” melhor. Seria uma questão de “som” ou alguma questão política e ideológica com a palavra/conceito de democracia?

1 https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/10/sobre-a-funda%C3%A7%C3%A3o-da-Frelimo-em-acra-ghana2.html.

2 Teve a sua origem na Rodésia do Sul e era apoiado por Joshua Nkomo, Presidente da ZAPU - Zimbabwe African People's Union.

3 Manu (União Nacional Africana de Moçambique, criada em 1961, na Tanzânia). Existia ainda, como um dos três movimentos de libertação antes da Frelimo, a Unami (União Nacional Africana de Moçambique Independente), também surgida em 1961, no Malawi, por Baltasar Chagonga.

Feliciano Gundana, um dos fundadores da Frelimo e que esteve em Acra (juntamente com Marcelino dos Santos e Pascoal Mocumbi), refere numa entrevista ao jornal “O País”¹: “A Frelimo não foi constituída em Acra. A Frelimo foi constituída em Dar-es-Salaam, entretanto, antes do 25 de Junho de 1962, teve lugar em Acra uma conferência dos combatentes da liberdade, e os membros da Udenamo foram convidados, Frelimo nomeadamente, Adelino Guambe. Nessa altura, já decorria o trabalho de preparação da própria conferência constituinte da Frelimo, e, por outro lado, aqueles que foram para a Acra já tinham participado nessas reuniões, portanto, a conferência constituinte teve lugar após o regresso desses membros. Estas afirmações omitem a assinatura de uma declaração de constituição da Frelimo, em Acra, assinada pela Udenamo e a Manu. Membros da futura ala vencedora no I Congresso FRELIMO (nomeadamente Marcelino dos Santos e Feliciano Gundana) estiveram presentes no encontro.

O entrevistador insiste: “Mas foi em Acra onde se criou o nome Frelimo.”, e Gundana responde: “A ideia foi criada em Dar-es-Salaam, porque é onde havia a maioria dos membros; onde as discussões da unificação dos movimentos tiveram lugar. Quando foram a Acra não era para criarem a Frelimo, era para participarem na conferência dos combatentes. Por isso, a Frelimo é criada no dia 25 de Junho de 1962, numa conferência constituinte...”. Por diferentes razões, seria muito difícil que Gundana referisse Acra como eventual local de constituição da Frelimo, nomeadamente porque se pretendia que a Tanzânia, fosse o local de acolhimento da Frelimo (veja mais adiante).

Porém, outra versão é referida num comentário de Jaime Khamba²: “Por favor moçambicanos, o dia 25 de Junho não foi o dia em que a Frelimo foi fundada. O dia 25 de Junho de 1962 foi o dia de eleições da Frelimo e não da fundação da Frelimo. Surpreenderemos os senhores que insistem naquela data como a data da fundação da Frelimo um dia quando vos apresentaremos os documentos originais e as assinaturas das pessoas que os assinaram em Acra, Gana, no dia 2 de Fevereiro de 1962. Mais uma vez: notem que o 25 de Junho de 1962 foi o dia da eleição na Frelimo”.

As reivindicações sobre local e data, são politizadas e instrumentalizadas: por um lado, pretende-se, eventualmente, evitar figuras fundamentais do início dos movimentos e do pensamento e sentimento independentista, atribuindo/monopolizando, deste modo, aos “vencedores” de 25 de Junho e, por outro lado, o acoplamento à imagem da então Tanzânia e de Julius Nyerere como país moderado e “socialista” (“africano”), o que permitiria uma certa identidade com os fundadores com formação de esquerda na Europa. Finalmente, e muito importante, o facto da Tanzânia ser um país com fronteira com Moçambique facilitava a logística e retaguarda da guerra. Inversamente, em relação tanto a Nkomo³ como a Nkrumah, que apoiaram a Udenamo, nem sempre houve bons entendimentos, porventura por razões ideológicas e de estratégias para alcançar a independência, privilegiando o diálogo e a negociação, sendo, a guerra, somente um meio de pressão.

1 Suplemento Especial-50 anos-Frelimo, do Jornal “O País» (2012), em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/05/segundo-congresso-da-Frelimo.html.

2 Comentários colocados por Jaime Khamba em http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/10/sobre-a-funda%C3%A7%C3%A3o-da-Frelimo-em-accra-ghana.html. Poderá ver fotocópias e respectivas assinaturas da Declaração de formação da Frelimo em Acra, em, https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/11/sobre-a-funda%C3%A7%C3%A3o-da-Frelimo-em-accra-ghana3.html

3 A Frelimo, mesmo após a independência, não manteve relações próximas com a ZAPU e com Nkomo, dando preferência total à ZANU de Robert Mugabe. Este, viveu em Moçambique até à independência do Zimbabwe e Moçambique acolhia e apoiava os campos de treino da ZAPU.

O discurso em que Mondlane é apresentado como o “arquitecto da unidade” não é totalmente certo. A escolha de Mondlane nunca teve o consenso. Foi nomeado por ser, até então, “externo” às disputas entre vários membros dos três movimentos de libertação e considerando a sua formação. O facto de ser casado com uma branca, era um factor de desconfiança. Este primeiro aspecto de Unidade e “desunidade” vem a confirmar-se nas votações do II Congresso, onde Uria Simango, também candidato, perdeu por 3 votos para Mondlane. Outros acontecimentos descritos ao longo do texto revelam as mesmas dúvidas quanto ao papel de Mondlane enquanto o “arquitecto da unidade”. O discurso oficial apresenta os dissidentes ou militantes que questionavam Mondlane como “inimigos internos infiltrados” (agentes do inimigo), ambiciosos.

As diferenças de datas e locais estendem-se ao início da luta de libertação (“o primeiro tiro”): “Apesar de em 1983, o Sistema Nacional da Educação (SNE) instruir os professores de que a data de 25 de Setembro marcou o início da luta armada em Cabo Delgado e Niassa”, ou mesmo constar que na “mesma data, outro grupo da Frelimo atacou um barco militar no lago Niassa” (Costa & Siteo, 1995, p. 62), as menções referentes ao Niassa acabam por ser solapadas pela narrativa na qual Chai (ou Mueda), figura como o lugar do início da luta armada em Moçambique. Decerto ficou autorizado que constasse que “em 25 de Setembro de 1964 teve início a Luta Armada de Libertação Nacional, na região de Chai, na Província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique” (Costa & Siteo, 1995, p. 60).¹

O General Bonifácio Gruveta, igualmente afirmou: ““Não acredito mesmo onde quer que seja, que a luta de libertação nacional tenha iniciado em Cabo Delgado” - disse o General, para depois soltar um riso e sustentar esta sua afirmação alegando que “para o vosso conhecimento, a guerra teve início no dia 24 de Setembro e nada disso que vocês andam a ouvir”.²

1.2 Os primeiros anos da Frelimo

Diz-se que a clarificação da “linha política da Frelimo” aconteceu no II Congresso da Frelimo. Ou, que foi no II Congresso, quando uma determinada opção (grupo de militantes) conseguiu derrotar os “reaccionários”. Entre os dois primeiros congressos, a “vida” no Comité Central (CC) foi “difícil”. Assim revela o relatório do CC ao segundo Congresso³: “Um dos factores mais importantes nas dificuldades que se seguiram à formação da Frelimo, especialmente depois do primeiro Congresso, foi a falta de experiência da maioria dos membros do Comité Central da Frelimo, mais o facto de que todos eles vinham de partidos diferentes, com preparações intelectuais diversas e, possivelmente, linhas políticas diferentes. Por isso, não foi muito fácil manter o corpo directório, eleito pelo Congresso, unido por muito tempo.

Depois de alguns minutos da última sessão solene do Congresso, enquanto o Presidente da nova organização ia da sala do Congresso para o aeroporto, regressando para os Estados Unidos onde ia completar o seu trabalho como professor, alguns membros do Comité Central, começaram manobras para expulsar do corpo directório certos indivíduos. Desde esse dia, até ao fim do ano de 1962, o corpo executivo central da Frelimo não conheceu paz nenhuma. Facções opostas umas às outras desenvolveram-se dentro do corpo central: um grupo, dirigido pelo Secretario Geral da Frelimo, David Mabunda, decidiu impedir a participação no trabalho de um outro grupo de membros do mesmo corpo central.

1 Em Milton Marcial Meque Correia (2019). História e textualização: a historiografia da frente do Niassa (moçambique)1964-1974. <https://www.scielo.br/pdf/rh/n178/2316-9141-rh-178-a09417.pdf>.

2 https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/09/general-gruveta-confessa-e-duvida-chipande.html

3 <http://psimg.jstor.org/fsi/img/pdf/t0/10.5555/al.sff.document.chilco159.pdf>

O resultado foi a expulsão do Comité Central do Secretário-Geral, tendo finalmente que sair de Tanganyika, acompanhado de um punhado de elementos dissidentes, seus aliados e amigos, tais como o Paulo Gumane e Joao Munguambe, o último dos quais, mais tarde, foi persuadido a regressar. Face a essa situação triste, o Presidente da Frelimo foi forçado a, prematuramente, terminar o seu contrato com a universidade onde ensinava e voltar para a África Oriental, para participar na solução dos problemas que tinham surgido.

Depois da expulsão do Secretário-Geral e seus aliados, outros problemas surgiram ainda. O tesoureiro da nova organização, Mateus Mole e um dos seus antigos companheiros na Manu, Milinga Malinga, ambos nascidos e crescidos em Tanganyika, decidiram fazer da Frelimo um meio de ganhar a sua vida e de enriquecer à custa da luta de libertação nacional. Quando o resto dos membros do Comité Central se apercebeu disso, resolveram discipliná-los¹, e, como não aceitassem a disciplina, foi necessário pô-los fora da estrutura central do movimento.

Mais tarde, estes e alguns outros seus amigos, desapareceram da Frelimo, tendo-se integrado completamente na vida do país em que nasceram e cresceram. Preocupados pela impressão de divisão que a saída do Secretário-Geral da Frelimo e dos demais membros do Comité Central dava ao mundo, o Comité Central decidiu enviar o Presidente da organização ao Cairo, onde, alguns deles, se encontravam refugiados, para tentar persuadi-los a regressar para o seio do partido.² O Presidente foi ao Cairo e, depois de vários esforços para os convencer da necessidade de reconciliação, conseguiu obter uma promessa de que eles todos regressariam a Dar-es-Salaam logo que se conseguisse uma permissão especial do governo tanganhicano, que os tinha expulsado. Também se comprometeram em não estabelecer uma outra organização política, enquanto se negociasse a reconciliação entre eles e o Comité Central da Frelimo.

Em menos de dez dias do último encontro com os líderes do grupo, o Mabunda e os seus companheiros anunciaram à imprensa mundial que tinham feito reviver a Udenamo, uma das três organizações políticas das quais originara a Frente de Libertação de Moçambique e acusaram o resto dos líderes da Frelimo de todo o tipo de crimes que puderam imaginar. Mais tarde, os mesmos indivíduos, aproveitando-se das divisões constantes entre países independentes da África e de outros continentes, aboliram a Udenamo e formaram a Funipamo, depois de um ano, os mesmos indivíduos aboliram esta e formaram a Coremo (Comité Revolucionário de Moçambique), depois de se terem fundido com um outro grupo chamado Moreco que se tinha formado no ano anterior.

Mais tarde, ainda os mesmos vagabundos, formaram uma outra organização chamada Unar (União Nacional Africana da Rumbezia, pondo a Sumane, vice-presidente do Coremo como presidente), com o propósito de desarmar o Exército da Frelimo para depois, alega um dos seus panfletos, pacificamente negociar a independência da parte de Moçambique que se encontra entre os rios Rovuma e Zambeze. Entretanto os primeiros líderes destes grupos divisionistas cansaram-se das brincadeiras e decidiram safar-se por algum tempo deste tipo de política. Foi o caso do Adelino Guambe, que por muito tempo foi o inventor de novos nomes para o mesmo tipo de organizações”.

Ainda no relatório do CC ao II Congresso, refere-se que a OUA (Organização da Unidade Africana, actualmente União Africana), reconheceu a Frelimo como o único movimento representante de Moçambique e que “verdadeiramente representa os interesses e as aspirações do povo moçambicano e devido ao facto do próprio povo, que não se deixa facilmente enganar pelas manobras do inimigo”.

1 Não está referido como os tentaram “disciplinar”.

2 Partido e não frente de libertação?

“O inimigo, de vez em quando, tenta criar confusão entre as massas e países independentes, lançando nomes de organizações dirigidas por fantoches sem escrúpulos, que não representam nada mais do que as suas próprias barrigas. Cada ano, nas reuniões do Comité de Libertação e dos Chefes de Estado da OUA, o inimigo tenta lançar nomes de novas organizações políticas moçambicanas, insistindo que sejam reconhecidos e dados auxílio também. Mesmo agora que o Comité de Libertação se reúne em Argel, estou convencido que, o inimigo mandou para lá alguns dos seus fantoches para tentar multiplicar o número de movimentos que a OUA deve suportar em Moçambique, com o propósito de diluir o valor material e moral do auxílio dos países independentes da África”.

Foi neste período (entre os dois primeiros congressos), em que Nkavandame reivindicava a independência parcial de Cabo Delgado e que Filipe Samuel Magaia é morto em circunstâncias estranhas em Niassa pelo “camarada” Lourenço Matola quando regressavam à Tanzânia depois de uma missão em Niassa.¹ Entre os dois congressos iniciou-se a luta de libertação nacional, onde militantes foram treinados em vários países, nomeadamente Argélia, Marrocos, URSS e China. O primeiro grupo de guerrilheiros foi treinado na Argélia e integravam esse grupo Filipe Samuel Magaia, Samora Machel, Zeca Caliate, entre outros futuros dirigentes. Foi nesse período que se iniciou a luta armada em Cabo Delgado e Niassa. Teve ainda início a “frente” da Zambézia, mas foi suspensa/adiada/cancelada, principalmente por duas razões: (1) fraco apoio ou não apoio do Governo do Malawi como país de trânsito dos guerrilheiros; e, (2) resistência da população zambeziana (sobretudo na fronteira com o Malawi). Entre os dois congressos, constituiu-se o Instituto Moçambicano, espaço de debates e onde se reflectiam importantes pontos de vista diferentes entre os militantes dirigentes da Frelimo (veja na secção racismo). Organizaram-se os campos de treino miliar especialmente os de Nachingwea, Kongwa e Bagamoyo.

Por outro lado, existiu aumento da imigração portuguesa em Moçambique. Militares do exército colonial eram incentivados a permanecer em Moçambique após terminar o serviço militar. A estes, eram concedidas facilidades de abertura de negócios. Implantaram-se mais colonatos agrícolas em vários pontos estratégicos, como forma de travar o alargamento da guerra (Montepuez em Cabo Delgado, Matama em Niassa, Canda na Gorongosa, Sofala, etc.). Muito investimento em infra-estruturas foi iniciado e concluído em obras públicas estruturantes e que articulam o território, destacando-se a construção da barragem de Cahora Bassa, a Estrada Sul-Norte (EN nº 1), que chegou à vila se do distrito da Gorongosa (Vila Paiva de Andrade), quando se deu o golpe militar em Portugal.

A indústria de transformação teve um crescimento acelerado, sobretudo a indústria alimentar, como resposta à demanda de bens de consumo introduzidos ou aumentados rapidamente pelo crescimento da comunidade colona com novos hábitos alimentares, a indústria de construção devido aos investimentos públicos em infra-estruturas e na construção imobiliária devido ao crescimento da população colona nas cidades.

Como consequência, a economia, durante a década dos anos 70, cresceu, em média, cerca de 7% por ano.

¹ “Relatórios da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) apontam-no como a pessoa que atirou contra Filipe Magaia obedecendo a uma “ordem não especificada numa altura em que a liderança de Mondlane era posta em causa”, o que é corroborado com o relatório da polícia Tanzaniana (não vou entrar em detalhes), que o encarcerou na prisão durante 5 anos sem julgamento, findos os quais recebeu ordem de expulsão e refugiou-se no Quênia onde veio a morrer atropelado em 1989”. Em <https://ambicanos.blogspot.com/2017/07/lourenco-matola-o-homem-que-atirou.html>.

1.3 O II Congresso da Frelimo

O II Congresso realizou-se na província de Niassa, em Machedje de 20 a 25 e Julho de 1968. Houve disputas internas na decisão sobre o local de realização. Um grupo, sobretudo de macondes, chefiado por Nkavandame (Secretário Provincial da Frelimo para a província de Cabo Delgado), pretendia que se realizasse na Tanzânia. Pairava a crise interna conhecida como enfrentando os “políticos”, (machersmanes¹) e os militares. Estes, forçariam que o Congresso se realizasse no interior de Moçambique. A escolha recaiu sobre a província de Niassa, como uma forma de demonstrar que a guerra já se tinha alargado a outras províncias e não estava circunscrita à zona norte de Cabo Delgado², evitando-se, simultaneamente, manifestações dos apoiantes de Nkavandame e Simango e, com isso, o reforço da ala “reaccionária”. Acrescenta-se ainda que a guerra era pouco intensa em Niassa, fazendo os portugueses desconfiar que o Congresso fosse em Cabo Delgado, onde existia as primeiras zonas libertadas. O Congresso aconteceu havendo de imediato conhecimento do exército português e um ataque aéreo. A versão oficial refere que o bombardeamento foi após o fim do Congresso. Outras versões indicam ter sido no último dia do Congresso ou imediatamente após a finalização deste.

O II Congresso é considerado pela Frelimo, como o Congresso da vitória. Segundo Filipe Nyusi, o “II Congresso da Frelimo deve constituir-se como um compromisso agregador de diferentes gerações e aglutinador de um ideal de unidade nacional ao serviço do desenvolvimento da pátria, (...) os ideais defendidos há 50 anos pelos jovens que lutaram pela independência de Moçambique permanecem actuais e devem nortear as novas gerações na busca de soluções para os desafios actuais do país, (...) Frelimo manifesta a sua confiança na mentalidade de prosseguir na materialização dos ideais defendidos há 50 anos nesse importante evento político”, acrescentou o chefe de Estado moçambicano, observando que o congresso serviu para eliminar contradições internas da frente de libertação”.³

Segundo Gundana, “Durante a preparação do Congresso, houve grupos que se recusaram a ir ao Congresso, porque queriam que o mesmo se fizesse em Cabo Delgado, e há outros que, mesmo depois de se realizar o congresso, não aceitaram acatar as decisões. Mas o congresso teve representação de todo o país, todos os quadros estavam lá, não só nacionais, mas também convidados estrangeiros. O congresso tomou decisões importantes, como desenvolvimento das zonas libertadas; a guerra prolongada, pois alguns pensavam que se podiam concentrar as forças na província de Cabo Delgado, que já tínhamos zonas libertadas, proclamar a independência e, a partir dali, apoiar os outros. Essas ideias saíam derrotadas e prevaleceram os seguintes objectivos: prosseguir uma guerra prolongada; consolidar a unidade e o papel do destacamento feminino, mas havia grupos que estavam contra. Com efeito, depois do II Congresso, a guerra avançou tanto”.⁴

1 Palavra oriunda do inglês chairman que significava aqueles que dirigiam as reuniões, faziam a mobilização do povo e difundiam a linha política da Frelimo nas zonas libertadas e nas frentes de combate. Estes, na sua maioria, não eram guerrilheiros. Nasceram assim algumas contradições entre os “políticos” e os “militares” que o discurso oficial não aceita. Esta contradição assume relevância na designada crise no Instituto Moçambicano da Frelimo, na Tanzânia. As contradições “machersman”/militares tem ainda como razão, o facto dos primeiros serem os anciãos conhecidos nos locais, pessoas influentes junto da população, os mobilizadores (políticos/“comissários políticos”) da Frelimo e gestores das primeiras “machambas do povo” e da “Frelimo” e das lojas do movimento de libertação. Embora o discurso oficial se refira quase que exclusivamente aos machersman como os “novos exploradores” e ambiciosos políticos e económicos”, militantes, que conhecem esse período, não confirmam ser esta a razão das conflitualidades no poder. O conflito militares/político reflectiu-se ainda no Instituto Moçambicano da Frelimo em Dar-es-Salaam (veja mais adiante) e depois mais adiante com alguns posicionamentos de militares face a diferentes acontecimentos/realidades.

2 Machedje, localiza-se a escassas centenas de metros da fronteira com a Zâmbia.

3 <https://www.dn.pt/lusa/pr-mocambicano-diz-que-ideais-do-ii-congresso-da-frelimo-devem-orientar-novas-geracoes-9637355.html>.

4 https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/05/segundo-congresso-da-frelimo.html. Leia mais na edição impressa o “Suplemento Especial- 50 anos- Frelimo “do «Jornal O País» (2012).

Foi no II Congresso que a chamada “linha correcta” da Frelimo triunfou.¹ Pretendia-se a independência total e completa de Moçambique e não independências parciais como era o objectivo de Nkavandame ou da Coremo com a independência da Rumbezia (entre o Rovuma e o rio Zambeze), e definiu-se a guerra até à vitória “completa e total” sobre o colonialismo. O II Congresso representou a derrota de alguns membros, como Uria Simango que concorreu à presidência da Frelimo e foi derrotado por dois votos (esta é uma das razões por que os vitoriosos do Congresso acusaram Simango de ser “ambicioso”).

Fizeram-se opções quanto à gestão política e económica das zonas libertadas, sobretudo em Cabo Delgado, criando as “machambas” da Frelimo² onde a população deveria trabalhar “colectivamente” durante dois a três dias por semana, sendo a produção destinada à alimentação dos guerrilheiros, às lojas do povo para a comercialização da produção das machambas dos camponeses e venda de bens de primeira necessidade, sendo evidente, nestes casos, o embrião do “trabalho colectivo” e cooperatização do meio rural, das empresas estatais agrárias, das lojas do povo adoptados depois da independência, e as aldeias como ponto de partida de experiências para as aldeias comunais, também inspiradas nas ujahamas da Tanzânia e nas comunas chinesas.

As relações externas da Frelimo centraram-se nos países socialistas (especialmente a ex-URSS e a China), de onde vinham os principais apoios em material de guerra e treino militar, e nos países africanos, especialmente Tanzânia (“retaguarda segura”), sede da frente de Libertação de Moçambique, bases de treino e logística, assim como em treino militar na Argélia e em Marrocos. Uma ala da Frelimo mantinha ou defendia relações mais próximas com a URSS e, outra ala, com a China. A primeira ala, com maior suporte da Tanzânia, e a segunda, de Kwane Nhrumah (Gana) e também do Quênia de Jomo Kenyatta. A Tanzânia, além de facilitar apoios em campos de treino, estava coordenada com a cúpula da Frelimo no acompanhamento das contradições internas do movimento de libertação. Por exemplo, prendia e/ou expulsava da Tanzânia os considerados “reaccionários” expulsos da Frelimo.

As relações com a Zâmbia foram variáveis no tempo. O Malawi não apoiava abertamente a Frelimo devido às relações de Kamuzu Banda com Portugal, por via de Jorge Jardim, e a necessidade dos corredores da Beira (principalmente) para as importações e exportações deste país, além das reivindicações fronteiriças no lago Niassa. Por exemplo, não permitia a instalação de bases de treino, embora conhecesse o trânsito de militares e material de guerra da Frelimo e o apoio aos escritórios da Frelimo em Lilongwe, capital do país.³ Após o II congresso, e já no início da década dos anos setenta, existiu maior abertura do governo do Malawi, o que permitiu a abertura da frente de Tete, em 1972.

Num encontro informal de comemoração de uma comemoração de aniversário, foi dito

1 “A unidade sempre foi concebida de forma dialéctica, segundo o critério da UNIDADE-CRÍTICA-UNIDADE, como uma constante do desenvolvimento, de cada um de nós e do progresso de toda a sociedade. A Nação socialista pressupõe uma unidade sempre mais perfeita através de um crescimento ininterrupto do nível de consciência de classe de cada cidadão, tornando o homem livre, realizado finalmente como **HOMEM COMUNISTA**”. (Frelimo, 1967). Era o “Homem Novo”.

2 Os revolucionários argumentavam que a produção dos bens alimentares, para além do que os camponeses necessitavam para a sua própria sobrevivência, devia ser colectiva. [...] As forças moderadas eram da opinião que nas zonas libertadas devia haver um sistema comercial privado, que comprasse os excedentes dos camponeses em troca de bens de consumo. ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders (1994). Moçambique em transição: um estudo de história de desenvolvimento durante o período 1971-1992. Maputo: CEGRAF, em Emilio Mário Janeiro (2019). Estudo da luta de libertação nacional de Moçambique. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco. Rio de Janeiro.

3 “Concluídos os treinos militares, meus ex-colegas foram enviados para a Província da Zambézia, via Niassa; infelizmente não chegaram ao destino, a companhia foi interceptada e destruída em Micanhela (Mecanhelas) pelo exército português, muitos morreram e alguns que escaparam, atravessaram a fronteira de Moçambique para o Malawi, ali foram feitos prisioneiros em Zomba, onde estiveram encarcerados durante alguns meses depois foram soltos e enviados para o Tanganica”, em Biografia de Zeca Caliate, <https://gruposespeciais.blogs.sapo.pt/tag/samora+machel>.

que, entre os movimentos de libertação, havia uma pretensa separação entre os libertadores “puros” e os “não puros”, os primeiros mais próximos da URSS e os segundos da China. Pertenciam aos “puros”, por exemplo, a Frelimo, ANC sul-africano, Mpla de Angola, a Zanu do Zimbabué e a União Nacional Africana do Tanganica (Tanganyika African National Union – Tanu, em inglês). Os “não puros”, entre outros, eram os outros movimentos de Moçambique, a Unita e a Fnl de Angola, a Zapu do Zimbabué. Interessante verificar como estas “divisões” persistem (ou se repercutem) ao longo do período deste estudo, nomeadamente nas fases pós-independência e nos conflitos internos aos movimentos de libertação, entre estes e após as independências.

Os países nórdicos e Holanda e nas forças progressistas de alguns países capitalistas (como por exemplo, a Fundação Eduardo Mondlane na Holanda, partidos políticos e organizações da sociedade civil) davam apoio não letal. Porém, existe um largo historial das relações da Frelimo e de elementos da Frelimo com a União Soviética e depois Rússia e com a China.

1.4 Entre o II Congresso e 1975 (independência nacional)

No dia 3 de Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane é assassinado por uma bomba. O discurso oficial refere ter sido nos escritórios da Frelimo em Dar-es-Salaam, o que não é verdadeiro; foi em casa da então secretária de Mondlane, Betty King (também americana, tal como a sua esposa Janeth Mondlane) numa das praias perto da capital tanzaniana. Tudo indica que o livro-bomba tenha sido preparado pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado de Portugal), em Lourenço Marques. Não se entende porque foi Mondlane quem abriu a carta e em casa de Bety King.

Depois da morte de Mondlane, a Frelimo foi dirigida por um triunvirato constituído por Samora Machel, Uria Simango (que saiu, tendo desertado, em 1970, refugiando-se no Cairo, após múltiplas acusações de estar envolvido na morte de Mondlane) e Marcelino dos Santos, permanecendo Machel como presidente e Dos Santos como Vice-Presidente até ao III Congresso (1977).

No período entre o II Congresso e a independência nacional, dá-se a Operação Nó-Górdio, iniciada oficialmente no dia 1 de Julho e comandada pelo General Kaúlza de Arriaga. Esta operação pretendia confinar a luta de libertação a Cabo Delgado e, em particular, ao planalto de Mueda. Em resposta, como tática militar, a Frelimo dispersou as suas forças e a guerra alastrou-se rapidamente para Tete, Manica e Sofala e, depois, Zambézia.

No dia 1 de Agosto de 1974, quando já existiam contactos a diferentes níveis entre o exército português e a Frelimo em diferentes zonas e as negociações conducentes ao acordo de paz a 7 de Setembro de 1974, a Frelimo ataca a base militar junto da fronteira com a Tanzânia, no posto administrativo de Omar (Namatili), onde 137 soldados portugueses se rendem sem qualquer disparo.¹ Este ataque pode ser analisado como um golpe de teatro”, como forma de pressionar as negociações com Portugal, demonstrar força militar, fazer prisioneiros e revelar clemência do movimento de libertação. Em contrapartida, a Frelimo solicitava a devolução dos seus combatentes capturados e feitos prisioneiros.

Os acordos de LusaKa de 7 de Setembro, foram o culminar da guerra.² Porém, existiam em

¹ Depois do 25 de Abril de 1974, o exército colonial ficou praticamente desmobilizado aguardando pela assinatura dos acordos de paz e, entretanto, vários cessares-fogos aconteceram localmente por acordo entre os comandantes da Frelimo e do exército português.

² Esta data é feriado nacional e comemorado como o “dia da vitória”.

Portugal, na linha do Presidente António de Spínola (que foi comandante militar na Guiné), após golpe militar a 25 de Abril, tentativas de criar um país federado, com independências parciais das colónias. As forças progressistas do exército e organizações partidárias de esquerda e o povo português, em geral, recusavam esta opção, o que foi conseguido. Os militares que realizaram o golpe militar estavam cansados das guerras nas colónias e sabiam da inevitabilidade da derrota.

A Frelimo e estes movimentos nacionalistas não apoiaram a opção federalista de Spínola.

Nas negociações, a parte portuguesa tentou impor a realização de um referendo, dando origem à célebre frase de Samora, em como “não se pergunta a um escravo se quer ser livre, e mais quando ele já se revoltou”. Tentaram eleições democráticas envolvendo os partidos existentes e os que estavam em formação. A Frelimo exigiu ser um único interlocutor nas negociações e assim aconteceu. Uma vez mais se afirmava ser a única força que lutara pela independência e, por isso, reivindicava-se como o “único e legítimo representante do povo”.

Depois de 7 de Setembro, surgiram vários novos partidos políticos, geralmente constituídos, em Maputo, por uma elite portuguesa (sobretudo empresarial) e de excluídos ou expulsos da Frelimo (Uria Simango, Joana Simeão, entre outros¹), foram acusados de se aliarem aos “independentistas” portugueses. É certo que mantiveram contactos com as autoridades portuguesas. O objectivo era uma independência do tipo da Rodésia do Sul (grande parte dos empresários portugueses), ou uma independência democrática, com eleições multipartidárias (partidos com nacionalistas moçambicanos que não pertenciam à Frelimo), o que foi recusado absolutamente pelo movimento de libertação.

Surge aqui um dos primeiros sinais de uma independência da Frelimo que reivindicava o monopólio dos méritos da libertação e a luta armada como a única força que obrigou Portugal a aceitar a independência. As lutas dos outros movimentos de libertação nas outras colónias, o contexto e as pressões anti-coloniais internacionais, os processos de independência de outros países africanos, o movimento dos capitães de Abril, as forças progressistas em vários países e em particular em Portugal, não constituíam, para a Frelimo, factores de mudança e contribuintes para a independência.

¹ Destaca-se de entre os excluídos da Frelimo por serem considerados de “reaccionários”, a constituição do “Partido da Coligação Nacional” (PCN), na esperança de disputar eleições com a Frelimo. Ao PCN aderiram várias outras figuras proeminentes do movimento de libertação e dos dissidentes da Frelimo: Paulo Gumane e Adelino Guambe (também membro fundador da Frelimo), o Padre Mateus Gwengere e Joana Simeão. A Frelimo recusou eleições multipartidárias. No dia 7 de Setembro de 1974 houve manifestações de portugueses radicais do partido FICO, constituído depois do 25 de Abril em Maputo, não favoráveis à independência e à Frelimo. A esta acção designaram de MML (Movimento de Moçambique Livre). Assaltaram o Rádio Clube de Moçambique, de onde difundiram a intenção de não permitir a tomada de poder pela Frelimo (Governo de Transição tomou posse no dia 20 de Setembro de 1974). O movimento alastrou-se, embora em menores proporções, para outras cidades, particularmente Beira e Nampula. O movimento estancou pela retomada do Rádio Clube em Maputo por militantes da Frelimo na clandestinidade (Grupo Galo da Mafalala) e por outros grupos e pessoas individualmente com apoio de militares portugueses (Comité da Revolução). “A delicada decisão de invadir a rádio estava nas mãos do Coronel Melo Egídio, Chefe do EstadoMaior do Comando Territorial Sul e do Comando Operacional de Lourenço Marques”. “Melo Egídio apontou Le Bon para dirigir a operação e ordenou que lhe dessem um fardamento de alferes. A ideia era que Le Bon seguisse para o Rádio Clube acompanhado por uma brigada de paraquedistas e, assim que fosse tomada a rádio, assumisse os microfones” “A entrada de Le Bon no Rádio Clube foi muito facilitada pela sua camuflagem, como militar português, que lhe garantiu as necessárias credenciais”, em Galo amanheceu em Benedito Machava, (2015). Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique. Revista Crítica de Ciências Sociais, 106. “Estes motins, na verdade, exprimiram o desespero da pequena burguesia branca e mestiça luso-colonial de ver recusada toda a representatividade na formação de um governo provisório formado por Portugal e por uma Frelimo já virtualmente partido único; contudo, só podiam ser interpretados pela maioria da população africana como uma tentativa de lhe roubar o seu direito à independência”, AFRICANA STUDIA, N.º 15, 2010, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Moçambique: o “fim da história” única. Trajectórias dos anticolonialismos em Moçambique”. Michel Cahen.

As fotografias dos “comprometidos” foram afixadas nas entradas dos serviços públicos, não podiam ser membros da Frelimo e estavam excluídos de cargos de responsabilidade no Estado.¹ Eram considerados agentes infiltrados do inimigo.² Além disso, houve uma grande reunião na actual escola secundária Josina Machel em Maputo com os ex-presos políticos, muitos deles também acusados de colaboracionismo e alguns de traição (os que se diziam terem revelado segredos e denunciado outros militantes). Muitos destes foram enviados para trabalhos no meio rural, como forma de purificação das ideias do colonialismo, gesto de reconciliação e futuro envolvimento na “revolução”. Alguns nomes de grande projecção nacional e internacional foram abrangidos neste processo. Este processo possui a mesma natureza política que o tratamento havido durante a guerra em relação aos traidores, embora com métodos repressivos menos violentos. Era a afirmação de uma Frelimo autoritária, monopolizadora, única representante do povo.³ Era a submissão de moçambicanos ao poder da Frelimo num suposto processo de clemência e reconciliação.

Embora sem um significado relevante no conjunto do processo de libertação, a Associação Académica de Moçambique (AAM), como organização estudantil dos universitários de Moçambique (apenas havia a Universidade de Lourenço Marques – ULM), teve um papel importante na consciencialização independentista e antifascista da comunidade académica. Em 1973/74, surgiu uma outra organização de estudantes da ULM, mais radicalizados em termos de discurso e atitudes, que se designou por Liga dos Estudantes Moçambicanos Anti-Imperialistas – Lema. Ambas as organizações cessaram as actividades após o 7 de Setembro de 1974.

Depois dos acordos de Lusaka, a AAM procurou ajustar-se ao novo contexto e foi, como anteriormente, em prol da independência com posicionamento de esquerda. A Direcção da AAM solicitou “orientações do Reitor da Universidade que nada dizia, aguardando orientações do Comité Central que jamais chegaram. Todas as funções e relações da Frelimo e da reitoria eram canalizadas para os grupos dinamizadores da ULM e faculdades.⁴

Em Lourenço Marques, surgiu o Movimento dos Democratas de Moçambique, constituído sobretudo pela elite da sociedade colonial e com orientação de esquerda, sendo alguns então ex-membros ou membros do Partido Comunista Português, incluindo moçambicanos que estiveram próximos da Juventude Comunista em Portugal. Muitos dos democratas assumiram elevadas responsabilidades no Governo de Transição e no primeiro governo de Moçambique; outros foram destacadas personalidades políticas em Portugal. O movimento, assim como a AAM e pelas mesmas razões, deixou de existir antes da independência.

1 Palavra designada para identificar politicamente aqueles que, de algum modo, tinha colaborado com o regime colonial, como membros da OPVDC (Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil) -uma espécie de milícias), os que tinham servido a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), no exército colonial, em especial nas forças especiais de moçambicanos negros chefiados por soldados portugueses ou moçambicanos brancos (GEP Grupos Especiais Paraquedistas e GE, Grupos Especiais), entre outras formas “colaboracionistas do regime. Os GE e GEP eram treinados em Sofala, nos arredores da cidade da Beira e conotados com Jorge Jardim.

2 A propósito destes elementos “comprometidos” com o regime colonial, apelava-se à “vigilância popular”. É só com a vigilância e com a participação activa da população, de todos nós, que sentiremos essa responsabilidade, e saberemos que isso representa um perigo imediato e a longo termo: a presença de elementos que serviram fielmente a política fascista, a política socialista, aqueles que impediram um processo revolucionário no nosso país”

3 “Não foi necessário decretar o monopartidarismo porque havia um consenso popular em relação ao papel de vanguarda da Frelimo. A bandeira da Frelimo cobria todos os moçambicanos e eu próprio não precisava de guarda-costas para abrir alas, a bandeira da Frelimo abria alas”, frisou Chissano, em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2015/12/os-campos-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-tinham-um-objectivo-nobre-joaquim-chissano.html, e ST-V-Noite Informativa 05.12.2015 “Consenso” sem algum debate e votação/referendo e com muitos dissidentes,” não precisava de guarda-costas”, mas rodeados por muitos.

4 Muitos estudantes universitários viram que a Frelimo adoptou a estratégia de “secar” uma organização estudantil, dentro da concepção de um movimento/partido único, totalitário, sem admissão de qualquer forma de organização não-partidária dos cidadãos. Sobre este processo, veja História da AAM (Associação Académica de Moçambique (1964-1975), de Carlos Lopes Pereira e Luíz Gonzalez (2016), Calendário de Letras.

A Frelimo auto declara-se, uma vez mais, como o único e legítimo representante do povo moçambicano e, por isso, nada justificaria eleições ou a partilha do poder.

Em resumo, desde a formação da Frelimo até à independência, podem-se destacar os seguintes elementos caracterizadores do processo e da Frente de Libertação de Moçambique.

O processo possui muitos momentos de violência interna (expulsões, campos de reeducação e assassinatos), entre correntes que se divergiram segundo orientações políticas e ideológicas; sobre estratégias/táticas militares; intenções de independências parciais do território; em função de alianças étnicas, sendo muito referida a relação de aliança entre changanas e macondes; lutas pelo poder; captura, em benefício próprio, de excedentes de produção e da comercialização de bens produzidos pelas populações das zonas libertadas. Em síntese, existiram lutas pelo poder, com base em elementos de conflitualidade política de tendências e opções ideológicas diferentes e captura individual de riqueza.

Muitos dos assassinatos e outros actos de repressão violenta, ficaram sem apuramento dos agentes criminosos, tanto executantes, como mandantes. Igualmente, existem discursos não verdadeiros sobre os locais dos acontecimentos, por exemplo, fundação da Frelimo em Dar-es-Salaam ou em Acra; primeiro tiro em Chai ou Niassa ou Zambézia; assassinato de Mondlane nos escritórios da Frelimo ou em casa¹ da secretária de Mondlane na praia de Dar-es-Salaam. Isto é, a camuflagem dos factos, o diversionismo e os pactos de silêncio de grupos de lutas de poder na Frelimo, fazem parte de um modo de actuação muitas vezes suportado pela mentira, calúnia e intriga².

Em algumas ocasiões, formaram-se partidos independentistas que terminaram por não ter expressão militar e política porque lutavam entre si. Motivaram a criação desses partidos, por um lado, dissidências na Frelimo e insatisfação com a orientação política e militar da Frelimo e, por outro lado, devido a Frente de Libertação sempre se auto denominou como único representante do povo, seja internamente, como em consequência do reconhecimento de organizações internacionais, sobretudo africanas e das ex-colónias portuguesas. Isto é, a Frelimo sempre se apresentou como um movimento de libertação que lutou de diversas formas, e reivindicou o monopólio do poder, não se escusando, para o efeito, de utilizar métodos violentos, autoritarismo e o não respeito pelos direitos humanos.

A Frente de Libertação de Moçambique, desde cedo, revelou habilidades no estabelecimento de relações externas com países, organizações políticas e da sociedade civil, e individualidades, com as quais poderia obter benefícios, muitas vezes independentemente da orientação política desses parceiros.

A Frelimo foi firme no propósito nacionalista da independência, sabendo adoptar estratégias militares e políticas ganhadoras e estabelecer alianças externas pragmáticas em benefício da luta pela independência. Organizou-se, por um lado, para reduzir os sacrifícios da população em contexto de conflito armado e fazer compreender à população das razões da guerra, e, por outro lado, na mobilização das pessoas para o envolvimento utilitário na luta. Para o efeito, adoptou discursos emocionais que mais justamente, na maioria dos casos, afectavam o sentimento das populações, como o colono explorador, as diferenças/discriminações entre raças, a palmatória e o xibalo (trabalho obrigatório), a deportação, entre outros fenómenos reais da vida do povo.

Durante a luta de libertação nacional, a Frelimo constituiu-se numa organização de corte

1 Existem versões em como a bomba explodiu no bar da secretária, sito na praia de Dar-es-Salam.

2 Este tipo de métodos não é uma característica específica da Frelimo. Existe em organizações de várias naturezas.

militar (e militarista), concentradora e centralizadora do poder dominado por grupos e alianças de um número reduzido de pessoas, de forte disciplina interna e com métodos de sancionamento violentos e não respeitadora dos direitos humanos, e onde as decisões eram tomadas por grupos restritos de militantes com alianças de duração variável e de diferentes naturezas (política e ideológica, de opções estratégicas e táticas militares, étnicas e raciais).

2. PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

2.1 Do Governo de Transição (20 de Setembro de 1974) ao III Congresso (Fevereiro de 1977)

Nos momentos antes e depois da independência foram manifestados vários sentimentos na Frelimo e em todo o país. Um novo país e um forte sentido patriótico e nacionalista, o nascimento de uma nacionalidade e uma nova futura nação. Um sentimento de vitória “total e completa” sobre um adversário “poderoso” e com apoios das maiores potências do mundo (países ocidentais e NATO). Uma convicção de vitória e com as mais elevadas expectativas de um país “próspero e desenvolvido”, com sentido de modernidade.¹

O “povo” regozijou-se com sentido de afirmação e com o final dos “500 anos de colonialismo”². O discurso oficial ressaltou o xibalo, as deportações, as culturas obrigatórias e o trabalho forçado. O homem negro era agora igual ao branco que tinha derrotado.

O discurso de investidura do Governo de Transição, a 20 de Setembro de 1974, referia em determinado momento:

“Quem governava? Eram governantes aqueles que serviam interesses de um punhado de grandes exploradores.

Os anos de governação permitiam acumular-se fortunas através do abuso do poder, do roubo, das grossas somas recebidas em troca de favores feitos às companhias, como recompensa pela cedência das riquezas do país e da venda dos próprios homens. Depois de terminado o serviço como governadores, estes transitavam imediatamente para conselhos de administração das grandes empresas onde recebiam grossos salários como recompensa dos serviços prestados.

1 Existiu e existe um discurso da Frelimo de pró-modernidade, como, por exemplo, as empresas estatais e a tecnologia, a concepção e formas de organização das instituições do Estado, as relações com as “autoridades gentílicas”, etc. Honwana (2003:170), citando Ottaway e Ottaway (1986:799), refere-se a um documento de Sérgio Vieira que afirma a este propósito: “A sociedade tradicional feudal, é uma sociedade conservadora, imóvel, com uma hierarquia rígida, ... que exclui a juventude, exclui a inovação, exclui a mulher. Gerontocracia é o termos correcto”. Honwana, Alcinda Abreu (2003). Espíritos vivos, tradições modernas. Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no Sul de Moçambique. Editora Vulgata. Lisboa.

2 É comum falar-se de 500 anos de colonização e da correspondente “noite colonial”. Na realidade, a ocupação administrativa teve início em meados do século XVI, a presença portuguesa limitou-se a alguns pontos da costa como São Sofala (1505), Ilha de Moçambique (1507), Sena (1530) e Quelimane (1544). “O propósito, já não era o simples controlo do escoamento do ouro, mas sim de dominar o acesso às zonas produtoras do ouro. Esta fase da penetração mercantil é designada de fase de ouro. As outras duas últimas por fase de marfim e de escravos na medida em que os produtos mais procurados pelo mercantilismo eram exactamente o marfim e os escravos respectivamente”. O sistema de foi estabelecido como consequência da capacidade financeira e militar e do número de população portuguesa, tendo a Coroa alugado às companhias majestática (sobretudo de capital inglês, quase todo o território a Norte do Rio Save” <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Penetracao-Colonial>. Por outro lado, existiram resistências de impérios e reinos moçambicanos tendo a “pacificação” efectiva sido concluída no Século XX.

O que caracterizava o governo dos exploradores eram os privilégios, a arrogância despótica, o favoritismo, o nepotismo, o arbitrário. Para utilizar uma expressão corrente, os problemas eram resolvidos pelo sistema das «cunhas», os próprios direitos mais elementares como o direito ao trabalho apareciam como um favor dos governantes. Até a dignidade da mulher era moeda de troca para a obtenção do emprego”.¹

Foram lançadas as “palavras de ordem” Unidade – Trabalho – Vigilância. Uma unidade só da identidade moçambicana, contra qualquer tipo de discriminação (racial, regional, étnica, religiosa, etc.), com muito trabalho que liberta o Homem e o país, e “vigilância revolucionária” contra o inimigo.² A unidade nacional do Rovuma ao Maputo e do Índico ao Zumbo (esta segunda parte do slogan foi introduzida posteriormente) tinha como objectivo evitar movimentos independentistas regionais (havia o slogan “abaixo o regionalismo” tal como o “abaixo o tribalismo” ... e o³ racismo) como já havia acontecido com Cabo Delgado, através de Lázaro Nkavandame, e a Rumbézia, com o partido de pouca dura, UNAR (União Nacional Africana da Rumbézia).⁴ Regionalismo e tribalismo podiam ser sinónimos, se for admitida a hipótese de diferenças que abrangem territórios mais alargados, como o Sul, o Norte e o Centro. A questão deste slogan é que houve, e há, no discurso político e em “canções revolucionárias”, com o objectivo de criar uma nação coesa dentro de um território a que se designou de Moçambique há cerca de 500 anos, evitando movimentos seccionistas e independências parciais, como acontecia em países africanos já independentes. Porém, o reverso da moeda é que o discurso e a prática não são consoantes com a salvaguarda das identidades históricas dos povos que habitam Moçambique e que, em 1975, assumem colectivamente uma nacionalidade.⁵

A natureza socialista⁶, cuja orientação se vinha consolidando sobretudo depois do II Congresso

1 Esta passagem do discurso é aqui transcrita pois o seu conteúdo será retomado na última secção deste capítulo. Em <https://ambicanos.blogspot.com/2014/08/unidade-trabalho-vigilancia.html>.

2 “... vigilância activa e constante contra as tentativas de sabotagem abertas ou camufladas dos agentes da reacção colonialista que, embora tendo perdido a batalha decisiva, ainda não desarmaram e continuam a contar com cumplidades a vários níveis. Todas estas tentativas devem ser desmascaradas e expostas publicamente, a fim de que os seus autores sejam neutralizados. No entanto, jamais permitiremos que esta tarefa seja utilizada para ajustes de contas pessoais, tentativas de promoção individual com fins egoístas ou manifestações de racismo de qualquer tipo”, em discurso de tomada de posse do Governo de Transição, idem.

3 “A história de Moçambique encontra-se documentada, pelo menos, a partir do século X, quando um estudioso viajante árabe, Al-Masudi descreveu uma importante actividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico e os “Zanj” (os negros) do “Bilad as Sofala”, que incluía grande parte da costa Centro-Norte do actual Moçambique. Um emir árabe muçulmano, de nome Mussa in Bique, foi o primeiro governante conhecido de Moçambique antes da invasão portuguesa da região, durante a década de 1550 e no período que antecedeu à conquista colonial de grande parte da África. Quando Vasco da Gama chegou, pela primeira vez, a Moçambique, em 1497, já existiam entrepostos comerciais árabes e uma grande parte da população tinha aderido ao Islão.

Porém, de onde veio o nome Moçambique? Conta-se que, ao fazer o primeiro apertamento nas terras moçambicanas, os portugueses a chamaram de “Terras de Mussa ibn Bique”, em homenagem ao seu governante, mas ao passar dos anos, como aconteceram em outras regiões do mundo colonizadas por europeus lusitanos, o nome da terra começou a ser simplificado para facilitar a pronúncia, então de Terras de Mussa ibn Bique, o lugar passou a se chamar apenas de Moçambique”, em <https://bigslam.pt/category/noticias/>.

4 Veja mais acima, na secção 1.1.

5 Este livro aborda, em diferentes momentos, os reflexos da diversidade histórica e antropológica

6 Moçambique, depois da independência, apesar dos esforços diplomáticos, não foi reconhecido pela COMECON (Council for Mutual Economic Assistance, ou Conselho para Assistência Económica Mútua) fundado em 1949, e que visava a integração económica das nações socialistas da Europa). Foi, sim, considerado de “orientação socialista”. Havia, então, o debate inacabado sobre a possibilidade de países com as características de Moçambique (fraca base industrial, classe operário embrionária, sociedades com presença de elementos “tradicionais” -não-feudais) serem realmente socialistas, considerando o conceito clássico de “modo de produção socialista de Karl Marx.

O objectivo da candidatura era, certamente, o de obter apoios da cooperação socialista de forma multilateral (para além da bilateral) e o reconhecimento da opção socialista que a direcção de Frelimo pretendia ver reconhecida.

Adam (1990: 11) refere que, de 21 projectos acordados, só três foram iniciados. Em 1989 apenas dois estavam operacionais. A principal característica destes projectos era o facto de 90% do financiamento ter sido utilizado em

e o discurso de corte populista desenvolvido nas zonas libertadas seguindo o ditado maoísta de que o povo está para o guerrilheiro como a água para o peixe, encarna a metodologia de mobilização popular para “as tarefas da revolução” e o princípio de “contar com as próprias forças”. A 7ª Sessão do Comité Central da Frelimo, realizada em Fevereiro de 1975, dias antes da independência e aquando da viagem do “Rovuma ao Maputo” de Samora Machel, refere: “Esta reunião tinha por objectivo a definição das orientações básicas do Estado e assim define a natureza e fins do poder de Estado, do poder da aliança operário-camponesa, para edificar a nova sociedade. Define a fase revolucionária, fase da democracia popular. Define a força dirigente do Estado e da sociedade que é a Frelimo. Define as estruturas do poder de Estado, estruturas democráticas do poder de classes. Define os aliados e os inimigos de classe no plano nacional e internacional”.¹ Nessa reunião foi aprovada a primeira Constituição da República.²

O extracto do discurso apresentado revela claramente: (1) uma linguagem marxista com elementos de populismo e de institucionalismo (importância central do poder em torno à burocracia/estruturas da Frelimo); (2) a Frelimo como “força dirigente do Estado e da sociedade”, isto é, plenos poderes de definição de estratégias e conseqüente subalternidade do Governo da República. Estes elementos são coerentes com os princípios, contradições e opções constitutivas da Frelimo, que foram motivo de lutas internas e das decisões do II Congresso como marco da “vitória” da linha revolucionária e derrota dos “reaccionários”.

Imediatamente após o Governo de Transição, existiram discursos assertivos/contundentes de Samora em relação ao capitalismo, colonialismo e aos exploradores. De acordo com a orientação de construção do socialismo já evidente após o II Congresso em 1968, a Frelimo/Governo, através do Presidente Samora Machel, anuncia em comício popular no estádio da Machava, no dia 24 de Julho de 1975 (um mês depois da independência), as primeiras nacionalizações da terra, da saúde, educação, da habitação, advocacia privada, casas funerárias (“o negócio da morte como foi apelidado em discursos de Samora Machel) e de outras actividades económicas e sociais. Esta decisão teve um grande impacto no sector privado, predominantemente de portugueses, que iniciaram a sua saída massiva de Moçambique para vários destinos, sobretudo Portugal, África do Sul e Brasil.³ Foi criado o Decreto-Lei 16/75⁴ que sustentava a intervenção do Estado após a ausência de um proprietário de uma empresa por mais de 90 dias do país, sendo nomeadas Comissões Administrativas para a gestão das respectivas empresas.⁵ Empresários houve que antes da saída praticaram actos de “sabotagem económica” (inutilização de equipamentos, fuga de meios circulantes para os países vizinhos (sobretudo África do Sul e Rodésia do Sul), fuga de capitais, entre outras formas que dificultavam o funcionamento das empresas; nestes casos foi aplicada a conhecida decisão designada de 24/20 isto é, a pessoa deveria abandonar o país em 24 horas levando somente 20 quilos de bagagem. Anteriormente, os funcionários do Estado português regressaram a

assistência técnica”. Adam, Yussuf (1990a): “Papel e Importância dos Sectores Sociais de Produção”. Comunicação apresentada no 2º Seminário sobre o Estudo do Sector Agrário, Maputo Abril de 1990.

1 Discurso do Presidente Samora Machel no acto de abertura da 8ª sessão do Comité Central da Frelimo.

2 Segundo alguns membros do Comité Central, o documento da Constituição foi distribuído pelos membros do CC no mesmo dia da sua aprovação e foi aprovado página-a-página. Este é um exemplo, entre muitos, de como eram aprovados documentos fundamentais do país.

3 “O número de residentes brancos, constituído primariamente por portugueses, diminuiu drasticamente de 200 mil para 30 mil”. https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_Mo%C3%A7ambicana.

4 O Governo de Transição publicou o Decreto-Lei n.º 16/75 a 13 de Fevereiro de 1975, “o qual permitiu, através da nomeação de ‘comissões administrativas’ (CA), a intervenção e tutela do Estado sobre empresas abandonadas ou sabotadas, Cardoso (1993: 133), em CARDOSO, Fernando Jorge (1993): Gestão e Desenvolvimento. Moçambique no contexto da África sub-sahariana. Lisboa, Fim de Século Edições.

5 Geralmente constituídas por um gestor, um representante da Frelimo dos grupos Dinamizador da Empresa (organização partidária de base, ou de um militante indicado, e um representante dos trabalhadores (Conselhos de Produção, transformados, posteriormente, em Organização dos Trabalhadores Moçambicanos - OTM).

Portugal na medida em que as burocracias públicas não tinham mais qualquer função. Os regressados (funcionários públicos, empresários, etc.) foram designados de retornados e, muitos (sobretudo os funcionários públicos), receberam apoios diversos de reintegração na sociedade portuguesa.

A nacionalização das casas e prédios de rendimento foi anunciada no dia 3 de Fevereiro de 1976 e determinada através pelo Decreto-Lei n.º 5/76, foi um golpe na comunidade estrangeira, sobretudo dos portugueses das classes médias e de baixo rendimento, que tinham investido as poupanças na habitação. Depois dessa decisão, aconteceu uma nova onda de saída de estrangeiros.

Entretanto, ficaram ou regressaram¹ a Moçambique bastantes descendentes de várias origens nacionais (portuguesa, indiana, chinesa). Igualmente, houve muitos ex-militantes da Frelimo que foram estudar para o exterior com bolsas de governos e organizações e que não regressaram a Moçambique conforme previsto. Os primeiros (aqueles que não foram para os países dos seus ascendentes), optaram pela nacionalidade moçambicana e ocuparam, durante alguns anos (durante a presidência de Samora Machel), cargos de alta responsabilidade, sobretudo no Aparelho de Estado e nas empresas estatais. Depois de Samora, houve, por razões diversas, uma continuada e gradual saída ou afastamento desses quadros. Pode considerar-se que existiu premeditação de ambas as partes para que essa realidade tivesse acontecido, como, por exemplo, diferenças políticas e ideológicas, surgimento de oportunidades de negócios em momentos de privatização, baixos salários na função pública e racismo. A incorporação de quadros não-negros foi, em alguns momentos, associada indirectamente à existência de poucos quadros negros, resultante da discriminação racial e elitista do ensino, reprodutor das classes médias e altas coloniais.

Com isto, surgem os primeiros sinais de crise económica depois da década dos anos sessenta, até 1974. Entre 1974 e 1976, a produção de colheitas para exportação diminuiu em 40%, o milho cultivado pelos camponeses em 20%, a mandioca em 61% e a produção agrícola dos colonos (produtos hortícolas e alimentares para abastecimento das cidades) em 50%. No mesmo período, a produção industrial baixou em 36%² (Newit, 1997: 473; Wuyts, 1985: 186). Segundo Mosca (2005: 259 e 260): “Não existem dados entre 1975 e 1980. Pelo método de relacionamento dos agregados macroeconómicos básicos (consumo, investimentos, gastos públicos, exportações e importações) é possível confirmar a percepção da realidade: a expansão nos gastos correntes do Estado, dos investimentos públicos e o crescimento do défice da balança comercial a ritmos superiores ao do crescimento económico, implicaram, necessariamente, uma retracção do consumo privado, por um lado, e o financiamento público com emissão de moeda (Wuyts, 1989 e 1991); a nível micro, a contenção salarial, a manutenção dos níveis de emprego e os resultados financeiros negativos das empresas estatais, provocaram excesso de procura (ou défice de oferta). Estes factores contribuíram para que surgisse a economia informal e o mercado paralelo com inflação, como resposta ao controlo administrativo dos preços e aos desequilíbrios entre a oferta e a procura.

Não obstante, pode-se deduzir que, no período de transição (1974-1976), tivesse acontecido o contrário, isto é, uma elevação do consumo privado. Admitindo que a inflação oficial tem correspondência com a realidade (o que é admissível porque todos os preços ficaram controlados e nos primeiros anos o mercado informal não era relevante), e que existiram subidas salariais “descontroladas”, o poder aquisitivo dos assalariados melhorou a curto prazo. Se a estes dados for acrescentado que as acessibilidades aos serviços aumentaram, como consequência das nacionalizações, e que o sentimento de liberdade existiu para a

¹ Jovens que estudavam no exterior, geralmente em cursos superiores.

² Teresa Maria da Cruz e Silva. Moçambique: Um perfil. <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>

maioria dos cidadãos, é possível admitir que o nível de vida melhorou, sobretudo para os cidadãos; principalmente para estes, devido à concentração do emprego e dos serviços nos centros urbanos. Estas conclusões não contrariam a percepção da realidade vivida e encontra coerência com a política de novas alianças sociais.

Depois da independência e antes do III Congresso, foi o período da estruturação das instituições da Frelimo e a abolição das estruturas coloniais e saída dos seus agentes (funcionários do Estado português) que, naturalmente, regressaram ao país de origem. A frase “escangalhar o aparelho de Estado colonial” ficou célebre; consistia em instalar o Aparelho do Estado da Frelimo pois o colonial era agora estrangeiro, opressor, discriminador. Estruturar um Estado que servisse o povo, representante da aliança operário camponesa.¹

Uma das questões centrais são as relações de poder entre o partido e o Governo e demais órgãos de soberania. A Frelimo “dirige o Estado e a sociedade”, o que se reflecte em vários aspectos, como por exemplo: (1) definição dos objectivos, controle da governação e das empresas públicas e, se necessário, intervenção partidária directa; (2) na nomeação das cúpulas do sistema judiciário e dos reitores das universidades públicas que, entretanto, diz-se ter autonomia científica e administrativa;² (3) controle da informação e particularmente dos órgãos de comunicação públicos; (4) intervenção da Frelimo no aparelho de Estado e demais órgãos de soberania, e nas empresas públicas, através das células do partido. Esta realidade é conhecida como a “partidarização” do aparelho de Estado³. As questões de defesa e segurança, em muitas ocasiões, confunde-se se actuação das forças de defesa e segurança são comandadas ou em defesa do partido ou do Estado e dos cidadãos (como são os casos decorrentes, por exemplo, durante as eleições)

Como referido acima, foram criados os Grupos Dinamizadores e os Conselho de Produção. Este processo foi rápido, com elevada aderência da maioria dos cidadãos. Os Grupos Dinamizadores foram estruturados nos bairros das cidades, nas fábricas e todos em os escalões administrativos do Estado. Tinham como funções, difundir a linha política da Frelimo, discutir os problemas de cada local, ser vigilante contra actos de sabotagem e infiltração inimiga. Foram assim criados os Grupos de Vigilância que tinham como função controlar os movimentos as pessoas durante a noite, detectar pequenos crimes, denunciar ou eliminar actos de sabotagem económica, entre outros aspectos próximos a determinadas funções policiais.

Paralelamente, criaram-se as milícias populares (“o povo em armas”), com diferentes

1 Recebemos a tarefa de escangalhar as estruturas, os métodos de trabalho e a mentalidade colonial-capitalista. Recebemos a tarefa de edificar um novo Aparelho de Estado que, pela sua natureza, conteúdo e métodos de trabalho, sirva os nossos interesses. Mas alguns, por certo saudosismo, adutores e admiradores do sistema colonial, acariciam e acarinhavam as suas estruturas, em vez de as escangalhar. Isto é característica da mentalidade escrava, aos valores decadentes, aos valores negativos, aos valores contra-revolucionários”, em Discurso do Presidente Samora Machel no encerramento da sessão alargada do Conselho de Ministros, em Notícias de Maputo, 1980. 02.09

2 No caso das universidades, o princípio que o Presidente da República nomeia mediante a apresentação de uma proposta de três sugestões do Conselho Universitário (método, por si, inclusivo da independência universitária) nem sempre foi respeitado.

3 As empresas estatais e as instituições do Aparelho de Estado tinham células da Frelimo, reuniam-se durante as horas de trabalho, o Secretário da célula usufruía de estatuto especial (mesmo que informalmente), beneficiando do orçamento público. “Desde a criação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental foi sempre nossa preocupação a criação da estrutura do Partido Frelimo dentro da instituição. Temos que salientar que neste percurso, foi muito difícil conhecer os camaradas membros e simpatizantes da Frelimo devido a conjuntura política do país, tendo sido necessário fazer-se um trabalho anónimo entre funcionários, que resultou na conquista, em 1998, de 34 candidatos a membro. Primeiramente o Partido era representado pela célula e alguns anos depois pelo círculo. Hoje o Círculo do Partido Frelimo, só a nível central, conta com 221 membros”, em CANALMOZ de 16/09/2010. Perante críticas dos partidos da oposição relativamente à partidarização do aparelho de Estado, Filipe Paunde, durante a sua visita à província de Nampula, disse que “é preciso continuar a criar células partidárias a nível das instituições públicas”, em jornal O País, de 05/02/2010.

funções: protecção de instalações, sobretudo das empresas estatais no meio rural; participar ou assegurar comboios militares para o escoamento da produção e de insumos; participar nos controles de circulação rodoviária ao longo das estradas; entre outras. As milícias eram recrutadas nas aldeias e nas empresas, tinham um curto treino militar, possuíam uma estrutura de comando que era supervisionada pelo director da empresa ou comandante militar da zona.

As milícias, inspiradas nas zonas libertadas durante a luta de libertação nacional, eram uma das componentes da dita “revolução popular democrática”, supria a necessidade de um exército de grandes efectivos que se deveriam concentrar em outras funções de defesa e segurança.

No dia 8 de Março de 1977, um mês depois do III Congresso, o presidente Samora Machel, no pavilhão do Maxaquene, cheio de jovens estudantes das escolas secundárias anunciou (fez o “chamamento”) para que a juventude assumisse responsabilidades na construção da nova nação. Estudantes universitários interromperam os seus estudos e tiveram diversas “afectações”, como, por exemplo: estudar fora do país em cursos em diferentes áreas, ingressar em cursos militares e em formações técnicas (principalmente nas áreas de defesa e educação). Foi o Estado, através do Ministério da Educação, que indicou, através de listas afixadas em vitrines, qual o destino de cada um, independentemente dos desejos e vocação individual. Uma vez mais, a decisão do Partido Frelimo, em nome do povo e do país e da revolução, toma decisões colocando os interesses “colectivos” definidos por uma minoria, contra a liberdade do individuo.¹

Muitos jovens moçambicanos foram formados em diferentes áreas, em Cuba (na Ilha da Juventude). Chegaram a Moçambique médicos e técnicos em várias actividades económicas e sociais, sem que, aparentemente, houvesse alguma contrapartida de interesses económicos por parte de Cuba.² Pode especular-se numa divisão do trabalho do “mundo socialista”, que, no caso de Moçambique, pode-se admitir a divisão entre a URSS (apoio militar com contrapartidas económicas), Cuba com apoio técnico (incluindo nas áreas de segurança) e a República Democrática Alemã (RDA), com apoio na segurança e interesses económicos, entre outros países. Os moçambicanos “enviados” para a ex-RDA iam principalmente para cursos práticos e a maioria trabalhava em fábricas como operários, Depois de anos, muito regressaram e outros permanecem na Alemanha. Os que permaneceram, constituíram as suas vidas naquele país e não desejam regressar; dos que voltaram, reclamam junto do Governo e do Ministério do Trabalho, por pagamentos de salários não recebidos naquele país e que constituíam remessas dos trabalhadores moçambicanos enquanto permaneciam na RDA. Durante anos, estes regressados fizeram manifestações e marchas nas ruas de Maputo, mas sem resultado. Existe em Maputo, uma zona conhecida como o mercado dos “madgermanes”.

Muitos destes jovens, posteriormente membros do Partido Frelimo, assumiram responsabilidade no partido e na governação. Outros, não reservam boas recordações e mantêm uma atitude crítica em relação à usurpação das suas liberdades de escolha por uma instituição partidária que nem todos aceitam como necessariamente representativa de cada um dos cidadãos. Ao grupo de moçambicanos abrangidos por esta decisão, houve a tentativa de se designar como a “geração de 8 de março”, sobretudo com fins lobistas de poder e negócios. A ideia não foi concretizada.

É neste período que existem os primeiros acontecimentos da guerra contra o Governo e a Frelimo, iniciando-se um movimento de resistência com várias motivações: (1) ser um movimento de guerrilha contra a Frelimo fomentado pela Rodésia do Sul de Ian Smith e

¹ “Não é aquilo que eu quero, não é aquilo que tu queres, é aquilo que nós queremos, aquilo que o povo quer”, palavras de Samora, no dia 7 de Março, <https://www.jornalnoticias.co.mz>

² Estas acções eram designadas s como de acções de “solidariedade internacionalista”.

coordenado pelos respectivos serviços secretos, que possuía, como um dos suportes, os portugueses que saíram (fugiram) ou foram expulsos de Moçambique por diferentes razões; (2) reacção do regime de Ian Smith à Frelimo que prestava apoio aos movimentos zimbabueanos. Neste quadro, destaca-se: (1) campos de treino militar em território nacional (principalmente nas províncias de Tete e Manica); (2) incursão no interior da Rodésia do Sul de militares moçambicanos disfarçados ou incorporados nas forças da Zanu-PF (Zimbabwe African National Union – Patriot Front, em inglês), sendo conhecido o ataque aos depósitos de combustível na capital rodesiana;¹ (3) ataques aos caminhos de ferro do Zimbabwe e suas ligações com a África do Sul.

Em contrapartida, o exército e as forças de segurança rodesiana apoiavam campos de treino da Renamo, prestavam apoio logístico militar, faziam igualmente incursões em Moçambique.² Existiu assim uma escalada de agressividade militar de ambas as partes.

Ian Smith procurava impedir que o movimento de libertação de Robert Mugabe (de origem Shona, com origem no império Monomotapa), a quem a Frelimo privilegiava as relações, comparativamente com o partido de Joshua Nkomo³ (de etnia Ndebele, a sul do Zimbabwe e com maiores ligações com o apartheid sul-africano), que havia, anteriormente, apoiado independentistas moçambicanos que se separaram ou saíram da Frelimo após a constituição desta.

Com o intuito de dificultar o funcionamento da economia rodesiana, Moçambique cumpriu as sanções económicas ao regime decididas pelas Nações Unidas, encerrando as fronteiras em Março de 1976. Esta decisão teve particular impacto, tanto na Rodésia, como em Moçambique. Internamente, a economia sofreu as perdas de rendimentos dos portos (porto da Beira) e dos caminhos-de-ferro da zona Centro (Linha Beira-Machipanda-Rodésia). O governo moçambicano apresentou à comunidade internacional uma estimativa das perdas económicas. Porém, a resposta foi muito limitada. Existia uma força marítima da Inglaterra ao largo da cidade da Beira que fazia o patrulhamento dos navios à entrada para o porto da Beira.⁴

O discurso dos governos da África do Sul e da Rodésia do Sul referiam a natureza comunista da Frelimo e os apoios prestados aos movimentos de libertação, especialmente ANC e a

1 É conhecido o ataque aos depósitos de combustível em Salsbury (hoje Harare, capital do Zimbabwe). Existem várias versões sobre o facto: a primeira, refere que foram militares moçambicanos, juntamente com guerrilheiros da Zanu, que realizaram o ataque; a segunda afirma que militares moçambicanos estavam “coincidentemente em Salsbury, o que seria pouco provável, pois o regime de Ian Smith dificilmente aceitaria militares moçambicanos na Rodésia; uma terceira, que parece ser a mais credível (a julgar pela fonte), o incêndio resultou de uma acção de sabotagem, tendo em consideração a defesa intransponível dentro de um determinado perímetro à volta dos depósitos. Em qualquer das três possibilidades, existe uma presença moçambicana.

Diz-se ainda que o ataque foi incentivado por Samora Machel com o intuito de dificultar o funcionamento da economia rodesiana, que resistia às sanções económicas das Nações Unidas.

2 As mais mediatizadas, foram o ataque aos depósitos de combustíveis na cidade da Beira (posterior ao ataque idêntico realizado em Salsbury (hoje Harare) e, portanto, muito provavelmente de retaliação) e os ataques aos campos de refugiados zimbabueanos (principalmente na província de Manica, destacando-se ao campo de Inhazónia, com participação dos primeiros homens armados da Renamo (então MRN), entre os quais constava André Matsangaia, e o ataque à ponte sobre o rio Pungué, perto da Beira (cerca de 50 quilómetros), entre Tica e Dondo, na Estrada Nacional N° 6.

Um participante no ataque aos depósitos de combustíveis da Beira, um membro das forças rodesianas, afirma numa conversa pessoal, que o grupo de militares foram transportadas por um submarino até às imediações da Beira, seguiram de barcos, e, depois do acto consumado, saíram de novo pelos mesmo barcos e foram recolhidos por helicópteros rodesianos próximo da foz do rio Pungué.

Posteriormente, a segurança e as autoridades moçambicanas, procuraram investigar sobre os “inimigos internos” e pessoas do Aeroclube da Beira, foram acusados de estarem envolvidos. Um dos seus membros, estava para ser fuzilado num estádio de futebol e, à última da hora, com os preparativos finalizados para o acto, Samora Machel mandou um mensageiro para que tal não se concretizasse.

3 Nkomo fundou e liderou a União Popular Africana do Zimbábue (Zapu).

4 O autor deste livro, então jovem estudante internado no colégio dos Maristas na Beira (a 200 metros da praia do bairro Palmeiras), via aviões da força aérea britânica em patrulhamento na costa beirense.

ZAPU. Por parte da Frelimo, o discurso apelava para o fim do colonialismo e do racismo na zona Austral de África como “zona libertada da humanidade” (libertada não só desses dois elementos, como ainda do capitalismo expresso no hino nacional onde se referia que Moçambique seria “o túmulo do capitalismo”).¹ Henry Kissinger, então secretário de Estado dos Estados Unidos, referiu-se à pinça comunista da África Austral, sendo Moçambique e Angola os braços da pinça e a África do Sul a “presa”.²

As primeiras acções militares foram realizadas pelo exército rodesiano e, posteriormente, como suporte dos primeiros elementos do movimento que se designou de Movimento Nacional de Resistência (MRN), mais tarde Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

Os comandantes/líderes deste movimento foram elementos da Frelimo e do exército moçambicano que, por razões diversas, desertaram ou foram enviados para campos de reeducação. Do campo de reeducação de Sacuso, na Gorongosa, saíram André Matsangaíça e Afonso Dhlakama, futuros líderes da Renamo, além de muitos moçambicanos que escaparam/fugiram desses campos. Matsangaíça foi morto em combate na Vila da Gorongosa a 17 de Outubro de 1979. Dhlakama substituiu-o na liderança, depois de um processo de sucessão violento, porém ainda pouco conhecido. Dhlakama era o terceiro homem na hierarquia da Renamo, sendo o segundo Ernesto Muchanga, cujo paradeiro se desconhece.

Os primeiros combates realizados pela Renamo aconteceram na província de Manica, de onde Matsangaíça era natural. A Renamo dizia lutar pela democracia, contra o comunismo e o fim do regime de partido único (a análise da guerra civil é realizada na próxima secção).

Além destas acções na África Austral, Moçambique teve alguma participação na guerra entre a Tanzânia e o Uganda (1978/79)³ em consequência de Idi Amin tentar anexar a região de Kagera. A participação foi de militares moçambicanos em operar com equipamento de artilharia pesada (nomeadamente os chamados “órgãos Estaline” de 40 canos), do exército tanzaniano.

Ainda logo pós a independência, a 17 de Dezembro de 1975, aconteceu uma rebelião de militares da Frelimo baseados no quartel de Boane. Este levantamento foi neutralizado em dois dias e os revoltosos detidos. Não se sabe do paradeiro destes elementos (ou de parte deles).

Em resumo, pode-se afirmar que o período de transição e até ao III Congresso, a Frelimo teve como estratégias/objectivos os seguintes: (1) eliminar qualquer possibilidade de surgimento de grupos políticos em eventual contexto democrático, ou outros, com ou sem ligações com forças das sociedades sul-africanas e de Portugal, e reafirmar o monopólio do poder da Frelimo, ainda não constituída como partido, incluindo a prisão, os campos de reeducação, o desaparecimento e fuzilamento de opositores e de “sabotadores económicos”; (2) estruturar o poder e o Estado de Moçambique que, no discurso, seria um “Estado de operários e camponeses”, passando pelo escangalhamento do poder de Estado colonial; (3) eliminar alguma possibilidade de continuidade/reprodução do sector privado (capitalista e colonial) de sectores estruturantes da economia (transportes, banca e seguros, comércio externo e grandes indústrias) e da sociedade (principalmente habitação, educação e saúde), através das empresas nacionalizadas ou intervencionadas, criando as empresas estatais (sector empresarial estatal),

1 Parte do hino de Moçambique, entre 1975 e 2002: “Unido ao mundo inteiro - Lutando contra a burguesia - Nossa Pátria será túmulo - Do capitalismo e exploração - O Povo Moçambicano - De operários e de camponeses - Engajado no trabalho - A riqueza sempre brotará”.

2 Tomé Miranda Maloa (2016). História da Economia Socialista de Moçambicana, Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado.

3 Existem duas versões sobre esta participação moçambicana: foram os tanques moçambicanos que entraram em Kampala para o golpe final ao regime ou, a segunda, os tanques do exército tanzaniano foram pilotados por militares moçambicanos.

acompanhado de discursos políticos e ideológicos radicais no conteúdo e inflamados na forma, de modo a que os empresários receassem continuar a actividade em Moçambique; (4) alargar a base social de apoio popular a todo o país através de discursos públicos de conteúdo populista, com aproveitamento do carisma de Samora Machel, das reuniões populares (“banjas, como eram conhecidas”)¹ e da mobilização de pessoas para certas actividades (como, por exemplo, os grupos dinamizadores e os grupos de vigilância); a derrota colonial e a independência nacional, conferiram um amplo apoio popular à Frelimo. Isto é, os objectivos deste período foram os de eliminar politicamente a continuidade/ressurreição política, ideológica e do poder económico colonial, eliminando os possíveis agentes e grupos económicos ou políticos. Por outro lado, lançar as bases do poder da Frelimo e iniciar a estruturação das burocracias do “poder popular” e da “economia socialista”; (5) iniciar actividades de apoio à libertação da África do Sul do regime da Rodésia, continuando o ambiente de tensão política e confronto militar na região.

Por outro lado, foi no período imediatamente antes do Governo de Transição e da independência, quando se lançaram as bases de futuros contextos que dificultaram ou impediram, a prazo, o alcance dos objectivos da narrativa da Frelimo, principalmente: (1) a instauração de um regime monopartidário de corte autoritário; (2) os alicerces/condições que facilitaram/permitiram o início e a duração de uma guerra civil de 16 anos², e de posteriores conflitos intermitentes por razões internas; (3) o colapso da opção socialista; (4) a natureza da solidariedade internacional, sobretudo na região austral de África e da conflitualidade na zona. Uma natureza discursiva de solidariedade, mas que mais adiante, na secção das relações externas no capítulo 3, será analisada nos seus aspectos instrumental, circunstancial e de diplomacia ajustada a interesses do país e das elites nacionais.

2.2 Do III Congresso à liberalização da economia (1987)

Neste período destacam-se de forma mais aprofundada os seguintes aspectos: (1) o III Congresso da Frelimo e a reestruturação da economia; (2) as relações com a igreja; (3) a guerra civil; e, (4) a crise económica e as reformas económicas.

A independência de um país é sempre razão de regozijo por parte de todo o povo. Foi um período de festa, de afirmação de identidade, do nascer de uma pátria e de um país, e o início dos ideais da construção de uma nação próspera e desenvolvida em benefício de todos os cidadãos. Multiplicaram-se manifestações de júbilo e realizações culturais, discursos de vitória sobre o colonialismo e apresentando-se como uma potência e apoiada pelas grandes forças políticas, económicas e militares do mundo. Era o virar de uma página que se dizia, e diz, de 500 anos de opressão, escravatura, trabalho forçado, discriminação, desigualdades, etc. Independentemente dos caminhos e críticas aos movimentos de libertação, as independências constituem, certamente, em qualquer país, a data mais simbólica das nações.

É também neste período que acontecem os discursos mais empolgantes dos méritos da libertação e da Frelimo, com a história contada pelos vencedores que, posteriormente, se foi descobrindo sobre as veracidades e também acerca das inquinações, parcialidades, silêncios e mentiras.

1 “Banjas” eram reuniões realizadas por responsáveis da Frelimo com a população, trabalhadores de empresas e moradores de bairros, com o objectivo de “difundir a linha política da Frelimo”. Na prática, eram obrigatórias. Em Montepuez, perante a ausência de alguns cidadãos comerciantes da cidade não terem acudido a uma banja e por ordem de um “chefe” da Frelimo, foram retirados das suas casas e levados deitados nas camas para assistir à banja também deitados.

2 Nos discursos oficiais referem-se a uma “guerra dos 16 anos” ou “guerra de desestabilização”, como forma de desviar a atenção da natureza que o conflito assumiu, a partir de princípios dos anos oitenta.

a) O III Congresso da Frelimo e a reestruturação da economia. O Plano Prospectivo Indicativo

O III Congresso, realizou-se de 3 a 7 de Fevereiro de 1977, foi o momento da transformação da Frelimo, enquanto movimento de libertação, para partido com a designação de partido de vanguarda, marxista-leninista.¹ Viviam-se momentos de elevado grau de confiança e apoio popular à Frelimo, facilidade de “mobilização das massas” através de uma propaganda arquitectada em redor da Frelimo, como única legítima representante do povo moçambicano”.

A Frelimo apresentava a perspectiva de um desenvolvimento que terminasse com a pobreza, um país desenvolvido, independente, socialista. A onda das nacionalizações tinha iniciado e estava em edificação uma economia que se pretendia “socialista”. Para o efeito, seria necessário a base económica, constituída, numa primeira fase, pelas empresas estatais resultantes, numa segunda fase, nas cooperativas agrícolas e nas aldeias comunais como base da vida colectiva. A “superestrutura” económica seria constituída pela Comissão Nacional do Plano (CNP), com estatuto de Ministério e à luz do Gosplan soviético (órgão máximo de planificação económica da ex-URSS), mais tarde transformada em Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Para o cargo da CNP foi nomeado com estatuto de Ministro, Marcelino dos Santos, o nº 2 do Partido Frelimo, conhecido pelas suas opções políticas marxistas.

Grande parte da economia não informal foi integrada nos Planos Estatais Centrais (PEC) com a duração de um ano, onde a quase totalidade dos recursos financeiros, dos factores de capital, da distribuição de bens de capital e de consumo, e dos recursos humanos (quadros superiores e licenciados) eram afectados pelos PECs e executados por empresas de distribuição de factores de produção, pela banca estatal (estatizada - o Banco Popular de Desenvolvimento - BPD), por empresas de comercialização da produção final, pelas empresas estatais de exportação e de importação. Houve um forte extremismo (como no discurso político), nacionalizando-se ou intervencionando e constituídas empresas para a gestão de barbearias, comércio rural (foi criada a empresa Lojas do Povo que pretendia gerir todas as lojas do meio rural, em todo o país), mercearias e lojas nas cidades (criadas as cooperativas de consumo, como organização dos cidadãos, por bairro, criaram-se os Gabinetes de Apoio à Produção (GAPOS) para a gestão de todas as pequenas e médias empresas agropecuárias. As empresas intervencionadas ou nacionalizadas de média e grande dimensão, que produziam bens considerados estratégicos, eram geridas por uma empresa estatal assim constituída à luz da legislação de então.²

As cooperativas de consumo nas cidades abasteciam os cidadãos com base em um cartão onde indicava a quantidade de alimentos em função do tamanho do agregado familiar. Existiu uma estrutura, a nível municipal, que programava o abastecimento. As quantidades eram limitadas e não suficientes para a alimentação das famílias. Formavam-se grandes filas diante das

1 A partir de então e até meados da década seguinte, “o ambiente tornou-se altamente influenciado pela estética soviética, com pirâmides, estrelas, uniformes militares e hierarquias rígidas: o líder no topo, seguido do bureau político, do comité central, das estruturas do partido até o nível local, e, finalmente, da sociedade em geral. O tempo foi também severamente disciplinado, com planos quinquenais, um Plano Prospectivo Indicativo, concebido para acabar com o subdesenvolvimento em dez anos, ou mesmo um plano para reassentar em aldeias comunais toda a população rural do país num prazo de dez anos. Mais uma vez, isto serve de metáfora clara da vitória do urbano sobre o rural!”, em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-83092019000100327&script=sci_arttext.

Havia uma forte disciplina interna (na Frelimo e no Estado), burocracias hierarquizadas, controle ideológico, discussão “dentro das estruturas” no quadro do princípio “unidade – crítica - unidade” (de uma plataforma inicial de “unidade” – ou unidade em torno das decisões dos comandos, discutiam-se os pontos de vista e opiniões divergentes “dentro das estruturas” – para depois, existir um segundo nível de unidade com as ideias discutidas e, se necessário, com depuração de fileiras, o “inimigo interno”).

2 Apontam-se apenas, como exemplo, a ENACOMO E.E. para importação de bens diversos (sobretudo factores de produção), a EMOCHÁ para a produção de todo o chá de Moçambique; a ROMOS, ROMOC e ROMON, para transporte de passageiros nas zonas Sul, Centro e Norte, respectivamente, os Caminhos de Ferro do Sul, Centro e Norte, a MECANAGRO E.E. que prestava serviços de mecanização em todo o país, empresas industriais, entre muitas outras.

cooperativas, desde madrugada. A maioria das cooperativas encerraram após a reabilitação económica e outras transformaram-se em empresas geridas por privados.

Paralelamente, criou-se uma empresa designada por FNAC (com base na empresa portuguesa do mesmo nome e pertencente, nessa altura, ao Partido Comunista Português). Esta empresa, com natureza fundamentalmente de um supermercado tinha por objectivo retirar moeda externa do mercado (emigrantes moçambicanos da África do Sul, estrangeiros, etc.). Era ainda nesta empresa que as elites do partido Frelimo e do Estado adquiriam bens inexistentes no mercado e que obtinham, durante os primeiros anos após a independência, nas viagens ao exterior (*pocket money*). Paralelamente, foram criadas (em Maputo) as “lojas dos responsáveis” de dois níveis, conforme a hierarquia dos dirigentes.

Este parágrafo revela que, embora o discurso referia para um regime de igualdade social, com base no padrão de acumulação centralizado no Estado de “todo o povo” que asseguraria, no processo de distribuição, a tal desigualdade social. Porém, por via da distribuição dos bens e serviços, essa redistribuição possuía elementos de diferenciação social.

As empresas estatais funcionavam com financiamento assegurado pela banca estatal (BPD), independentemente dos resultados financeiros ou reembolso dos financiamentos. Tinham, numa primeira fase, dois objectivos principais: (1) manter a produção e, portanto, a oferta, seja para o mercado interno como para exportação; e, (2) assegurar o emprego.

Os preços da maioria dos bens começaram a ser estabelecidos administrativamente, com a justificação de protecção do consumidor urbano. A redução da oferta (por diminuição da produção interna) e a manutenção do poder de compra (demanda) devido à manutenção dos postos de trabalho, criaram, sobretudo nos centros urbanos, as economias paralelas (“informais”), catalogadas por *candongas* (termos que possui uma conotação de pequeno crime), com preços acima dos estabelecidos oficialmente. Por isso, os *candongueiros* eram perseguidos pela polícia.

No período entre a independência e o III Congresso, os objectivos da Frelimo (deduzíveis da evolução das realidades), para a área económica, tiveram as seguintes características: (1) estatização radical da economia;¹ (2) concentração da direcção económica estatal e de estratégias de desenvolvimento; (3) substituição do mercado pelo Estado na quase totalidade da economia; (4) manutenção dos preços de forma administrativa dos bens essenciais e para exportação e do emprego para manter o custo de vida; (4) secagem do mercado e impossibilidade de reprodução do sector privado e do “capitalismo”.

Em termos de concepção, o padrão de acumulação estava concentrado no Estado que seria concretizado através dos resultados das empresas e distribuído pelo Plano através do orçamento do Estado (despesas em saúde e educação, abastecimento de água também nacionalizados ou monopolizados pelo Estado) e, principalmente, através da banca estatal. O sector privado remanescente teve grande dificuldade de se sobreviver porque não existia o acesso a esses recursos no mercado. Porém, algumas grandes empresas continuaram a operar em Moçambique.

No modelo “socialista”, a agricultura foi, durante depois da independência (após o III Congresso) e até meados da década de oitenta, o sector para onde foram canalizados grande parte dos recursos da economia e dos recursos humanos. Em 1986, o crédito ao sector agrário representava 50% do total concedido à economia; destes 50%, cerca de 95% destinava-se às empresas estatais. O crédito para a agricultura diminuiu sensivelmente (para cerca de 41%

¹ Todo o tipo de empresas de todas as dimensões foi nacionalizado: mercearias, lojas rurais (“cantinas”), barbearias, farmácias, etc. até aos bancos (excepto um – Standard Bank), seguros, metalomecânica, etc.

em 1989); ano em que as empresas estatais consumiam cerca de 52,8% do crédito agrário e as empresas privadas 45,6%. O restante, menos de 2%, destinou-se ao sector cooperativo e, eventualmente, a alguns produtores de pequena escala (Mosca, 2005).¹

As iniciativas de organização da produção familiar estavam, ao princípio, excluídas. Em Cabo Delgado, houve uma iniciativa de organizar blocos de parcelas familiares: a concentração facilitaria o apoio técnico, a comercialização dos excedentes, a venda de factores de produção, etc. Esta iniciativa foi duramente criticada por estar a fomentar o desenvolvimento da produção individual, cujos camponeses poderiam transformar-se em capitalistas, tal como a experiência dos *kulaks* da URSS. A proposta e primeiras experiências foram consideradas de reacionárias pela Assembleia Provincial de Cabo Delgado, na altura presidida por um alto responsável da Frelimo (membro do Comité Político do Permanente - CPP). Segundo Casal (1991: 64)², estas críticas surgiram também do mais alto órgão do Partido em 1978: o relatório do CPP³ ao Comité Central do Partido Frelimo, na sua 4ª sessão, “chama à atenção para os ‘desvios chauvinistas dos socialismos específicos’, rejeitando a ideia de que possa existir um socialismo africano ou um socialismo moçambicano”.

As aldeias comunais (AC) foram bastante abrangentes na medida em que envolveram um grande número de população.⁴ O processo de mobilização e organização foi descentralizado (ao nível dos distritos), sendo as estruturas a esse nível, responsáveis pelo cumprimento da palavra de ordem. Nas Direcções Provinciais de Agricultura (DPAs), havia uma rubrica destinada a gastos com as aldeias. Os administradores distritais prestavam contas às DPAs, governadores e Ministério da Agricultura. Posteriormente, foi constituída a Comissão Nacional das Aldeias Comunais dependente do Primeiro-Ministro. Os números eram muitas vezes não verdadeiros e tinham por objectivo demonstrar o cumprimento das metas definidas administrativamente pelo Plano Estatal Central (PEC).

O PPI é aprovado entre o III Congresso e 1980 na Assembleia Popular⁵ e possuía uma perspectiva de uma década.

O PPI indicava a ambição de uma socialização total do meio rural (através de empresas

1 Mosca, João (2005). A economia de Moçambique, Século XX. Editora Instituto Piaget. Lisboa.

2 Casal, Adolfo Yánez (1991): “Discurso socialista e camponeses africanos: Legitimação político-ideológica da socialização rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984). Revista Internacional de Estudos Africanos, N.os 14 e 15, pp. 35-75.

3 CPP, correspondia ao que se designa por Bureau Político (nos partidos comunistas) e às comissões políticas dos partidos, como órgão supremo que funciona nos intervalos entre congressos, responsável pela implementação das directivas partidárias.

4 A origem das ACs, surge, aparentemente, de Samora Machel que, ao voar de Nampula para Lichinga, durante a viagem do Rovuma ao Maputo, perguntou a um dos quadros, que posteriormente viria a ser o Primeiro-Ministro da Agricultura: como poderia haver educação, saúde, água canalizada, energia, etc., para a população dispersa. Porém, documentos e discursos da Frelimo referem o conceito/estratégias das ACs para as aldeias nas zonas libertadas, as aldeias na Tanzânia (ujahamas) e as comunas chinesas. Na verdade, conforme se depreende deste livro, as ACs não foram uma opção pragmática, mas, sim, uma opção ideológica de desenvolvimento no quadro da socialização do meio rural.

O Primeiro-Ministro da Agricultura, depois de um parecer técnico acerca das cautelas na implementação das ACs, foi fortemente criticado numa sessão do Comité Central do Partido Frelimo, tendo sido expulso como membro do partido e demitido de Ministro. Foi considerado um democrata social (contra a linha política e as directivas da Frelimo) além e outras adjectivações.

Houve várias velocidades na construção e aglomeração da população nas aldeias: as existentes nas zonas libertadas; as que tiveram origem em zonas de confronto militar onde a população foi aldeada pelo governo colonial (aldeamentos; nos vales dos rios após inundações e no resto do país; e o aldeamento pelo Partido Frelimo em redor de grandes empresas agrícolas; nas zonas mais abrangidas pela guerra civil; e, em outras zonas do país.

Em geral, pode-se afirmar que a concentração da população em aldeias, não foi compulsiva.

5 Aprovado em 1980, na VIII Secção da então Assembleia Popular (AP), durante a primeira república (República Popular de Moçambique), de 1975 a 1 de Dezembro de 1990. A AP passou a designar-se de Assembleia da República e a República Popular de Moçambique passou a designar-se por República de Moçambique.

estatais, das cooperativas), com unidades de produção tecnificadas, de alta produtividade e onde a população possuía os serviços básicos assegurados pelo Estado. A população dispersa deveria ser agrupada em aldeias comunais, a base social e de vida dos operários das empresas estatais e dos cooperativistas de base produtiva colectiva (“trabalho colectivo”, “em grupo” com designações militares - brigada, pelotão, etc.), meios de produção do Estado (terra) e de meios de produção de todas as cooperativas, sendo os resultados igualmente distribuídos, independentemente do trabalho de cada um. Existem versões em como as ACs, além de serem parte de uma opção política de desenvolvimento, eram também uma estratégia de controle da população, sobretudo em contexto de guerra civil e da importância de retirar o possível apoio da população à Renamo, tal como aconteceu durante a luta de libertação, nas zonas libertadas.¹ Um estudo de Geffray e Pederson (1985)² afirma que “as aldeias comunais criaram conflitos entre a população e entre os ‘notáveis’ das comunidades”, e que as estruturas sociais das comunidades foram replicadas aquando da integração nesses assentamentos urbanos, porém, entrando em conflito com as estruturas do Partido Frelimo (os Grupos Dinamizadores) que representavam o novo poder.

O texto da Constituição da I República indica a indústria ligeira, como factor dinamizador da economia, e a indústria pesada, como factor de independência económica.

O sector de transportes manteve-se considerado como um elemento importante da economia moçambicana, pese embora o encerramento das fronteiras com a Rodésia do Sul e o desvio de mercadorias dos países do *hinterland* (sobretudo a Rodésia, o Malawi e a Zâmbia) para os portos da África do Sul. Estes ofereciam, além de maior segurança e eficiência, preços competitivos, num misto de concorrência comercial, mas, principalmente, como forma de enfraquecer a economia moçambicana no contexto do conflito regional. Os caminhos-de-ferro de Moçambique eram então, ineficientes, de risco elevado (devido à guerra civil e aos roubos ao longo da linha férrea e nos portos)

Com a intenção de dificultar a exploração mineira sul-africana (um dos sectores mais importantes da economia do país vizinho), a emigração de moçambicanos³ foi desincentivada. A importância da emigração possuía várias dimensões (económicas, sociais e culturais). Era a fonte de aumento do rendimento familiar e de investimentos na pecuária (sobretudo de bovinos), em arados para trabalhar a terra com tracção animal, para o pagamento do *lobolo* e o jovem era considerado adulto após o período de um contrato nas minas sul-africanas. A presença de mão-de-obra moçambicana nas minas da África do Sul, chegou de representar entre 14 e 24% na população activa do Sul de Moçambique e perto de 20% do total de trabalhadores das minas.⁴ A proibição de funcionamento/recrutamento de moçambicanos pela empresa Wenela reduziu drasticamente a emigração com consequência importantes económicas e sociais.

1 Existe um “slogan” ou princípio de guerrilha maoista, que afirma que o povo está para o guerrilheiro assim como a água está para o peixe. Sem o apoio e participação popular, a guerra de guerrilha não sobrevive e o guerrilheiro (“peixe”), “morre”.

2 Geffray, Christian e Pedersen, Mogens (1985): Transformação da Organização Social e do Sistema Agrário do Camponato no Distrito de Erati: Processo de Socialização do Campo e Diferenciação Social. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane e Ministério da Agricultura. Mimeografado.

3 “Em 1922, foi revogada a Convenção de 1909 celebrada uma outra em 1928 definiu os limites de 12 e 18 meses por contrato e o número máximo de 80.000 Moçambicanos do Sul do paralelo 22º a trabalhar nas minas e o mínimo de 65.000. Em contrapartida, a África do Sul comprometeu-se a fazer transitar pelo porto de Lourenço Marques uma percentagem de não menos de 47,5% das mercadorias importadas por via marítima relativas à zona de competência. Comprometeu-se ainda a pagar directamente ao governo moçambicano em ouro, ao câmbio de 42,22 dólares/onça, 50% dos salários do tempo superior a 9 meses de trabalho dos emigrantes, que estes recebem nas suas zonas de origem em escudos, quando regressavam. Além disso, o Governo de Moçambique recebia 44 xelins e seis dinheiros pelo número médio de emigrantes a trabalhar nas minas”. em Mosca, João (2005). A economia de Moçambique, Século XX. Editora Instituto Piaget. Lisboa.

4 Mosca (2005), obra citada. Veja ainda Centro de Estudos Africanos (1978): O mineiro moçambicano. Maputo, Centro de Estudos Africanos.

O PPI pressupunha uma expectativa de crescimento e transformação económica e social profundos e muito rápidos.¹ A modernização da economia e da sociedade era o objectivo dessas transformações, no quadro de uma revolução popular e democrática e, em alguns outros discursos, uma revolução socialista popular ou somente socialista. Esta perspectiva, supunha o apoio económico massivo dos países socialistas, sobretudo da Europa e em particular da URSS. Foram projectados grandes projectos, como o dos 400.000 hectares em Cabo Delgado e Niassa, o dos 120.000 hectares em Niassa, projecto do ferro e aço, o desenvolvimento integrado dos vales do Zambeze e do Limpopo, entre outros. A agricultura foi, durante os primeiros anos após o III Congresso, a prioridade de desenvolvimento.

Estas perspectivas muito optimistas assentavam em algum “espírito de vitória”, em momento de regozijo da independência e derrota de um exército com apoio internacional (discursos referindo-se à NATO), da convicção da libertação do apartheid e dos colonialismos ainda existentes na África Austral, do apoio popular e do interesse da URSS pela região (considerando as riquezas naturais e no quadro da guerra fria). Na verdade, não havia fundamentação para os ritmos de crescimento e transformação estrutural previstos. Existiu sobrevalorização das capacidades das instituições, dos cidadãos (recursos humanos, das continuidades/persistência de características económicas, sociais e culturais de longo prazo e voluntarismos político e ideológico. Os riscos (evolução dos conflitos regionais, da guerra-fria, da situação económica dos países socialistas não corresponderam ao esperado ou foram mal ponderados).

A crise económica dos anos oitenta foi grave. A pobreza generalizou-se, secas e cheias sucessivas provocaram mais de um milhão de pessoas com fome acudidas por programas de apoio humanitário (estima-se que entre quatro a seis milhões de cidadãos refugiaram-se em países vizinhos), empresas estatais somavam elevados défices financeiros e encontraram-se impedidas de produzir devido à guerra, inflação elevada, défice externo (sem dinheiro para pagar a importação de combustível)², as cooperativas foram dispersadas ou paralisaram a actividade ainda incipiente, a comercialização agrícola ficou desarticulada, poucos emigrantes na África do Sul, com consequências sobre as receitas em divisas, e aumento da população desempregada nas cidades, baixo funcionamento dos caminho-de-ferro e dos portos, etc. Em resumo, os suportes da economia colonial ficaram desestruturados sem que houvesse capacidade de substituição da produção, do emprego e do rendimento das famílias, tendo-se assistido ao colapso da estrutura produtiva (socialista – empresas estatais, cooperativas e padrão de acumulação centrado no Estado), devido ao conflito armado e à redução ou fraco apoio económico externo.

O PPI pouco foi implementado. Os pressupostos não aconteceram, principalmente: (1) a guerra, inicialmente de desestabilização é transformada em guerra civil que, com início no Centro do país, se alastrou para grande parte do território nacional; (2) os custos sociais, económicos e políticos da conflitualidade regional; (3) o colapso do socialismo nos países do leste da Europa; (4) a falta de adaptabilidade do modelo e do ritmo de transformação da sociedade, da economia e da estrutura económica; (5) debilidade das instituições (segundo o conceito amplo de instituições). Não só o PPI não foi realizado, como o socialismo não passou de um objectivo ideológico e de uma “experiência”. Apesar do período da “experiência socialista” ter sido de menos de 10 anos, ela deixou importantes marcas nas mentalidades, na economia e na sociedade, como se pode observar ao longo deste livro.

Em termos políticos e de cooperação, a aprovação do PPI representava uma vitória da ala

1 Idem.

2 Foi necessário que se negociasse com Angola, Argélia, Iraque e Líbia, créditos a longo prazo para o fornecimento de petróleo. Grande parte destes créditos não foram pagos; foram perdoados bilateralmente ou anulados no âmbito da iniciativa de perdão das dívidas dos países altamente endividados.

ideológica socialista, muito próxima à URSS e países socialistas da Europa. Sem que houvesse uma diplomacia exclusivista em relação aos países socialistas asiáticos, especialmente da China, esta adoptou uma posição de ponderação. Houve assim a continuidade das relações com a URSS e de menor dimensão com a China. Recorde-se que era o período do chamado conflito político sino-soviético, existindo também, entre os movimentos de libertação africanos os que se inclinavam para um ou outro país.¹ A cooperação com o ocidente era muito reduzida, excepto com alguns países do Norte da Europa. Ao longo dos anos oitenta, o colapso socialista, o aumento da agressividade do conflito regional e o afastamento e bloqueio económico não declarado de alguns países socialistas, tornaram difícil (ou impossível) um comportamento positivo da economia fortemente e tradicionalmente muito dependente.

O IV Congresso realizou-se em 1984. Nessa altura, as conversações com o FMI e Banco Mundial e com Pretória davam os primeiros passos.

Os conceitos de desenvolvimento nos distritos, de “contar com as próprias forças”, papel do sector estatal agrário como dinamizador da economia, o sector familiar e cooperativo como fundamentais, a convicção da vitória militar, o reforço do papel da Frelimo, estavam presentes. O discurso mantém a agricultura como prioritária, agora com maior ênfase para o sector familiar.

Os extractos dos discursos abaixo transcritos reflectem o referido no parágrafo anterior: “A primeira reserva é o sector familiar. Em conjugação com o comércio interno definimos, na base das instruções do Partido, 32 distritos prioritários. Para esses distritos, tanto no quadro empresarial, como no quadro da organização estatal, foram afectados mais de 500 jovens quadros à agricultura. Nesses distritos constituíram-se a curto termo pequenas bases polivalentes destinadas a garantir a comercialização agrária e o armazenamento; aprovisionar em instrumentos de produção e outros factores a região; iniciar a produção de sementes; orientar o melhoramento genético e sanitário do gado; reparar a maquinaria agrícola; produzir alguns instrumentos de trabalho; e, com recursos locais, promover o aproveitamento da água”.² “O caminho a seguir é através da introdução de novas técnicas simples que não criem dependência do exterior, é pelo desenvolvimento de pequenos projectos dirigidos à solução dos problemas prementes do homem, libertando a iniciativa criadora dos trabalhadores e camponeses a nível local”.³ “Se o apartheid for tão irreflectido ao ponto de mover uma guerra aberta contra o nosso país, nós esmagaremos o apartheid”.⁴

b) As relações com as igrejas e “autoridades locais/tradicionais”⁵

A Frelimo assumiu decisões críticas no que se refere às relações entre o poder colonial e as religiões, em particular com a igreja católica. Na realidade, conforme a hipótese principal deste livro, a questão central é o poder de influência e de doutrinação das igrejas junto

1 Veja atrás os autodesignados movimentos de libertação “puros” e “não puros”.

2 Intervenção de Sérgio Vieira no IV Congresso.

3 Intervenção de Joao Ferreira no IV Congresso.

4 Intervenção de Hama Thai no IV Congresso.

5 Não existe uma designação consensual para se definir as pessoas que constituem as hierarquias sociais locais de raiz históricas e culturais. Essas hierarquias representam poderes de pessoas/famílias e clãs/etnias que por razões históricas de longa duração se diferenciaram social (principalmente) e económica e que se reproduziram com base em sistemas de produção e económicos da acumulação ampliada. A quantidade, qualidade e localização de terra, o tamanho da família (esposa e filhos), as migrações e assalariamento e o acesso ao mercado, foram factores que se reforça, mutuamente e aceleram a diferenciação social. Algumas das origens de formação de hierarquias podem remontar às chefias nos exércitos constituídas nas lutas e disputas interétnicas e de resistência à colonização. No período colonial foram designados d régulos e fumos (hierarquicamente abaixo do régulo e cobrindo um território menos). Após a independência passaram a designar-se de líderes comunitários”.

dos cidadãos. A capacidade de mobilização e de transmissão dos problemas vividos pela população. Estes aspectos contrariavam os princípios auto-proclamados pela Frelimo, como o único e legítimo representante do povo, a única força que “mobiliza e organiza o povo”. A questão era o controlo político da população.

Samora Machel, no discurso que proferiu no 1º Seminário Nacional de Agricultura, realizado em Marrupa em Junho de 1975, quando realizava a viagem “do Rovuma ao Maputo”, referiu-se nestes termos: “Através da Igreja, através do Islamismo, apoiavam o colonialismo português. E tinha a Igreja Católica, que essa era a aliada natural do colonialismo. Nós temos muitos documentos sobre o casamento entre a espada e a cruz (pp. 49)... Em todos estes crimes encontramos ao lado do exército colonial o capelão, para baptizar o exército, para que pudesse matar melhor (pp. 4) ... Primeiro, não queremos que a Igreja ande a mobilizar o povo. Não, a Igreja não deve mobilizar o povo, a Igreja Protestante não deve mobilizar o povo, portanto vocês muçulmanos, não andem a mobilizar o povo. Quem deve mobilizar o povo é a Frelimo. Só.”, em Carvalho (1975). Este foi um discurso num comício, mas existiram outros momentos em que a Frelimo demonstrou uma frontal crítica ao comportamento das igrejas e, particularmente, acerca do papel da igreja católica na colonização.

As funções não religiosas que as missões realizavam foram-lhes interditas e transferidas para o Estado no âmbito das nacionalizações destes sectores no dia 24 de Julho de 1975, um mês depois da independência, tais como actividades na educação, saúde.

As igrejas, para além do ensino normal, eram acusadas de ensinar nas “escolas rudimentares” (destinadas aos negros), pois os filhos dos colonos frequentavam as “escolas oficiais”, como eram designadas. Muitos dirigentes do movimento de libertação frequentaram ou foram professores nas “escolas rudimentares”. As igrejas formavam também em profissões importantes, como de mecânicos, serralheiros, electricistas (nas chamadas escolas de “artes e ofícios”), geralmente em edifício nos recintos das igrejas. Com a nacionalização da educação, essas escolas cessaram. As escolas rudimentares foram integradas no sistema de educação e, as de arte e ofícios foram, na maioria, encerradas e, com isso, o fim, ou quase fim, durante muitos anos, do ensino técnico a nível “básico” e “médio”.

Outro exemplo das relações difíceis entre o Estado (Frelimo) e as igrejas, foram os campos de reeducação (principalmente em Milange, província da Zambézia, distrito de fronteira com o Malawi), para onde foram enviados os cidadãos que professavam na igreja “Testemunhas de Jeová”¹ imediatamente após a independência. Justificam essa decisão, a rejeição em prestarem serviço militar e recusarem fazer continência à bandeira nacional.

Em 1983 o campo de reeducação dos jeovás foi atacado pela Renamo. Os reeducandos fugiram, na sua maioria, para o Malawi e Zâmbia.

As ligações das igrejas aos poderes, antes e depois da independência, fundamentam, numa certa medida e perspectiva, o discurso de Samora. Porém, o processo de nacionalização foi extremado (conforme já referido), a liberdade dos jeovás não foi respeitada e os discursos foram radicalizados. Por outro lado, não foi reconhecido o papel das igrejas na libertação de Moçambique (e de outros países), nomeadamente na formação de quadros e dirigentes da Frelimo, antes e depois da independência, na consciencialização das pessoas. Foram os padres que denunciaram o massacre de Wiryamu (16 de Dezembro de 1972).² Os padres brancos de

1 Somente em Fevereiro de 1991, foram reconhecidos como “organização religiosa”. Data não confirmada, mas certamente que em princípios da década de noventa do século XX.

2 A chamada “Operação Marosca” foi instigada pela PIDE, e guiada pelo agente Chico Kachavi, que foi assassinado mais tarde, enquanto o massacre era investigado. Os soldados foram instruídos por Kachavi que “a ordem é para matar todos”, sem se importar se havia civis, mulheres ou crianças”. Em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Massa->

Burgos em Tete e Beira foram expulsos de Moçambique¹ e o contributo para a consciência nacionalista dos bispos da Beira e de Nampula, respectivamente Dom Soares de Resende e Dom Vieira Pinto, para além de muitos padres “anónimos” não foi reconhecido.

Porém, existiram também bispos e padres cujas atitudes corresponderam com a essência do que Samora afirmava. “Missionários católicos e protestantes, procurando inculcar a ética do trabalho entre os recém-convertidos, reiteravam esta mensagem dos seus púlpitos e nas salas de aula. Na verdade, muitos não viam contradição de espécie alguma entre evangelização e forçar os estudantes e os seus professores a trabalharem nos campos de algodão pertencentes à igreja”, Isaacman (1991: 205).²

Quando a guerra civil aumentou de intensidade e se alastrou por grande parte do país, surgiram as primeiras aproximações entre o Governo (Partido Frelimo) e as igrejas. O objectivo era a mobilização, o envolvimento e alianças de diversas forças contra a guerra civil. Os princípios de “único representante do povo” e de “mobilização popular” tiveram que ter alguma “flexibilização”. O IV Congresso foi um marco na estratégia reformista da Frelimo e da governação (veja mais adiante). Alguns altos responsáveis emigraram de comunistas (portanto, em princípio, ateus) para fervorosos membros de diversas igrejas.

Em resumo, as relações entre a Frelimo e seu governo com as igrejas variaram entre quase extremos, dependendo dos sistemas de alianças em defesa do poder e na afirmação do monopartidarismo.

As relações com os régulos (antes e depois da independência – durante a guerra civil) foram diversas e variavam em função das relações destes com o poder colonial e com a Renamo.³

Aqueles que eram considerados aliados do inimigo eram mortos. Os outros, instrumentalizados como mobilizadores da população em favor da Frelimo. Em meados da guerra civil e coincidentemente com a “reconciliação” com as igrejas, existiu também um processo de aproximação aos ainda “régulos” e designados de líderes locais. Começaram a receber um salário do Estado e fardas demarcadoras de autoridade local, passaram a ter assento

cre_de_Wiriyamu.

Foram criadas versões diferentes dos acontecimentos, uma delas relatada por Laurean Rugambwa, Arcebispo de Dar-es-Salaam, que afirma que as alegadas mortes foram da responsabilidade de soldados da Frelimo, e não pelas forças portuguesas. [5] Noutra versão dos acontecimentos, os alegados massacres não passaram de uma forma de propaganda cujo objectivo era destruir a reputação do Estado português no estrangeiro.

1 “Em Maio de 1971, 48 padres brancos da Beira e Tete deixaram Moçambique para não serem “cúmplices de um apoio oficial que até os bispos... parecem dar a um regime que astutamente usa a Igreja para consolidar e perpetuar na África uma situação anacrónica”. Protestos e choques com o governo português levaram à violência repressiva, e deportações de 100 missionários, incluindo o já citado bispo de Nampula”.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Cat%C3%B3lica_em_Mo%C3%A7ambique.

2 ISAACMAN, Allen (1991): “Camponeses, trabalho e processo de trabalho. O cultivo forçado de algodão em Moçambique colonial (1938-1961)”. Em Moçambique, 16 anos de Historiografia. Maputo, colecção Painele Moçambicano, pp.195-237.

3 “No decurso da guerra, a elite da Frelimo acabou por reconhecer a relevância estratégica das chefias tradicionais (sem, contudo, confiar nelas), tendo criado para estas autoridades o cargo de «chefes de produção» (Geffray, 1991: 136). No entanto, a este respeito, o partido e o exército posicionavam-se de forma diferente (Honwana, 2003a: 179), teimando o partido em negar a sua relevância. Pelo contrário, vários autores sublinharam a importância dos poderes religiosos de algumas autoridades tradicionais durante a guerra, respeitados e temidos por ambos os exércitos (e.g. Geffray, 1991: 88; Seibert, 2003: 273-275), e mesmo capazes de abrir autênticas «clareiras de paz» onde muitos buscavam refúgio (Wilson, 1991: 3-7). O monopólio da «guerra dos espíritos» detido pela Renamo e a sua auto-atribuída superioridade mágica (Roesch, 1993) foi finalmente desafiada com a criação dos Naparamas (Wilson, 1991: 3). A suposta invencibilidade deste grupo independente de agricultores – que lutava apenas com armas brancas, como catanas – resultava de um ritual de vacinação que os protegia contra as balas (cf. Seibert, 2003: 275. Em file:///C:/Users/Joao%20Mosca/Downloads/POBREZA%20E%20BEM-ESTAR%20EM%20MOCAMBIQUE_%20TERCEIRA%20AVALIACAO%20NACIONAL.pdf

nas primeiras filas das reuniões de membros do governo e da Frelimo com a população, são consultados para a discussão e encontro de soluções para os problemas que afectam as comunidades e desempenham algumas funções do Estado a nível local, como, por exemplo, na atribuição ou consultas para a atribuição de Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Em resumo, assiste-se a uma captura das autoridades locais por via económica (salários), de meios de simbolismo de autoridade (fardas e assentos em reuniões) e passaram a ser funcionais com o Estado. Em situação de conflito, como, por exemplo quanto à ocupação da terra, as autoridades gentílicas terminam por ser “ensanduichadas” entre os interesses e a representatividade da população, por um lado, e o poder de Estado que impõe, muitas vezes, decisões centrais e sem auscultação das comunidades e o aliciamento corruptos por parte de algumas empresas e multinacionais.

c) Guerra civil

Conforme referido em outras partes do livro, a guerra pós-independência, designada oficialmente depois do Acordo Geral de Paz -AGP, por “guerra dos 16 anos”, de desestabilização (durante um largo período) ou simplesmente por bandidos armados. A Renamo referia-se como a “guerra pela democracia”. A designação de guerra civil surge antes do fim do conflito quando se constata o alastramento para grande parte do território em consequência da existência de um grande suporte social à Renamo.

Estes “conceitos”/definições não são somente semânticos. Bandido armado significa que o então Movimento Nacional de Resistência (MRN) era um grupo de bandoleiros, ao serviço dos interesses portugueses que saíram do país (fugiram, na linguagem oficial) que, em ligação com o exército e a segurança rodesianas, pretendiam dificultar a independência e o desenvolvimento. O exército rodesiano apoiou em treino militar, logística e incursões em Moçambique (directas ou em cobertura de acções do MRN) e com propaganda (Rádio África Livre). Ian Smith temia a intensificação da guerra contra o seu regime de independência unilateral e branca em relação à Inglaterra, o que era justificado pelos discursos e primeiras medidas da Frelimo após o Governo de Transição (de 20 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975). Este temor era suportado pelo apoio imediato à tomada de posse do Governo de Transição que a Frelimo prestou aos guerrilheiros da ZANU, com campos de treino, sobretudo nas províncias de fronteira (Tete e Manica) e depois com acções de militares moçambicanos dentro do Zimbabué (descrito no ponto 2.1).

Surge assim, a designação de guerra de desestabilização a partir do exterior. Desestabilização querendo-se referir que o MNR não tinha objectivos nem ideologia política e pretendia somente, a soldo de interesses externos, dificultar ou impedir a independência, o futuro desenvolvimento do país e a concretização de um modelo socialista. Desestabilização externa para acentuar que o conflito era motivado e realizado por interesses externos e que, internamente, não existiam razões para algum movimento anti-Frelimo que almejasse uma independência unilateral e minoritária. Do lado de Ian Smith, estava em causa o seu regime, os interesses de alguns ex-colonos e, mais tarde, a tentativa de contextualizar o conflito regional no âmbito da guerra-fria, nem sempre aceite por algumas potências, como, por exemplo, a Inglaterra em tempos de Margareth Thatcher.

A logística externa em equipamento da Frelimo passou para a África do Sul após a independência do Zimbabué.¹ Esta mudança fez aumentar o nível de apoio comparativamente

¹ A Frelimo publicou, em 1985, os “Cadernos da Gorongosa”, em vários volumes, onde se procura criar a “impressão de que esta tinha uma presença quase diária na vida da guerrilha, que não era mais do que o «braço regional armado do apartheid», isto é, um fenómeno não político, mas de tipo mercenário – daí a expressão «bandidos armados», ou «BAs». Em Não Somos Bandidos Armados, de Michel Cahen, retirado de https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2020/02/n%C3%A3o-somos-bandidos-a-vida-di%C3%A1ria-de-uma-guerrilha-de-direita-a-renamo-na

ao prestado pela Rodésia, e, tal como com Ian Smith, começaram a existir incursões militares do exército sul-africano.¹ Igualmente, Moçambique, após a independência do Zimbabué, aumentou o apoio ao ANC, seja diplomaticamente, refúgio de dirigentes do ANC e treino militar.

A Renamo possuía o discurso em defesa de um regime multipartidário, anticomunista, como resposta aos interesses e forças internas da Renamo. Multipartidarismo, por existirem moçambicanos com essa agenda (Uria Simango, Joana Simeão, Máximo Dias, entre outros) e não concordarem com a orientação política da Frelimo; anticomunista, como resposta aos interesses do capital de acumulação recente em Moçambique² e aos interesses externos.

A designação de “guerra dos 16 anos” retira qualquer adjectivação ao conflito, eventualmente na expectativa de se iniciar um período de não conflito, paz e reconciliação. “Guerra civil” é uma designação não aceite pela Frelimo e, simultaneamente, a Renamo parece evitar essa designação. Guerra civil é a designação mais usada na literatura académica e crítica, fundamentando-se nos resultados das primeiras eleições gerais, onde a Renamo obteve 37,78% dos votos (contra 44,33% da Frelimo) e Dhlakama 33,73, tendo ganho Chissano com 53,3% nas eleições presidenciais. Quando se analisa a níveis territoriais (distritais e provinciais) observa-se claramente preponderâncias elevadas para cada um dos dois partidos, o que pode ser interpretado como a etnicidade do voto ou a etnia e a região com um factor de decisão do eleitor.

Estes resultados manifestam o apoio de uma elevada percentagem dos cidadãos aos moçambicanos que atravessavam grandes dificuldades. Para além do descontentamento (sobretudo no meio rural), em consequência dos campos de reeducação, das aldeias comunais da pobreza, da ruptura da rede comercial, a conflitualidade e inversão das hierarquias sociais e de expectativas goradas no pós-independência (por exemplo, acesso à terra), a Renamo implantou-se em grande parte do território.

Iniciou-se um círculo vicioso de violência que se reflectiu no recrudescer permanente da guerra. Moçambique tentou a internacionalização do conflito militar, o que não foi aceite por nenhuma das partes (países ocidentais e comunistas da Europa, especialmente a ex-URSS)³. A Renamo possuía representantes em algumas capitais europeias.

A partir de meados dos anos oitenta do século XX, a economia de Moçambique estava em profunda crise. Os países socialistas da Europa colapsavam e retiraram, gradualmente, o apoio a Moçambique, principalmente ao ver seus compatriotas a sofrer, como foram os casos do ataque entre Lichinga e Unango, onde estiveram cooperantes da República Democrática da Alemanha (RDA), e o ataque às minas de Murrupula, onde existia cooperação soviética no sector mineiro.⁴

-%C3%A9poca-do-acordo-de-nkomati-.html

1 As incursões mais conhecidas foram o ataque a casas de membros do ANC na cidade da Matola e o avião espia teleguiado abatido em Maputo/Matola.

2 A partir do Estado Novo em Portugal (finais da década de quarenta do século XX) e no contexto do nacionalismo económico de Salazar, começou a emergir em Moçambique, e nas outras colónias portuguesas, uma classe capitalista de colonos de uma ou várias gerações em Moçambique, com acumulação local e investimentos nos diferentes sectores de actividade, tanto nas cidades, como em zonas rurais de maior potencial agrário e comercial. Este capital começou a opor-se às medidas económicas de Lisboa que estrangulavam o crescimento do capital emergente de natureza endógena e sentido de independência (em muitos casos à imagem da Rodésia). Sobre este assunto, veja MOSCA, João (2007): “Salazar e a Política Económica do Estado Novo”. Lusíada. História, Série II, Número 4, pp. 339-364.

3 Informações informais referem que Samora Machel haveria solicitado equipamento militar à União Soviética com o objectivo de fazer incursões relâmpago com impacto na economia sul-africana e o efeito psicológico nos sul-africanos brancos, o que poderia implicar uma saída massiva destes sul-africanos.

4 Em alguns casos, cidadãos de países socialistas foram atacados nos locais de residência e de trabalho ou em viagens. Por exemplo, em Niassa, no âmbito do projecto dos 120 mil hectares, um ataque a 6 de Dezembro de 1984, na província nortenha do Niassa, a 20 km de Lichinga, na estrada entre a capital provincial e Unango, houve um ataque

O corredor da Beira foi defendido/patrolhado por militares zimbabueanos. Ao longo da guerra civil as tropas zimbabueanas tiveram uma presença constante na zona Centro e participaram em operações militares de grande vulto, como foi a tomada da base principal da Renamo (“Casa Banana”), na Gorongosa, a 28 de Agosto de 1985.¹ Samora esteve no local após a tomada onde se referiu ao sucesso da operação com a frase ”partimos e espinha dorsal da cobra”.

Forças tanzanianas estiveram em Moçambique, sobretudo nas províncias de Tete e Zambézia, onde, defendiam principalmente posições económicas, tendo-se envolvido também em algumas operações de vulto. Forças tanzanianas e zimbabueanas apoiaram e lutaram ao lado das forças governamentais na “recuperação dos distritos e vilas sob controlo da Renamo na província da Zambézia. Morrumbala foi um dos distritos reconquistados pelo exército governamental moçambicano em resultado das operações conjuntas”²

Existiram também atrocidades praticadas por ambas as forças. Ressaltam-se dois casos: o conhecido massacre de Homóine, em Inhambane, primeiro no ataque à vila sede do distrito e, depois pela artilharia pesada do exército moçambicano na recuperação daquela; o ataque e ocupação da vila de Marromeu, importante centro de produção de açúcar, tendo sofrido danos com a ocupação da Renamo e com a recuperação pelo exército moçambicano, que incluiu bombardeamentos da força aérea.

A guerra estendeu-se por uma grande parte do país. Até então (princípios os anos oitenta), as acções concentravam-se na zona Centro, não só devido às origens etnolinguísticas do MRN, à proximidade da Rodésia do Sul e às condições do conflito Moçambique-Rodésia já descritas (corredor da Beira, sanções de bloqueio à economia). As províncias de Tete (com maior abertura do Malawi no apoio ao trânsito de guerrilheiros da Frelimo), da Zambézia, de Nampula e Inhambane foram palco de ataques e ocupação do território por parte da Renamo, assim como vastas zonas de Gaza. Os ataques aconteceram nas periferias da cidade de Maputo ou mesmo no que se designa pela zona metropolitana de Maputo (bairro dos Pescadores, Matola-Rio, bairro da Liberdade, Catembe, etc.). Dlhakama teria afirmado ter-se arrependido em não atacar a cidade capital. As principais estradas de Moçambique eram quase que intransitáveis, circulando-se somente com colunas militares frequentemente atacadas. Nesses ataques, incendiavam-se viaturas, queimavam-se moçambicanos dentro dos carros, e, entre outras, raptavam-se pessoas.

Surgiu na Zambézia um grupo denominado de Naparamas que, segundo informações, foi criado (ou reactivado³) pela Frelimo com o objectivo de obtenção de informações sobre a

da Renamo onde perderam a vida oito cidadãos da RDA, um trabalhador jugoslavo e cinco moçambicanos. Até hoje, não se sabe ao certo quem levou a cabo o ataque”, em <https://www.dw.com/pt-002/unango-o-ataque-que-parou-a-a-juda-da-rda-a-mo%C3%A7ambique/a-55741707>.

Na Zambézia, a Renamo atacou a vila de Morrua, no dia 21 de Agosto de 1983, onde trabalhavam cooperantes russos nas minas. Foram mortos no local dois moçambicanos e dois russos, e raptados 22 russos (ou 24 – a fonte teve dúvidas entre os dois números). Posteriormente, dois russos foram mortos numa tentativa de fuga e outros faleceram com malária. O grupo sobrevivente dos raptados no ataque foi entregue pela Renamo à Cruz Vermelha no Malawi (informação obtida a um entrevistado que viveu os acontecimentos em Morrua).

Com esses e outros ataques, as actividades locais paralisaram (empresa estatal de Unango no contexto do projecto dos 120 mil hectares e mineração em Morrua) e, posteriormente, também cessou a cooperação com os respectivos países, pelo menos nos sectores de agricultura e minas.

1 Casa Banana foi recuperada pela Renamo alguns meses depois.

2 Veja a tese de doutoramento de Rufino Carlos Gujamo (2016), com o título A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004, Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora (programa tripartido de doutoramento).

3 Os Naparamas existiram historicamente no quadro dos conflitos locais interétnicos e contra a ocupação colonial, e tinham como objectivo a dessa dos seus domínios territoriais.

Renamo. Posteriormente, segundo a mesma fonte, foram armados pela Frelimo constituindo-se num grupo à margem do exército governamental, mas operando coordenado pelas hierarquias militares da província. Outra versão refere que se constituíram autonomamente, como movimento local, a partir dos régulos e curandeiros que não aceitavam a guerra em seus territórios.¹ Nessa perspectiva, os Naparamas lutavam contra a Frelimo e a Renamo, em defesa da paz em seus territórios. Eram cuidados por curandeiros que, segundo a lenda, conferia poderes anti bala nos combates. O seu comandante tinha como nome Manuel António, morto em combate.²

Estima-se que cerca de um milhão de pessoas terá perdido a vida devido à guerra e a situações de fome, entre cinco e seis milhões deslocados das suas zonas de origem e refugiados em países vizinhos. Na primeira avaliação em 1996/1997, a pobreza de consumo cobria 69,4% da população.

Samora Machel ganhou consciência do descontrolo da situação militar e realizou mudanças no Ministério da Defesa e no Estado Maior General das Forças Armadas. Antes da viagem a Lusakca, no regresso da qual aconteceu o acidente de M´Buzini, a 19 de Outubro de 1986, Samora Machel fez uma reunião com os altos comandos militares e estava prevista, para depois do regresso, mais uma profunda reforma nas hierarquias das forças de defesa e segurança. A partir de finais da década de oitenta, estava evidente que a guerra não seria vencida militarmente pelas forças governamentais.

Depois da morte de Samora, as negociações, iniciadas em 1984, com as Instituições de Bretton Woods (principalmente com o FMI) e com Pretória continuaram, até aos acordos para iniciar o típico Programa de Ajustamento Estrutural³ em Janeiro de 1987 e o Acordo de N´Komati.⁴

Várias foram as reacções ao Acordo de N´Komati. “No seio da Frelimo, o acordo de Nkomati gerou alguma divisão entre a linha mais dura ... que viam o entendimento como a capitulação em relação ao regime do apartheid e a ala mais moderada com pessoas (...). Segundo Chester Crocker, durante os primeiros contactos com Moçambique, o objectivo primário dos EUA era «mudar Moçambique da sua confrontação autodestrutiva com Pretória para fortalecer

1 Argumenta-se que os Naparamas têm como origem a zonas da Maganja da Costa, território onde se afirma haver uma consciência de poder em território historicamente habitado pelos maganjas, com sentido de Estado, o que se encontra abordado no livro *A República Militar da Maganja da Costa (1862-1898)*, de José Capela. Arquivo Histórico de Moçambique.

2 Manuel António vacinava os seus seguidores fazendo-os ingerir poções baseadas em plantas medicinais e marcando-os com incisões simbólicas que os imunizariam das balas inimigas. Os guerreiros de Manuel António estavam convencidos que eram imunes às balas. Actuavam, inicialmente com meios de combate artesanais (zagaia, lanças, etc.), e chegaram de ter uma presença territorial (toda a costa da Zambézia e na província de Nampula) e um número de “guerreiros elevado (fala-se de mais de 10.000 homens). <https://pt.wikipedia.org/wiki/Naparamas> e uma conversa com um responsável militar da província da Zambézia durante um certo período da guerra civil.

3 “Patrioticamente” designado de Programa de Reabilitação Económica (PRE). Em outros países dominou a designação atribuída pelas IBW de Structural Adjustment Programmes (SAPs). O período do PRE encontra-se desenvolvido numa secção adiante.

4 Sobre as movimentações da diplomacia moçambicana iniciadas em meados de 1982 junto dos Estados Unidos da América (administração Reagan), para um entendimento da África do Sul, veja Rufino Carlos Gujamo (2016), obra citada.

“O artigo 3 ocupa cerca de um terço do Acordo e estabelece no seu primeiro parágrafo que ‘as altas partes contratantes não irão permitir que os respectivos territórios, águas territoriais ou espaços aéreos sejam utilizados como bases, pontos de passagem ou de qualquer outra forma, por outro Estado, Governo, forças militares estrangeiras, organizações ou indivíduos que planeiam ou se preparam para levar a cabo actos de violência, terrorismo ou agressão, ou que possam ameaçar a segurança dos seus habitantes’.

Para tal, as duas partes comprometiam-se a ‘eliminar dos respectivos territórios bases, centros de treino, locais de guarida, alojamento e trânsito para os elementos que pretendam realizar as acções referidas no número 1 deste artigo’. Comprometiam-se igualmente a ‘eliminar dos respectivos territórios centros ou depósitos de armamento de qualquer tipo’ e “postos ou locais de comando, direcção e coordenação de pessoas que queiram praticar actos de violência contra o outro país’ ...”. Em <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/96325-ha-36-anos-acordo-de-nkomati-evitou-agressao-directa-sul-africana>, de 16 de Março de 2020.

um novo pensamento sobre as políticas domésticas ruinosas e explorar a sua maturidade para abandonar o seu alinhamento próximo da URSS e Cuba e, comportar-se como um país independente e não-alinhado (...). A nível externo, o acordo de Nkomati foi criticado por alguns países da África austral, considerando que se tratava-se da capitulação de Moçambique perante Pretória. Entretanto, outros países consideraram que a pressão debaixo da qual Moçambique estava fazia da decisão moçambicana compreensível. Os países vizinhos e o movimento dos não-alinhados mostraram-se compreensivos, porém, não satisfeitos com o acordo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Botswana, Archie Mogwe reconheceu que Moçambique foi forçado a assinar o acordo, sublinhando que o pacto seria fútil e de pouca duração porque não tratava as questões fundamentais do apartheid. O Comité executivo do ANC dizia que o acordo iria perpetuar o governo ilegítimo de minoria branca na África do Sul. Embora tenha manifestado a compreensão em relação à assinatura do acordo de Nkomati por Moçambique, o ANC não deixou de expressar a sua insatisfação com a posição de Maputo na medida em que a partir de Moçambique era possível realizar operações contra a África do Sul.

A reacção negativa à assinatura do acordo de Nkomati veio principalmente dos países do bloco socialista sobretudo de Cuba e dos partidos comunistas. Muitos cooperantes, militantes, ou filiados nesses partidos deixaram então Moçambique em sinal de protesto e desagrado político. Entretanto, outros países como a China e a Jugoslávia manifestaram o seu apoio a Moçambique pelo entendimento com Pretória. Segundo o Embaixador da China em Maputo, Wang Hao o acordo de Nkomati iria favorecer a recuperação económica de Moçambique e a política de boa vizinhança entre Maputo e Pretória, contribuindo para a paz e estabilidade na região. Murat Agovic, Embaixador da Jugoslávia em Maputo, expressou o apoio do seu país à assinatura do acordo de Nkomati, sublinhando que Moçambique precisava de paz (...). Outros países prestaram o seu apoio a Moçambique pela assinatura do acordo de Nkomati. No dia 27 de Abril de 1984, os chefes de Estado e de governo dos países africanos de língua oficial portuguesa, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe reuniram-se em Maputo onde manifestaram o seu apoio a Moçambique e Angola pela assinatura dos acordos de Nkomati e de Lusaka, respectivamente”¹

Com os dois acordos, criaram-se condições, internas e externas, para a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), no dia 4 de Outubro de 1992, em Roma, na Comunidade de Santo Egídio.

Somente o agravamento da guerra e a crise económica e profundas alterações nos contextos políticos, económicos e militares internos e internacionais, sob pressão internacional, forçaram o governo de Moçambique a ceder e a iniciar conversações com a outra parte beligerante. As conversações propriamente ditas, em Roma, foram precedidas de largos e demorados preparativos, envolvendo os EUA, a RAS e países africanos. O tempo foi também demorado de forma que as diferentes posições internas da Frelimo fossem compreendidas e assumidas.²

¹ Gujamo (2016), obra citada, pág.s 315 e 316.

² Joaquim Chissano e P.W. Botha tiveram conversações em Setembro de 1988 no Songo (Cabora Bassa), conhecido como o Nkomati II (Hermele, 1990); não obstante, a guerra intensificou-se em 1989. A situação militar na África Austral mudou de percurso com a derrota do exército da RAS na batalha de Cuito Cuanavale e com o aumento das baixas de soldados brancos, o que conduziu à saída do exército sul-africano de Angola e às negociações para a independência da Namíbia: era o princípio do fim do apartheid. Os EUA e a Inglaterra, começaram a apoiar Moçambique e pressionavam o governo sul-africano para terminar o apoio efectivo à Renamo e para o fim do regime do apartheid: os interesses económicos começavam a possuir maior importância no poder sul-africano, procurando contrariar a presença da extrema-direita militar e dos representantes dos boers. Em Moçambique, o exército perdia a iniciativa, a combatividade era reduzida e a indisciplina aumentava no seio das FAM (Forças Armadas de Moçambique); o governo chegou a uma fase de pretender a paz a qualquer preço (Hermele, 1990:35). A defesa dos principais locais económicos no centro e norte do país eram assegurados pelos exércitos do Zimbábue (que ampliou a presença para além do corredor da Beira), do Malawi (no corredor de Nacala) e da Tanzânia em diferentes pontos, sobretudo na Zambézia. Pode-se admitir, hipoteticamente, que a guerra foi intensificada com o propósito de se conseguir os objectivos ocultos das reformas políticas e económicas e de interesses externos aliados a grupos do poder: repita-se, o fim definitivo de qualquer possibilidade de recuperação da opção “socialista”, a saída do poder da ala radical de esquerda,

Em resumo, a guerra civil teve factores internos e externos que se reforçaram mutuamente. A radicalização da guerra foi ainda causada pelo contexto de conflitualidade regional e internacional e pelo constante não reconhecimento da natureza da guerra e das suas dinâmicas internas e nos contextos regionais e internacionais. A Renamo foi considerada, até ao fim da guerra, um grupo de bandoleiros (“bandidos armados”, a soldo de interesses externos), sem ideologia, nem programa de governação.

A guerra civil teve como estratégias internas, enfraquecer a economia, atacar os programas do governo relacionados com a “socialização”, sobretudo no meio rural (empresas estatais e aldeias comunais), retirar apoio das populações ao governo. Os factores externos foram importantes na guerra, tanto no princípio como durante, e na assinatura do AGP. Em qualquer caso, existiam condições internas de propagação e alargamento espacial da guerra. Na última fase da guerra civil, a Renamo tinha alcançado os seus objectivos iniciais e os que foi formulando ao longo dos anos, nomeadamente: evitar a opção socialista; forçar a opção por um regime multipartidário (o que a Renamo designa de “democracia”); e, reivindicar mais equilíbrio étnico no poder (não consta nos discursos).

Por outro lado, a Frelimo tinha a certeza que a guerra, da “banca rota” da economia, do colapso do mundo socialista e que a única opção de sobrevivência da própria Frelimo e do poder que detinha, eram as negociações de paz (a implementação do AGP é apresentada adiante). Existiam já fortes indícios de parte da elite da Frelimo que quer fazer negócios o que, de algum modo, era restringido por uma parte dos militantes.

Em síntese, a guerra foi militarmente ganha pela Renamo e os seus objectivos principais alcançados. A paz veio a acontecer depois de prolongadas negociações e de tentativas de incluir assuntos rejeitados, incluindo pelos negociadores da África do Sul, por exemplo, a questão de assuntos relacionados com os emigrantes moçambicanos na RAS.

d) Educação¹

A educação e saúde são apontados com dois exemplos de importantes avanços depois da independência. Desde a luta de libertação que a formação militar e a saúde tiveram importância. O Instituto Moçambicano² na Tanzânia e o envio para o exterior de militantes aconteceu, principalmente para os países socialistas e alguns países da África do Norte e China.

No texto referido (pé de página anterior) a linha política da Frelimo reflecte-se na escola “Educar o homem para vencer a guerra, construir uma sociedade nova e desenvolver a Pátria”.³ A preparação do Homem Novo, revolucionário, para tomar o poder e desenvolver o país eram alguns dos objectivos da educação.

Depois da independência, as escolas foram nacionalizadas. Pretendia-se: (1) “descolonizar o sistema de ensino colonial (escolas oficiais e rudimentares, sendo as primeiras para os colonos e as segundas para as crianças negras, sobretudo veiculadas pelas missões religiosas);⁴ (2) a

o fim dos monopólios estatais, a criação de um ordenamento jurídico que facilitasse as privatizações e posições de privilégio na região para os interesses sul-africanos na era pós-apartheid.

HERMELE, Kenneth (1988): “Guerra e Estabilização. Uma Análise e Médio Prazo do Programa de Recuperação Económica de Moçambique. Revista Internacional de Estudos Africanos, N.os 8 e 9, pp. 247-293.

1 Neste texto desenvolve-se com maior ênfase o ensino superior.

2 Veja no ponto 1.2 deste capítulo. Uma brochura da Frelimo (1979) assinada por Samora Machel, com o título Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder.

3 Palavra de ordem emanada da II Conferência do DEC (Departamento de Educação e Cultura) da Frelimo.

4 “Com a assinatura da Concordata e do Estatuto Missionário, o Estado português transferiu para a igreja a sua responsabilidade sobre o ensino rudimentar, comprometendo-se a dar um apoio financeiro às missões e às escolas católicas”. <http://ead.mined.gov.mz>.

massificação do ensino; (3) generalizar as experiências das zonas libertadas (criar o Homem Novo e preparar quadros para dirigir e desenvolver o país ao serviço do povo).

Imediatamente após a independência, houve um amplo movimento de alfabetização nos bairros e empresas. Estudantes de vários níveis de ensino tornaram-se alfabetizadores. Os dados oficiais indicam uma redução rápida do analfabetismo (de 90% para 40%). Houve uma massificação do ensino básico e, progressivamente, do ensino secundário.

Houve um grande esforço na formação de professores. Porém, a qualidade é má. Um estudo o Banco Mundial, de 2015, acerca do ensino primário, teve como principais conclusões as seguintes: Quase metade dos professores (45%) não estavam na escola durante uma visita não anunciada dos consultores e mais outros %\` estavam na escola, mas não na sala de aula, onde deveriam estar a leccionar. O resultado é que os alunos apenas recebem uma média de 1hr e 41 minutos de ensino por dia. Por outras palavras: dos 190 dias de aula, os alunos apenas recebem, de facto, 74 dias de aulas.

“Os professores em Moçambique têm graves lacunas de conhecimento e capacidade de ensino. A pontuação média obtida na avaliação aos professores (em português, matemática e pedagogia) foi de 29 por cento. Apenas 65 por cento dos professores de matemática conseguiram fazer a subtracção de números de dois dígitos (por exemplo, 86-55), e apenas 39 por cento puderam fazer subtracção com números decimais (por exemplo, 12,15-11,83 (...)) Enquanto o país está a alcançar quase 100 por cento de ingressos no ensino primário, a ausência entre os alunos matriculados na escola é elevada: em média 56 por cento dos alunos estavam ausentes (...). Apenas 49 por cento dos alunos puderam fazer adição de números de um dígito (por exemplo, 7 + 8) e apenas 5 por cento puderam fazer uma operação de subtracção de números de dois dígitos (por exemplo, 57-49).

Em período de estatização, apenas existiam duas universidades (Eduardo Mondlane (ex-Universidade de Lourenço Marques) e a Pedagógica) até 1994, quando foi constituída a primeira universidade privada.

Imediatamente depois da independência foi notória a influência/intervenção da Frelimo nas universidades públicas. Estudantes dos últimos anos de alguns cursos, por decisão governamental, suspenderam os estudos para irem trabalhar pela revolução. Foram instituídos os trabalhos de campo no mês de Julho (conhecidos por AJUs - Actividades de Julho) para desenvolver diversas tarefas com e para o povo. Até praticamente os primeiros anos da década de 80, nenhum estudante saiu para formação pós-graduada no exterior e, quando aconteceu, os nomes deviam passar pelo crivo da Frelimo.¹

Logo após o Governo de Transição, existiram mudanças nos currícula de algumas faculdades, com a introdução de disciplinas sobre o marxismo, o método dialéctico, a história de África, entre outras.

Muitos estudantes universitários saíram do país acompanhando seus pais. Outros ficaram e, na sua maioria, eram descendentes de colonos que permaneceram no país ou que, eles próprios, decidiram ficar em Moçambique não acompanhando os seus familiares. Apesar de serem uma minoria, existia, ao contrário dos discursos políticos, um número elevado de estudantes negros. Estes desempenharam, depois da independência e até meados/finais dos anos 80, funções importantes no aparelho de Estado e em empresas estatais; poucos destes pertenceram às burocracias partidárias ou de defesa. No entanto, alguns moçambicanos brancos desempenharam funções importantes no SNASP (Serviço Nacional de Segurança do Popular) que, coincidentemente ou não, o Ministro era então branco.

As universidades públicas são partidarizadas. Os reitores, com estatuto de Ministro

¹ O autor fala com conhecimento pessoal deste facto.

(igualmente, de forma correspondente para os vice-reitores), com similares protocolos e benesses, são nomeados pelo Presidente da República sob proposta de três nomes apresentadas pelos conselhos universitários. Os docentes são da Frelimo ou pressionados para o ser. A autonomia universitária é restringida a actos administrativos e programas curriculares, embora, actualmente, já exista maior poder de decisão científica nas faculdades.

O ensino superior privado surge em 1994. Actualmente existem mais de 50 universidades e institutos superiores. Mais que projectos pedagógicos e científicos, o ensino superior privado em Moçambique teve origem e tornou-se fundamentalmente um negócio para os seus investidores. Os reitores das universidades privadas são unânimes em afirmar que quem manda nas universidades que dirigem são os directores administrativos e financeiros que são as pessoas de confiança do patronato.

O alargamento do número de alunos¹ não foi acompanhado por infra-estruturas pedagógicas adequadas, meios de ensino, formação de docentes (rácio estudantes por docente e graus dos docentes)², com fortes efeitos negativos sobre a qualidade do ensino.³ A investigação, pilar fundamental do ensino superior, praticamente não existe (salvo raras excepções em algumas faculdades de universidades públicas). A internacionalização do ensino e da investigação, e a mobilidade de estudantes e docentes é praticamente inexistente. Muitos docentes, incluindo os que possuem contratos de exclusividade, dedicam-se a consultorias e a actividades nas burocracias públicas e partidárias. Nem sempre a progressão na carreira docente tem assentado em critérios de mérito científico. Docentes doutorados permanecem como assistentes durante longos períodos de tempo e o financiamento ao ensino superior pouco mais serve que para pagar os salários (muito baixos)⁴ e os consumíveis.

A estrutura dos subsistemas de ensino está desequilibrada. Por exemplo, há mais estudantes do ensino superior que do ensino médio e profissional. Em resumo, o ensino é considerado como uma das áreas que teve grandes progressos quantitativos depois da independência. Houve uma massificação do ensino a todos os níveis, acompanhado de baixa qualidade. Os rácios do ensino superior e o desempenho de estudantes das escolas primárias, pode ser considerado de insuficiente. O orçamento do Estado aloca poucos recursos às universidades públicas e aos demais subsistemas da educação, reflectindo-se na escassez de infra-estruturas pedagógicas de ensino e aprendizagem e no facto dos docentes procurarem outras fontes de rendimento, com reflexos na qualidade do ensino. A investigação científica não é uma prática presente na maioria das instituições de ensino superior. As universidades públicas estão partidarizadas e as privadas regem-se principalmente por critérios empresariais e não como projectos pedagógicos e científicos.

Porém, é certo que existem cada vez mais quadros técnicos formados a diferentes níveis e, muitos destes, com qualidade. A ausência de condições de ensino e aprendizagem, os incentivos e condicionalidades das carreiras profissionais, a baixa mobilidade, as dificuldades de formações contínuas e a pouca pesquisa, têm dificultado a credibilização do ensino (sobretudo do superior), reflectida por publicações em revistas indexadas, participação em projectos de investigação internacionalizados e em conferências internacionais de prestígio.

1 Em 2003, existiam 17.225 estudantes universitários. Em 2015, o número passou para 174.802 discentes matriculados.

2 Constata-se que: (1) o número de docentes cresceu entre 2003 e 2015, cerca de 5,2 vezes; (2) existem, cada vez menos, bacharéis como docentes; (3) a docência no ensino superior está assente em licenciados; (4) o número e a percentagem de mestres têm aumentado; (5) apesar do crescimento do número de doutorados, a percentagem deste grau não aumentou entre 2003 e 2015; (6) grande parte dos docentes com maior qualificação lecciona no ensino público.

3 Os licenciados que prosseguem os seus estudos de pós-graduação no exterior, em universidades de renome, têm, em geral, no primeiro ano, fortes dificuldades de adaptação pedagógica (resultados nos exames, ritmos de trabalho, exigência do ensino, língua, etc.), assim como de adaptação ao meio social.

4 Considerando um salário médio de docentes de cerca de 40 a 50 mil meticais por mês, significa que os valores apresentados são despendidos, na quase totalidade, apenas para o pagamento de salários.

e) Calamidades naturais

Para além das dificuldades com efeitos conjugados (nas esferas política, económica, social e militar) que o país atravessou imediatamente depois da independência, aconteceram sucessivos choques naturais, principalmente: cheias nos vales dos rios Limpopo, Búzi, Pungué e Zambeze; ciclones no litoral alcançando a costa das províncias de Inhambane até à de Cabo Delgado, com incidência para Inhambane, Sofala e Zambézia; secas, sobretudo no Sul do país e em algumas zonas no Norte da província de Manica e Sul de Tete.

Alguns dos eventos climáticos têm sido de grande impacto económico e social, o que significa: (1) muita população abrangida e reassentada, temporária ou definitivamente, com implicações de falta de alimentos, saúde pública, assentamento sem condições de acomodação e, em alguns casos, pequenos conflitos entre os reassentados e os residentes das zonas de acolhimento; (2) destruição de infra-estruturas (estradas e pontes, matas, dunas, etc.); e, (3) perda de culturas aumentando a insegurança alimentar.

O governo tem revelado persistentemente dificuldades de recursos para situações de emergência. Escasseiam meios circulantes (incluindo marítimos e aéreos), reservas alimentares, fundos em dinheiro para aquisição de bens e serviços. Os mecanismos e capacidades de previsão têm melhorado, mas a capacidade de pré-aviso junto das populações nas áreas abrangidas, tem-se revelado ineficaz, também devido à resistência de grande parte das pessoas em se deslocar dos seus locais habituais de residência e produção, nas suas relações com o meio e os espíritos.

O “socorro” à ajuda humanitária e a fundos em dinheiro têm sido recorrentes em situações de calamidades naturais. As estimativas apresentadas pelo governo são geralmente muito avultadas e sem bases sólidas de cálculo, o que torna os apelos à comunidade internacional pouco credíveis. As respostas da cooperação têm sido muito inferiores aos montantes solicitados e chegam tardiamente. Em alguns casos, as organizações internacionais preferem intervir directamente e não entregar os recursos para gestão governamental. O governo não tem sabido mobilizar a sociedade e as organizações da sociedade civil para contribuírem no alívio das situações de emergência. O governo não possui provisões orçamentais e stocks de bens para fazer face à emergência e para a reconstrução de infra-estruturas afectadas.

Os recursos vindos de diferentes origens, com intervenções dispersas no terreno de organizações diversas e a possibilidade de existirem condicionalismo por parte das instituições doadoras, dificulta a coordenação das acções de emergência.

Após os choques, pouco se faz para aumentar a resiliência contra os fenómenos climáticos. Repetem-se as destruições, os alagamentos, os reassentamentos, etc. Os planos económicos e sociais, assim como as actividades produtivas, privadas e públicas, não incluem medidas para aumentar a resiliência a fenómenos cada vez mais frequentes e intensos.

Conforme o foco e objectivos deste texto, pode afirmar-se que se governa à vista, as instituições são débeis, a mentalidade da dependência e do “tô pidir” persiste como forma de governação e o défice de credibilidade do governo está presente nas respostas das organizações internacionais, dos países cooperantes e da sociedade.

f) As reformas económicas e a crise

As causas, natureza e caracterização da crise económica foram expostas nas páginas anteriores. Neste ponto, detalham-se as reformas económicas, que foram oficialmente assumidas com os acordos com o Fundo Monetário Internacional e o início do Programa de Reabilitação Económica (PRE), a partir de Janeiro de 1987.

As reformas económicas eram, então, um imperativo devido à profundidade da crise, do colapso dos países socialistas, do alastramento e intensificação da guerra e das pressões dos países ocidentais e regionais (RAS).

Os documentos não coincidentes da Frelimo podem reflectir (ou reflectem) pontos de vista diferentes dentro do poder e, sobretudo, porque se atravessava um período de transição na era pós-Samora Machel, que, juntamente com a ala da esquerda/comunista da Frelimo, eram o suporte das opções havidas para a construção do “socialismo” com raízes em decisões durante a última fase da libertação nacional (sobretudo depois do II Congresso).

Embora com mudanças semânticas importantes (o radicalismo e a agressividade desaparecem e a palavra socialismo raramente surge), o documento *Construamos o Futuro com as Nossas Mãos*¹, procura transmitir a ideia de que as causas da crise são os factores externos e erros de implementação (já não se fala da infiltração da pequena burguesia no aparelho de Estado), o que tem por objectivo legitimar a política da Frelimo e transmitir a ideia da persistência nos objectivos principais da revolução. Existia neste documento, um claro discurso simultaneamente “justificador” e “mobilizador” das “massas”, e, sobretudo, para os militantes. Ao nível do poder, existiam várias interpretações sobre o PRE; os documentos revelavam alguma crença num período de “transição” para uma eventual retoma da revolução; outros possuíam perspectivas da liberalização da economia, um novo reajustamento das alianças dentro da Frelimo e a abertura política para se reiniciarem processo de acumulação privada servindo-se do poder. A tecnocracia do Estado possuía, na maior parte dos casos, consciência do rumo da economia e das alterações profundas que se operariam ao nível político e da Frelimo.

Como exemplo da ausência de unanimidade no seio do poder no que se refere às reformas económicas, a elaboração da Estratégia Alternativa de Desenvolvimento Agrário (EADA)², em 1990, apresenta diferenças significativas em relação ao PRE, principalmente: (1) a prioridade da agricultura, dos produtos alimentares e dos camponeses; (2) o papel do Estado na alocação de recursos e das empresas estatais em alguns sectores produtivos; (3) secundariza o equilíbrio orçamental, recusa a retracção das despesas públicas e sugere a diminuição e uma melhor distribuição espacial do investimento. Este documento foi simplesmente arquivado.

No Ministério da Agricultura, foi elaborado em 1989 o documento *Linhas Gerais de Desenvolvimento Agrário a Médio Prazo*; o documento foi discutido e não rejeitado na Comissão Nacional do Plano (CNP) e apresentava sugestões muito diferentes daquelas decorrentes da aplicação do PRE e das indicações do Banco Mundial no *Mozambique Agricultural Sector Survey*, WB (1988).³ O documento do Ministério da Agricultura referia concretamente: “A produção alimentar (com prioridade para o abastecimento das zonas rurais), deve constituir o centro das prioridades, envolvendo os diferentes tipos de produtores

1 Frelimo (1987). *Construamos o futuro com as nossas mãos*. Maputo. Frelimo. Eta é um documento da Frelimo que pretendeu, imediatamente após o início do Programa de reabilitação económica, transmitir a ideia que o PRE não era imposto ou “sugeridos” externamente.

2 Carrilho, João et al (1990): *Estratégia Alternativa de Desenvolvimento Agrário*. Maputo, Ministério da Agricultura e International Rural Development Center.

3 Este documento revela posicionamentos diversos dos professados pelos dirigentes do Estado. Os discursos “para dentro” e os compromissos assumidos com as instituições financeiras internacionais (IFI) eram coisas distintas.

de acordo à posição de cada um perante a planificação estatal e as leis do mercado, sendo também definidos os principais produtos consumidos fundamentalmente nos centros urbanos, os de exportação e para abastecimento à indústria nacional. ... A longo prazo, a transformação estrutural do sector produtivo deve ser a base para a concretização do projecto político e económico de socialização do campo e a nível global da estrutura da economia nacional, sendo a gradual transformação do sector familiar em formas organizativas de produção e serviços, cada vez mais desenvolvidas, a mudança fundamental para a socialização da economia rural. Ao sector estatal, competirão papéis específicos a curto e longo prazo, caracterizados fundamentalmente pela função de dinamização da produção de outros sectores de produção (através de mecanismos económicos) e, de acordo com as possibilidades económicas, aumentar progressivamente a participação no valor bruto da produção agrária. ... Esta opção, determina que o aumento da produção deve basear-se fundamentalmente no incremento da intensidade do trabalho”, MA (1989: Parte II, 1 e 2).

O PRE introduziu alterações importantes nas alianças políticas: foi evidente a paulatina saída do governo de elementos considerados ideologicamente mais radicais, mantendo-se alguns no aparelho partidário; outros, iniciaram actividades privadas combinadas com trabalhos prestados a ONG ou em organizações internacionais. Muitos quadros formados, “ex-militantes da experiência “socialista”, começaram a trabalhar em ONG, em empresas de consultoria, ou iniciaram actividades privadas e em empresas estrangeiras;¹ destes, muitos pertenciam ao grupo de quadros incorporados na Frelimo e no governo após a independência e formados nas universidades. O mesmo aconteceu a muitos dirigentes e quadros não-negros, sobretudo do aparelho de Estado e das empresas estatais.² Os equilíbrios das representatividades étnicas ganharam maior importância dentro do sistema do poder.

Outros militantes continuaram na burocracia e assumiram os novos valores do ajustamento estrutural, com estratégias múltiplas de poder, que combinavam as posições na Frelimo, no Estado com fontes de rendimentos privados (beneficiários das privatizações ao desbarato, acesso a crédito não reembolsado.³ Continuou-se ou iniciou-se, com o PRE, a captura do Estado por interesses de grupos económicos através da promiscuidade entre o serviço público e a actividade privada e entre o desempenho de funções do Estado e os interesses de grupos económicos. Segundo Cortez⁴, emerge a promiscuidade com suporte em alianças que combinam interesses individuais, familiares, pertença ao partido Frelimo e laços étnico/regionais.

1 Oppenheimer (1994: 202) refere-se ao “‘éxodo dos cérebros’, iniciado durante o PRE e mantido depois, assim como à saída de recursos humanos mais qualificados da função pública na gestão macroeconómica retiram ao Estado grande parte da sua capacidade operacional de intervenção na área social”. OPPENHEIMER, Jochen (1994): “Cooperação para o desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique”. Revista Internacional de Estudos Africanos, Nos 16 e 17, pp. 171-208.

2 Um texto não oficial nem assinado, mas conhecendo-se a origem, circulou em círculos fechados, depois da morte de Samora, afirma: “Somos e seremos sempre contra o apartheid. Entretanto, combater o apartheid não significa entregar ou vender o Poder Político aos brancos e indianos (...). Não tenhamos medo de um apartheid em Moçambique, senão desta ambição dos brancos e indianos de governarem o nosso país (...). Quando afirmamos que o poder Político deve estar nas mãos dos originários, isto não significa apartheid (...). Não podemos entregar o poder político a pessoas que vivem como camaleão”

3 O caso da falência do Banco Austral é um dos elementos mediáticos e comprovados deste fenómeno. Surge a expressão de Chissano (ou Sa,mora??) o “cabrito come onde está amarrado”, genericamente conhecido como “cabritismo”, isto é, cada um procura “safar-se” em termos de negócio, benesses e corrupção, onde desenvolvem actividades, sejam públicas como privadas.

“Foram principalmente os investidores moçambicanos que não cumpriram os compromissos: de um valor de US\$ 52,4 milhões, até meados de 1996, apenas tinham sido pago 9 milhões de dólares, o que representa 17,2%. Este aspecto fez Cramer (2001) afirmar que a privatização e os subsídios constituem formas de avançar com a formação da classe capitalista nacional com benefícios individuais a pessoas directa e indirectamente relacionados com o poder”, em Mosca (2005), obra citada.

4 Edson Cortês (2018). Velhos Amigos, Novos Adversários As Disputas, Alianças e Reconfigurações Empresariais na Elite Política Moçambicana, tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

Não é evidente que, na realidade, o PRE represente uma ruptura relativamente ao período socialista e a sinais já existentes durante a luta de libertação. Esta questão é suportada porque as opções de esquerda na Frelimo eram determinadas por um número muito limitado de militantes nos escalões superiores da frente e depois do partido e, por isso, sem base social, mesmo na cúpula da hierarquia. A aliança funcional é mutuamente utilitária entre estes e os membros da direcção de corte ideológico populista terão permitido as narrativas de esquerda de corte comunista e populista.

As principais reformas económicas foram as seguintes:¹

- Liberalização dos mercados e preços da maioria dos bens e serviços, exceptuando-se, por exemplo, os serviços de saúde e educação pública, água e energia, os combustíveis, isto é, os serviços que asseguravam o essencial das condições de vida dos cidadãos.
- Privatização da maioria das empresas estatais, excepto as que se consideraram como monopólios naturais (energia, água, portos e caminhos-de-ferro, entre outras) e fomento de empresários nacionais. “As privatizações devem ser entendidas como um momento especial para a protecção da classe empresarial nacional, que em muitos casos está ainda a nascer. O desenvolvimento e consolidação de uma classe empresarial nacional forte é um dos desafios assumidos pelo meu governo, não obstante a importância da associação entre empresários nacionais e investidores estrangeiros”.²
- Alterações de políticas públicas e monetárias, com os objectivos de, por um lado, estabilizar e fazer crescer a economia, simultaneamente que se assegurava o emprego, e, por outro, baixar a inflação, o peso do Estado e do orçamento, os défices públicos e externo e a dívida pública.
- Os principais instrumentos foram: taxas de câmbio e de juro, salários, corte de subsídios às empresas e bens de consumo liberalizados.

Como resultado das medidas acima sintetizadas,

- Assistiu-se a um crescimento rápido de algumas actividades, sobretudo nas cidades – comércio³ e importação de bens alimentares, transporte e construção de habitação.⁴ Contribuíram para o efeito: (1) a liberalização dos mercados com subida dos preços em mercados oficiais e com a ampliação dos mercados informais⁵ (iniciados em princípios da década de oitenta, em consequência da escassez da oferta o que implicava um excesso da procura – liquidez na mão dos cidadãos); (2) a chegada massiva de ajuda internacional e a realização de projectos através das ONG de desenvolvimento; (3) a paz em 1992;
- O financiamento à balança de pagamentos⁶ permitiu a importação de matérias-primas e de peças sobressalentes para a indústria, de factores de produção para a agricultura;

1 Para detalhe sobre as medidas de políticas públicas e seus objectivos, veja Mosca (1999), A Experiência “socialista” em Moçambique (1975-1986), Lisboa, Editora Piaget e obra citada(2005).

2 Discurso na I Cimeira Pan-Africana sobre o investimento, em “Privatization in Practice: The Restructuring of State-Owned Enterprises in Africa into the next Millennium”, a 17 de Março de 1997 em Joanesburgo, África do Sul.

3 Oppenheimer (1994: 203) refere-se ao “empolamento da intermediação comercial especulativa de bens importados proveniente da ajuda”

4 A construção de residências (moradias luxuosas) teve um grande impulso logo após a aplicação do PRE.

5 Um dos efeitos mais visíveis destas medidas, foi o surgimento no mercado informal de produtos importados e dos provenientes da ajuda alimentar, sobretudo alimentos e roupa usada (“roupa de branco morto” como era, e é, conhecida).

6 Em consequência da opção do ajustamento estrutural “a la FMI”, o país beneficiou de apoios externos, nomeadamente do perdão da dívida no âmbito das iniciativas do Clube de Paris e do Clube de Roma, e de iniciativas unilaterais de alguns países credores.

- No meio rural, a questão da propriedade da terra não foi privatizada, não obstante as fortes pressões das IBW¹ e de alguns interesses internos. A distribuição de terras das empresas estatais, iniciada no período das reformas, sobretudo no vale do Limpopo, alargou-se a outras zonas.

As desnacionalizações (privatizações do sector público empresarial), beneficiaram sobretudo a elite da Frelimo que tiveram acesso à aquisição das empresas (e das , do APIE)² a preços irrisórios. Os que defenderam a propriedade socialista, atacaram o capitalismo e exploração, beneficiariam, depois de rendas num contexto de mercado desregulado e “selvagem”, tornando-se nos “novos exploradores”, com capital não produtivo num contexto de aumento do número de pobres. Alguns dos mais radicais no momento das nacionalizações, foram aqueles que mais se aproveitaram das privatizações. Sem tradição nem cultura empresarial, a maioria sem formação académica e com suporte do Estado para os seus negócios, contribuíram para o aprofundamento da crise económica que, sobretudo, se iniciou depois da independência e mais particularmente após meados da década de oitenta.

Em resumo, as reformas económicas representaram alterações fundamentais relativamente às opções de edificação de um sistema político e económico socialista. Embora existam documentos e discursos nos quais a Frelimo refere ser o PRE uma continuidade nos objectivos essenciais definidos no III Congresso, na realidade, alterou-se a concepção de desenvolvimento, as estratégias e prioridades, as políticas públicas e o sistema económico e as relações externas. Assistiu-se a mudanças nas elites do poder (sobretudo do aparelho de Estado e do Partido Frelimo), em alguns casos com fortes conotações racistas.

As mudanças só foram possíveis perante o risco da perda da guerra e de uma crise económica com possibilidades de insatisfações populares. A pressão externa política e económica teve um papel decisivo no discurso e na prática do período de implementação do PRE. As diferenças internas fizeram-se sentir, não só através de documentos, como na implantação de algumas medidas, como foi o caso da privatização do caju.³

O PRE marca o início da implantação de um sistema económico de capitalismo desregulado, ineficiente (não competitivo) e selvagem, com fragilização do Estado, a promoção de “empresários-políticos” nacionais que instrumentalizam o Estado para a obtenção e reprodução de negócios, utilizando, se necessário, métodos repressivos violentos⁴ para alcançar os seus objectivos. O PRE representou a fragilização do Estado das suas funções anteriores e daquelas inerentes aos serviços públicos. A corrupção e a falta de transparência tornou-se sistémica no funcionamento das instituições, públicas e privadas e a todos os níveis da vida. Porém, deve-se ressaltar que os primeiros sinais destes fenómenos surgem e meados da década de oitenta. Como sistema de partido único e autoritário muitas decisões eram tomadas sem cobertura legal permitindo diversas interpretações e implementações. As orgânicas do aparelho de Estado nem sempre estava legislada e regulamentada. A Sociedade Comercial e Industrial Moçambicana Lda (SOCIMO), uma empresa sempre ligada aos serviços de segurança, cobrou, durante muitos anos,⁵ entre 5% e 10% de todas as importações e exportações realizadas pelas empresas estatais de comércio externo, que monopolizavam as transações internacionais da maioria dos bens.

1 Existiram, logo nos primeiros anos do PRE, grupos de investigadores de uma universidade americana a realizar estudos no âmbito do Ministério da Agricultura sobre a questão da propriedade da terra.

2 Administração do Parque Imobiliário do Estado, instituição criada após as nacionalizações dos prédios (imobiliário) de rendimento

3 Sobre a “guerra do caju”, veja LEITE, Joana Pereira (1999): *A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial*. Documento de Trabalho n.º 57, CESA, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Lisboa, UTL, ISEG. FAUVET, Paul e MOSSE, Marcelo (2004): *É proibido pôr algemas nas palavras. Uma biografia de Carlos Cardoso*. Lisboa, Caminho.

4 Sobre assassinatos, raptos e ameaças veja o capítulo 5.

5 O autor não conhece, nem conseguiu a informação acerca do período em que vigorou esta prática.

2.3 O Século XXI

Considera-se o período a partir de finais do século XX, pelas seguintes razões: (1) início de um período que se pode designar de “economia da abundância”; (2) grandes investimentos e cooperação externa avultadas; (3) políticas públicas expansivas; (4) fragilização selectiva (em determinadas áreas da governação) do Estado; (5) emergência de um capitalismo selvagem, assente na obtenção de rendas pelas elites político-empresariais; (6) instabilidade política (conflitos pós eleitorais, guerra em Cabo Delgado) e social (raptos, assassinatos políticos¹ e económicos);² (7) generalização da corrupção tornando-se endémica ao sistema político-económico.³ Estas características estão, de algum modo, associadas a ciclos políticos, com origem na governação de Joaquim Chissano.

O país emerge como um dos principais destinos do investimento internacional em África. O primeiro grande investimento (MOZAL), o carvão em Tete, as areias pesadas em Nampula, Zambézia e Gaza, o gás em Inhambane e depois na bacia do Rovuma, o ProSAVANA, a produção de tabaco, a recuperação da cultura do algodão (em sistema *out grower* e já não em grandes plantações), são os principais destinos do investimento estrangeiro. A entrada de capitais (ajuda, cooperação, investimento directo estrangeiro, empréstimos públicos e privados) provocou crescimento económico de cerca de 7%/ano durante um período superior a uma década (desde os princípios deste século)⁴ e a percepção de uma nova economia emergente *a la* BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China).

Um clima de euforia económica, de oportunidades para o empresariado nacional⁵ e de políticas públicas expansivas, sobretudo, as orçamentais e fiscais, tendo as despesas publicas chegado a representar mais de um terço do PIB durante mais de sete anos – depois de 2013, com um pico de 45% em 2015, e as monetárias – volume de crédito à economia. O imobiliário (prédios altos nas zonas nobres das cidades, principalmente Maputo, hotéis, grandes manções, etc., como forma de lavagem de dinheiro, sem entrar nos circuitos bancários) cresce sem se saber de onde surgem tantos novos endinheirados e carros topo de gama passeiam os seus proprietários pelas avenidas, bares e discotecas nas zonas nobres de Maputo.

1 Como é o caso de Gilles Cistac (veja no Capítulo 4). Um outro “caso paradigmático terá provavelmente sido o do deputado e membro do Conselho de Estado, Jeremias Pondeca, barbaramente assassinado em Novembro de 2016, na zona da Costa do Sol, quando praticava o seu habitual “jogging” matinal. O corpo daquele dirigente só viria a ser identificado no dia seguinte, já na morgue do HCM (onde deu entrada como “desconhecido”) com a ajuda de familiares.”. <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/5032-o-regresso-dos-esquadros-da-morte>.

2 O empresário e filantropo indiano Rizwan Adatia, que esteve raptado durante 21 dias, abandonou Moçambique depois de continuar a receber ameaças de extorsão e de ser novamente raptado. Existe o que se chama do “imposto de liberdade”. Os raptos económicos afetam os empresários e suas famílias e envolvem avultados valores de resgate (caso de centenas de milhões de dólares).

3 “O Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, considerou hoje assustadores os casos de corrupção no país, assegurando um combate ‘firme’ contra este tipo de delitos. O Chefe do Estado avançou que o número de processos-crime por corrupção aumentou de 911, em 2019, para 1.280, em 2020, uma subida de 40,5%. ... Falando no Parlamento, em Abril, a Procuradora-Geral da República, ... disse que mais de 556 milhões de meticais (mais de 79 milhões de euros) foram desviados dos cofres do Estado. ... numa avaliação baseada em processos instaurados, é de cerca de 556.294.979 meticais ...” em Carta do Dia, Número 618, de 14 de Maio de 2021.

4 Segundo Yasfir Ibraimo (2017). “The macroeconomic effects of public debt: an empirical analysis of Mozambique”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão) o investimento directo teve um efeito positivo a curto prazo, em termos de balança de pagamentos, crescimento económico, emprego e exportações. Porém, com o tempo, esses efeitos reduzem-se e somente a chegada de novos grandes investimentos e o aumento da cooperação permitiu o efeito dominó sobre as variáveis referidas, entre outras.

5 As “oportunidades” empresariais foram, geralmente, a participação em sociedades com o chamado “conhecimento local” (isto é, o lobby- tráfico de influências-, traduzidos em facilidades políticas e administrativas), obtenção/uso da terra com DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) apenas concedido a moçambicanos, participação nas sociedades sem realização do capital correspondente, participação como PCAs de grandes empresas, entre outras formas não tangíveis em termos de capital. Nasce assim, entre outras formas, as chamadas “boladas”/“golpadas” de negócios de curto prazo, com dinheiro vivo e sem retorno de trabalho ou outras formas de participação e investimento.

Existem cada vez mais evidências e provas de que o território moçambicano é usado em circuitos internacionais de droga, o que não é possível (ou é difícil) sem que existam ramificações e agentes locais beneficiários. É pelos portos de Pemba e de Nacala e o transporte terrestre entre a zona Norte e a África do Sul e ainda o Congo e Tanzânia (principalmente Zanzibar e ilhas do Índico) que circulam os diferentes tipos de tráfico. O referido acerca de manifestações externas de riqueza sem correspondência com as fontes de rendimento de algumas pessoas e julgamentos já efectuados (embora ainda de “peixe miúdo”), permite ter dúvidas sobre envolvimento locais.¹ “O Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM) diz ser elevado o risco de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo no país. Em conferência subordinada ao tema “O Branqueamento de Capitais e a Desdolarização da Economia”, ... recorrendo aos dados do Índice de Basileia recentemente publicado, que dum total de 125 países avaliados, Moçambique ocupa o primeiro lugar como o país de maior risco de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo”.²

As multinacionais beneficiam de grandes facilidades e benefícios (por exemplo, fiscais, relativamente à lei do trabalho, facilidades de operação, etc.) que foram inicialmente justificados como a emissão de sinais de atractividade para o capital estrangeiro.³ Em outros contratos, além dos benefícios fiscais, os preços de exportação de energia de Cahora Bassa e de gás de Inhambane, em ambos os casos para a África do Sul, são baixos e inferiores aos praticados no mercado internacional.

O Estado realiza grandes investimento em infra-estruturas⁴, sobretudo em vias de comunicação, geralmente com financiamento externo, bilateral ou de fundos de organizações financeiras internacionais. Surgem alguns “elefantes brancos”, como o aeroporto de Nacala, investimentos não acompanhados de manutenção implicando a deterioração rápida de estradas e pontes, construção em edifícios públicos, etc.⁵

Grandes investimentos, entrada significativa de capital, abertura e facilitação do investimento externo, políticas expansivas, aparelho de Estado gigante e oportunidades de negócios/negociatas transmitem a ilusão de um Moçambique tornado “*el dorado*”.

As primeiras vozes de alguns cidadãos referem que não havia bases produtivas e de criação de emprego e rendimento e equilíbrios macroeconómicos que justificassem o aparente “*boom*” da economia (veja mais adiante). O então Presidente Guebuza apelidava os seus críticos como

1 O caso de “Fuminho” (Gilberto Aparecido dos Santos), “braço-direito do líder do gangue Primeiro Comando da Capital era procurado desde 1999. Foi preso num hotel de Maputo numa operação que envolveu a Polícia Federal do Brasil e a DEA norte-americana, quando estava acompanhado por dois nigerianos, possuindo passaporte falso. Considerado um grande traficante de heroína. Fuminho era tido como “o maior fornecedor de cocaína a uma facção com atuação em todo Brasil, além de ser responsável pelo envio de toneladas da droga para diversos países do mundo”, afirmou a Polícia Federal (PF) do Brasil”, Diário de Notícias, Lisboa de 14 de Abril. Fuminho era “adido”/funcionário do consulado moçambicano em belo Horizonte.

2 “Moçambique tornou-se um corredor de grandes volumes de drogas, principalmente heroína, revelou o representante do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) em Maputo (...). Após melhoria das capacidades de aplicação da lei marítima pela vizinha Tanzânia e no Quênia, apreensões recentes sugerem que um grande volume de produtos ilícitos está a ser agora traficados por Moçambique”, disse César Guedes, que manifestou a sua preocupação com o tráfico de substâncias ilícitas no país. A revelação do representante do UNODC foi feita no Seminário sobre formulação de um plano estratégico contra o crime organizado transnacional, droga e terrorismo, que decorre em Moçambique. Dados do Gabinete Central de Prevenção e Combate à Droga indicam que de 2012 a 2016 foram apreendidas, pouco mais de 27 mil quilos de “cannabis sativa”, vulgo soruma, seis toneladas de haxixe, mais de 1000 kg de efedrina, 553 kg de heroína e 100 kg perto”.

Em <https://www.voportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-%C3%A9-um-grande-corredor-de-her%C3%ADna/5077453.html>.

3 Os grandes benefícios fiscais estão estudados, principalmente pelo Centro de Integridade Pública.

4 Os admiradores/fãs da governação de Guebuza lançam a ideia (à maneira dos reis?) de apelidar o ex-Presidente de “o construtor”.

5 Dava-se a ideia de competição entre ministérios, bancos, tribunais e outros serviços públicos na construção dos edifícios na construção de grandes e sumptuosos novos edifícios.

os “apóstolos da desgraça”, assim como os seus defensores de propaganda política.¹ Casos de corrupção de alto nível começam a ser conhecidos. Os raptos e assassinatos sucedem-se em todo o país, particularmente em Maputo. Vozes discordantes ou somente críticas (académicos, intelectuais, jornalistas, sociedade civil, membros de partidos da oposição) no uso das liberdades democráticas, são ameaçadas, raptadas, espancadas e assassinadas. As manifestações são coercivas e ameaçadoramente desincentivadas.

Os sucessivos resultados eleitorais são contestados pelo maior partido da oposição (Renamo), sendo aprovados, no fim, pela Comissão Nacional de Eleições (órgão partidarizado conforme a sua constituição) e pelo Conselho Constitucional. A comunidade internacional afirma, regra geral, haver situações não transparentes e irregularidades nos actos eleitorais, mas que não assumiam proporções que justificassem a perda das eleições pela Frelimo.

Porém, as afirmações são pouco fundamentadas, pois nunca se analisou a dimensão da fraude.² Os partidos da oposição reclamam por fraudes com factos comprovados: é conhecido o desaparecimento e trocas de caixas com votos, actuações policiais em defesa da Frelimo, entre outros factos. Um dos casos mais gritantes, foi o número de votos da província de Gaza, que correspondia a uma população de 300 mil habitantes a mais dos realmente constantes no Censo da População de 2017.³ Destaca-se o já mencionado resultado tangencial de Chissano assumiu a presidência da Frelimo e, por inerência, de Presidente da Frelimo, confirmado depois nas primeiras eleições multipartidárias.⁴

Seguem-se conflitos armados, sobretudo depois das eleições de 2004.⁵ A guerra concentra-se na zona Centro do país com consequências sobre os fluxos de transportes de pessoas e bens. Os períodos eleitorais, regra geral, são conhecidos por alguma instabilidade em algumas zonas.

A Frelimo, tem referido, como uma das causas dos conflitos pós Acordo Geral de Paz, o não cumprimento do acordado em Roma. A Voz da América,⁶ entrevistou Joaquim Chissano, chefe da delegação da Frelimo nas negociações e à pergunta, “O que falhou naquele acordo? Joaquim Chissano respondeu: “Essa pergunta me têm sido feita várias vezes, mas não sei o

1 Foi constituído um grupo de defensores do regime, em particular da imagem de Guebuza, constituído por 40 elementos (por isso, a designação do grupo como G40), sociedade civil e de personalidades. Neste “trabalho”, houve as mais variadas formas de ataques aos críticos, incluindo o da “legitimação” de actos violentos para com os críticos, ataques de carácter, etc..

2 Nos países dos membros de acompanhamento das eleições e de organizações regionais (como a União Europeia), triam as mesmas opiniões, caso os mesmos factos acontecessem nos seus países?

3 Gerou-se uma discussão em redor deste facto e o Director do Instituto Nacional de Estatística, que manteve os números do Censo, foi despedido.

4 A escassa margem da vitória de Chissano em relação a Dhlakama, assim como a existência de evidentes episódios de fraude antes e depois das eleições, assim como o evoluir do anúncio das contagens intermédias dos resultados, levantam fortes suspeitas de manipulação de “última hora”.

5 “Em 2012, depois do 21º aniversário da paz em Moçambique, o clima entre a Renamo e o Governo do Partido Frelimo deteriorou-se. O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, regressou no dia 17 de Outubro à antiga base do partido, a Casa Banana, em Satunjira na zona da Gorongosa (província de Sofala no centro do país). Houve divergências em relação à composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE). A Frelimo quis uma representação igual para os dois partidos (excluindo terceiros, como o novo partido MDM). Em Abril de 2013 houve vários ataques da Frelimo na zona Centro do país que causaram, pelo menos, seis mortos entre polícias e civis. No dia 21 de Outubro de 2013, forças governamentais tomaram a base da Renamo na Gorongosa. A seguir, a Renamo, anunciou o fim do Acordo de Paz de 1992. Depois de 21 anos de paz, Moçambique voltou à guerra civil.

No dia 5 de Agosto de 2014, é assinado mais um acordo de paz entre a Renamo e o governo do país. Mas depois das eleições de 16 de Outubro de 2014, começa uma nova fase de confrontos violentos. A Frelimo contesta os resultados oficiais que deram vitória à Frelimo e pretende governar as seis províncias do centro e norte de Moçambique, que ela [a Renamo] alega ter ganho, “a bem ou a mal”. E, por esse mesmo tema, o constitucionalista Gilles Cistac defendeu que era permissível que o partido Renamo governasse as referidas 6 províncias à luz da lei Moçambicana”. https://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_pol%C3%ADtico_e_militar_em_Mo%C3%A7ambique.

6 <https://www.voaportugues.com/a/joaquim-chissano-desconhece-o-que-falhou-depois-do-acordo-de-roma/5606641.html>

que falhou. A Renamo diz que foi incumprimento dos acordos de Roma por parte do Governo, mas, não me conseguem mostrar em quê” disse o antigo estadista e signatário do acordo.

Teodato Hunguana, destacado membro da Frelimo e que integrou a comissão de verificação do Acordo de Roma, aponta falhas ou erros que resultaram nos conflitos subsequentes. “Não houve reconciliação antes das eleições, e muito menos depois, e porque o proclamado vencedor das eleições, acabou sendo o vencedor da guerra terminada sem vencidos nem vencedores, agora investido nas atribuições de um presidencialismo reforçado, verificaram-se recuos que se configuraram como violações ao AGP”. Para Hunguana, “a mais grave dessas situações foi a desmobilização dos oficiais provindos da Renamo, situação problemática que acabou sendo reconhecida, e cujo remédio e solução surgem enquadrados agora nos últimos acordos”.¹

Em consequência do falecimento de Afonso Dhlakama, existe um conflito de baixa intensidade na zona Centro, onde grupos de guerrilheiros² se rebelaram contra a eleição e as negociações de Ossufo Momade com Filipe Nyusi, na implementação dos acordos entre Dhlakama e Nyusi, entre outros aspectos, devido à desmobilização dos homens armados da Renamo, no quadro do acordo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). O processo de desmobilização tem sido mais publicitado que real, estimando-se existirem cerca de cinco mil guerrilheiros, mas, realmente, entregaram-se cerca de mil homens e um número reduzido de armas.³

O conflito de Cabo Delgado ganha proporções de guerra intensa a partir de 2017. Pelo menos, desde 2012 que existiam sinais de instabilidade e preparação do conflito, se for considerado: a formação religiosa de moçambicanos em países conhecidos por difundirem e apoiarem movimentos islâmicos radicais e do Estado Islâmico; e, o regresso desses moçambicanos e actuações contestatárias face às hierarquias religiosas islâmicas locais. Num discurso, Filipe Nyusi afirmou conhecer os factos desde 2012, mas, na verdade, não foi desenhadas acções preventivas pelo governo.

Nesta guerra, o discurso oficial começou por designar os elementos do conflito de “bandos armados”, “terroristas” e depois de “insurgentes” e, finalmente, outra vez “bandidos armados”, sendo conhecidos no terreno por alshabaabes (ou chababes). Uma vez mais, o discurso oficial apresenta os factores externos como os determinantes ou, mesmo, os únicos factores motivadores da guerra, dizendo-se ser uma guerra sem rosto e, por isso, não se saber com quem negociar a paz; as razões internas como a pobreza, desigualdades, diferenças religiosas e étnicas no acesso a recursos, etc., são negligenciadas nos discursos oficiais; razões históricas como o califado de Zanzibar, a penetração árabe anterior à portuguesa, a língua comum (suaili) na costa do Índico abrangendo o Norte de Cabo Delgado, também não são mencionados.

A segurança no canal de Moçambique e da costa do oceano Índico (circuitos transcontinentais de droga, minerais, madeiras, marfim, etc.) e o temor da crescente influência e penetração chinesa em África, são igualmente aspectos de realidades complexas e inter-geracionais. Acrescenta-se também a existência de uma economia da guerra com possibilidades de envolvimento de algumas elites locais e de hierarquias militares e de segurança.

A “guerra da informação” assumiu proporções elevadas, como por exemplo: grupos pró-governamentais realizam propaganda e encobrem factos utilizando as redes sociais e organizam programas televisivos inquinados; aumentam as ameaças e o desaparecimento de jornalistas; proibição ou impedimento de realização de pesquisas no terreno; entre outros aspectos. O bispo de Pemba foi perseguido e ameaçado de morte, sendo necessária a intervenção do Papa para

1 <https://www.opais.co.mz/tag/acordo-de-roma/>.

2 Junta Miliar da Renamo, chefiada por Mariano Nhongo, o homem de confiança de Afonso Dhlakama.

3 Existe a seguinte expressão em alguns círculos da Renamo, desde o Acordo Geral de Paz: “os homens podem entregar-se, mas não os “brinquedos” (armas).”

o convencer a sair de Moçambique (veja no capítulo 4). Por outro lado, os “insurgentes” divulgam vídeos através das redes sociais; o Estado Islâmico reivindica as acções e veicula informações através de canais de televisão internacionais.

A partir de meados da segunda década, por diferentes razões, alguns aspectos alteraram-se de forma importante. As principais razões são as seguintes: (1) o conhecimento público das “dívidas ocultas”; (2) a guerra em Cabo Delgado; (3) a pandemia da COVID-19; (4) o conflito no Centro do país; (5) sucessivos choques ambientais extremos.

As dívidas ocultas foram conhecidas a partir de notícias em órgãos de informação externa. Internamente, as elites associadas ao governo referiam, num primeiro momento, tratar-se de boatos e intriga internacional e que não existiam provas.

A evolução da investigação confirmou tratar-se de um negócio obscuro, num valor de mais de 2 mil milhões de USD, com corrupção de alto nível envolvendo agentes internos e externos (bancos em França e Rússia), realizado sem competência¹ e de forma ilegal.² Entretanto, os barcos de pesca do atum que possuem várias falhas técnicas permanecem inoperacionais em doca seca, criando ferrugem, e a respectiva empresa, a EMATUM, entrou em falência. Neste processo³, existem cerca de 500 milhões de dólares cujo paradeiro é desconhecido.

A prisão de Manuel Chang na África do Sul, por mandado de captura internacional emitido pelo tribunal de Nova Iorque, é um dos momentos que confirmam a trama das dívidas ocultas. Seguiram-se complexos processos judiciais e políticos, que pretendiam evitar que a decisão de captura internacional fosse concretizada e Chang entregue às autoridades judiciais dos Estados Unidos. Internamente, foram realizadas prisões de alguns moçambicanos, supostamente por envolvimento, de diferentes formas, no processo de endividamento ilegal e que se tentou ocultar. Manuel Chang foi detido na África do Sul no dia 29 de Dezembro de 2018 e ainda não existe qualquer perspectiva para o desenlace do processo.

O caso das dívidas ocultas (mas sobretudo ilegais)⁴ não é o único caso de alta corrupção. A aquisição ao Brasil de aviões Embraer pelas Linhas Aéreas de Moçambique, foi julgado e aplicadas sanções.

Os tráficos de droga e recursos naturais multiplicam-se, resultantes de circuitos transcontinentais e de exploração ilegal de recursos naturais.⁵ As instituições públicas têm conhecimento destas realidades, porém, regra geral, não actuam sobre os traficantes e predadores. O garimpo é

1 O caso dos barcos da EMATUM é somente um exemplo. Não possuíam tecnologia para a pesca do atum nem condições de frio apropriadas, não possuíam instrumentos de navegabilidade em alto mar nem estavam licenciados para o exercício da actividade.

2 Pelo volume a dívida, os empréstimos deveriam ter sido submetidos à aprovação da Assembleia da República, o que não aconteceu. Alegou-se para o efeito, ser um assunto de elevado segredo de Estado e que os partidos da oposição (tendo a Renamo, forças militares), não deveriam conhecer os segredos militares.

3 As dívidas ocultas estão associadas a três empresas criadas na mesma altura: a Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), com barcos para a actividade pesqueira; a Empresa Mozambique Asset Management (MAM), que teria como objeto principal a actividade de reparações marítimas; e, a empresa ProIndicus que teria como responsabilidades a segurança marítima, principalmente no setor de gás e petróleo offshore.

4 Ilegais porque este processo de endividamento, pelos volumes envolvidos, deveria ser discutido e decidido pela Assembleia da República.

5 É sabido que um dos considerados barões da droga pelos Estados Unidos, vive em Moçambique (Momed Baschir Suleimane), um ex-pequeno negociante, que enriqueceu sem que possuísse actividades para isso – diz-se que através de negócios de “capulanas e amendoim”, em Nampula, onde vivia em Nacala, um dos portos de circulação da droga. O Presidente Guebuza numa das visitas a Maputo (numa das chamadas “presidências abertas”), inaugura o grande shopping de Maputo e o seu nome foi atribuído à praça principal do centro comercial. Tornou-se ainda famoso, por colocar nas recepções, canetas de valor elevado em leilão, que seriam compradas por ele, por milhares de dólares, e oferecidas de imediato à primeira-dama. Canal de Moçambique - 10.05.2007.

conhecido pelas graves consequências sociais, económicas e ambientais.¹ As actuações da governação são, geralmente, resultantes da existência de conflitos e denúncia nos órgãos de informação, tanto por jornalistas, como por organizações da sociedade civil. Em alguns casos, forças militares do governo protegem empresas privadas da acção de garimpeiros ilegais. Conhecem-se elementos da elite política e económica relacionados com extracção ilegal de recursos naturais. Estes são casos que evidenciam acções predadoras e de roubo de recursos naturais, envolvendo elites e um Estado cúmplice e até protector de ilegalidades.

É sobretudo a partir do início do segundo mandato de Guebuza que a economia parece estar em ciclo de crescimento rápido. O que existiu foi um *boom* de expectativas, discursos muito optimistas, volumes avultados de investimento externo, e construção de imagem de um país como um “paraíso” para o capital, rico em recursos, um exemplo de sucesso na implementação do programa de ajustamento estrutural das Instituições de Bretton Woods, entre outros aspectos.

Porém, havia outras realidades. Os “apóstolos da desgraça”, infelizmente, tinham razão quando se referiam, por exemplo, aos seguintes aspectos:

- O crescimento económico começou a ter uma tendência decrescente, atingindo crescimento negativo em 2020 (segundo as estatísticas oficiais)²;
- Os défices da Balança Comercial e do Orçamento do Estado agravaram-se;
- A dívida pública aumentou, sobretudo a interna, em consequência da redução do acesso ao mercado de capitais e do investimento directo estrangeiro, dos donativos e do aumento do serviço da dívida externa;
- A pobreza (número de pobres) aumentou;
- O investimento estrangeiro e o investimento interno (público e privado) decaíram a partir de 2017/2018;
- A taxa de câmbio iniciou um período de instabilidade e a taxa de juros de referência sofreu variações, sobretudo em função da evolução da taxa de inflação;
- A economia continuou a senda de afunilamento em alguns sectores (sobretudo na indústria extractiva, comércio e serviços);
- Generalização da acção predatória e roubo na extracção de recursos naturais por parte de agentes económicos externos relacionados com cidadãos moçambicanos como são os casos de marfim, madeira, pescas e minerais diversos.

Além dos indicadores económicos, é sobretudo a partir da segunda década que se assiste a conflitos locais em consequência de ocupações de terras por empreendimentos agrícolas, mineiros e turísticos. Multiplicaram-se os reassentamentos forçados, sem o cumprimento da Lei e das promessas efectuadas. Aumentam os processos de auscultação inquinados ou não realizados, destacando-se os verificados em Tete nos investimentos de carvão; em Cabo Delgado e Inhambane na implantação dos projectos de gás; na extracção de areias pesada em Chibuto e em Moma; em instâncias turísticas ao longo da costa, sobretudo nas províncias de Inhambane e Cabo Delgado; nas comunidades costeiras devido a actividades pesqueiras; e, em alguns empreendimentos agrários, como, por exemplo, na plantações florestais em Manica, Zambézia e Niassa.

As respostas governamentais a estes fenómenos têm tido como denominador comum a defesa dos interesses do capital e dos negócios locais associados, a repressão violenta, desaparecimentos de jornalistas e activistas sociais, agressões aos direitos humanos e repressão

1 Terra, água e ar e sociais (perda da terra para a agricultura e para outros fins, “venda” ao desbarato do direito dos garimpeiros extracção de recursos naturais gerando mais pobreza e insustentabilidade das fontes de rendimento, sobre a fertilidade dos solos e a saúde pública.

2 Economistas referem (sem que exista algum estudo fundamentado) que o crescimento negativo começou em 2018.

desproporcionada a manifestações. Estas e outras formas de actuação revelam a fragilidade do Estado¹, a defesa de interesses do capital e das elites, a cobertura e protecção da corrupção de alto nível, as dificuldades do Estado em defender o país, os cidadãos, e à deterioração da imagem e credibilidade daquele.

Os conflitos armados, a situação económica e social e as formas de actuação de diferentes instituições do Estado, permitem afirmar que a sociedade moçambicana atravessa um período, já longo, de crise e instabilidade política e social.

A descentralização do Estado surge como um slogan político e só tem sentido se acompanhada com a transferência, para níveis provinciais e distritais de poderes de decisão, de recursos financeiros (orçamento) e de mecanismos para solucionar as questões da economia e da sociedade nos locais onde existem esses fenómenos (princípio da subsidiariedade).

Isso implica a redefinição de funções do Estado, a criação de competências por níveis do território, a obtenção local de receitas fiscais e de realização de despesas, reformas legislativas, entre outros aspectos. Do expresso, pouco ou nada foi realizado.

Em resumo, depois do início deste século, a realidade do país teve várias evoluções/acometimentos, nomeadamente: (1) aumento, sobretudo depois da metade do século II, abertura ao capital externo e investimento em diferentes sectores (energia, minas, turismo, agricultura, infra-estruturas, gás, etc.), com uma forte campanha de propaganda de agentes internos (principalmente governo e banca) e externos (organizações internacionais IBW e países sobretudo os que possuem interesses económicos das suas multinacionais – Brasil, China, Holanda, Estados Unidos, Índia e Portugal), com a transmissão da imagem de um país estável, rico em recursos naturais, com importantes benefícios e facilidades para o investidor. Gerou-se a percepção de um país de oportunidades e fabricou-se a percepção de um novo país rico e em período de boom económico; (2) Alargamento de oportunidades de negócio de empresários nacionais, maioritariamente com fortes ligações ao Partido Frelimo e aprofundamento do envolvimento das elites políticas em negócios, com crimes de corrupção, abuso de poder e peculato; (3) aumento da natureza subdesenvolvida da economia, aprofundamento da estrutura produtiva colonial e da dependência externa e agravamento dos desequilíbrios macroeconómicos; (4) configuração de um Estado capturado por interesses económicos internos em aliança com o capital externo, transformando-o numa plataforma de distribuição de recursos² e poder, envolvendo-se em crimes políticos (assassinatos e desaparecimento de cidadãos) e corrupção; (5) fragilização selectiva do Estado, por um lado, no desempenho das suas funções económicas, sociais e de defesa do país e, por outro lado, no reforço da repressão e alargamento das agressões aos direitos humanos; (6) formação de uma cultura de oportunismo económico apoiada e reforçada por políticas e políticos-empresários que articulam política e negócios, reforçando-se mutuamente, numa lógica de maximização do saque (a cultura da “bolada”); (7) mais pobres, migrações forçadas, com mais pobreza e desamparo do Estado e das empresas envolvidas no reassentamentos populacionais.

Perante este cenário torna-se difícil referir aspectos positivos que signifiquem melhorias para o país e para os moçambicanos, mesmo considerando a persistência de um desenvolvimento

1 No caso de Cabo Delgado, pode-se considerar ser um território de um Estado falhado que se pode considerar, em resumo, como aquele incapaz de assegurar a soberania do país, manter a ordem interna, desenvolver o país, prestar os serviços básicos e a segurança dos cidadãos, entre outros aspectos..

2 Tem interesse pontual, frisar que surgiram várias “Fundações”, geralmente associadas ou com o nome de altos dirigentes, actuais ou históricos, que se beneficiam do orçamento do Estado, não prestam contas nem são auditadas, e as verbas são utilizadas, muitas vezes, para pagamento de salários desse dirigente ou de seus descendentes, viagens, entre outras despesas. Em outros casos, as fundações são um mecanismo de fuga ao fisco por parte de organizações privadas de prestação de alguns serviços de natureza “pública”.

não inclusivo, com aprofundamento das desigualdades sociais e territoriais, sem redução do número de pobres e cada vez mais exposto aos choques das mudanças climáticas. No entanto, pode-se enumerar a construção de infraestruturas de transportes (estradas e pontes, mesmo que com grandes dificuldades de manutenção), maior acesso às comunicações (*internet*), mais órgãos de comunicação (alguns dos quais com relativa independência), a formação de técnicos, mesmo que aquém das necessidades e do espectável, a afirmação das culturas dos povos e suas identidades, o surgimento da nacionalidade, um novo país da comunidade internacional, os contributos para as independências do Zimbabué e do apartheid.

A educação e a saúde são referidas como “avanços”/”ganhos” após a independência. Se é verdade que há mais escolas nos diferentes sistemas de ensino e centros de saúde de diferentes níveis e cobertura territorial, também é certo do declínio da qualidade do ensino, sobre a qualidade das infraestruturas, a existência de material didático, entre outros aspectos.¹

1 A COVID-19 e a implementação de medidas de precaução em escolas e instituições de saúde, revelaram fortes fragilidades sobre a qualidade e manutenção das mesas e das condições de higiene, aliás, realidades sobejamente conhecidas.

CAPÍTULO 3

IDEOLOGIAS, RACISMO, TRIBALISMO E RELAÇÕES EXTERNAS¹

3.1 Introdução: Características políticas e económicas da Frelimo

Este texto faz uma muito breve retrospectiva da evolução das opções ideológicas, políticas e económicas da Frelimo, desde a sua fundação, e que foram reflectidas nos discursos oficiais. Com elementos ideológicos sempre presentes, estiveram os debates que têm como substracto o racismo, o tribalismo, a natureza e a instrumentalização das opções nas relações externas.

Conforme os discursos e objectivos de cada fase, consideraram-se as seguintes ideologias como dominantes, em diferentes fases, desde a constituição da Frelimo.

- **Nacionalismo** é entendido, neste caso, por discursos e práticas que visam alcançar, através de diversas formas de luta (política, diplomática e militar), a independência de um território, com alguma(s) identidade(s) que permitem convergir a sociedade, ou a maioria dela, para se alcançar esse objectivo, neste caso a independência de uma nação. Independência, africanidade.
- **Populismo** é interpretado neste texto, por discursos atractivos (que respondem às preocupações e anseios dos cidadãos), com ou sem correspondência com as práticas, que procuram os mobilizar para envolvimento e/ou apoio a determinados objectivos do poder.
- **Marxismo/Socialismo**, teorias/ideologias diversas (marxismo, marxismo-leninismo, maoísmo, trotskismo, etc.) que suportam um sistema económico baseado no poder de “operários e camponeses” (ditadura do proletariado), numa economia de planificação central, estatizada e colectivizada, com um padrão de acumulação centrado no Estado, prosseguindo políticas sociais de redistribuição com vista à igualação dos níveis de vida dos cidadãos.
- **Capitalismo de Estado**, onde a propriedade estatal predomina nos sectores produtivos estruturantes e impulsionadores da economia (energia, indústria da construção, infra-estruturas e comércio externo) e dos serviços aos cidadãos (educação, saúde, água e assistência social). Nestas condições, as elites políticas utilizam o Estado para obtenção de benefícios económicos, participação nas empresas, obtenção de comissões e corrupção.
- **Liberalismo económico**, sistema económico baseado no mercado livre, na concorrência, iniciativa privada, na não-intervenção nos mercados e no livre comércio internacional. Existe o primado da eficiência económica, concentração da riqueza e eventual agravamento das desigualdades sociais.
- **Sem ideologia**, isto é, os discursos que não transparecem uma ideologia e sim vários aspectos difusos, contraditórios, sem elementos unificadores, associados a práticas de economia de renda, não cumprimento de leis, impunidade, corrupção com Estado frágil.

¹ A primeira secção deste capítulo tem como suporte o texto FLICKS FLACKS ideológicos como estratégia de poder, publicado no jornal Savana do dia 15/07/2020.

Na primeira coluna do quadro abaixo são definidos os períodos; a segunda coluna, refere qual a ideologia dominante do respectivo período; na terceira coluna, indicam-se as principais características dessas ideologias, considerando os contextos em que foram adoptadas. A periodicidade pode ser questionada, assim como a(s) característica(s) ideológica(s) dominante(s) em cada fase.

Quadro 1

Características políticas e económicas da Frelimo

Período	Teoria / sistema político e económico	Características principais
1962 - 1968	Nacionalismo	<ul style="list-style-type: none"> • Autoritarismo e único movimento de libertação (monopólio do poder unificador de todos os moçambicanos pela independência), com eliminação física ou deportação de correntes internas divergentes (o inimigo “interno/infiltrados”) e combate a outras iniciativas de movimento de libertação (Zambézia), em defesa de uma “unidade” contra o colonialismo (inimigo comum do povo); • Início de contradições internas com várias origens (ideológicas e estratégias de luta de libertação nacional, organização de produção (colectivização/apropriação de excedentes), tribalismo e racismo, entre outras.
1968 - 1976	Populismo	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade do nacionalismo com autoridade e monopólio da Frelimo como movimento de libertação imposto com repressão; • Mobilização da população para realizar funções complementares ou de apoio à guerrilha, como transporte de material de guerra, produção alimentar e informações sobre o inimigo; • Os discursos populistas, em contextos de guerrilha, acontecem principalmente em reuniões populares, concedendo uma aparente participação popular. Existiu o chamado conceito de “poder popular” e, depois da clarificação das opções políticas e ideológicas saídas do II Congresso (1968), começou a designar-se por “poder popular revolucionário”. • Inicia-se com mais evidência o alinhamento da diplomacia externa com os países socialistas que aprofundam o apoio militar.
1977 - 1986	Socialismo	<ul style="list-style-type: none"> • Estado “omnipresente”, poder autoritário para impor um modelo de economia centralizado, estatizante e, portanto, exclusivista (sector privado e camponeses), repressivo e de propaganda política instrumentalizada para os objectivos do poder; • Poder (Frelimo) e militantes ateus ou agnósticos.

Período	Teoria / sistema político e económico	Características principais
1987 - 2010	Liberalismo ideológico e economia de mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas económicas: privatizações beneficiando elites políticas, mercado livre mas não em relação aos bens produzidos pelos monopólios estatais, preços subsidiados como defesa do consumidor (mais propriamente contra riscos de conflitualidades sociais nos meios urbanos); • Ditadura parlamentar através de um partido dominante; • Autoritarismo reduzido em relação ao período anterior; • Início da fragilização e da captura do Estado pelos interesses emergentes totalmente filiados ao partido no poder; • Abertura ao capital externo e multinacionais, relações políticas e diplomáticas com países ocidentais; • Os termos socialismo, igualdade, poder popular, desapareceram da maioria dos discursos oficiais; • Muitos dirigentes tornaram-se devotos religiosos de várias igrejas.
2011 - 2020	Sem ideologia e economia selvagem e de saque	<ul style="list-style-type: none"> • Economia de saque e de tráfico de droga, de recursos naturais com conhecimento/conluio/interesses das elites e das instituições; • Captura e instrumentalização do Estado para o acesso e protecção (inclusivamente judicial) dos interesses económicos das elites do poder; • Fragilização "selectiva" do Estado; • Consolidação da grande corrupção de alto nível e sistema nas burocracias do poder;

Os cinco períodos podem-se agrupar em três, intermediados pelo período em que se “experimentou um modelo socialista”. Esta opção justifica porque, entre 1977 e 1986, existiram momentos de importantes rupturas que, na sua maioria, foram recuperados após as reformas políticas e económicas entre 1977 e 1986. Assim, existem três períodos distintos. O primeiro e o terceiro estão subdivididos em dois sub-períodos: até à independência e, em particular, até ao III Congresso; depois até ao período das reformas económicas (1997) e, finalmente, o após as reformas económicas. Nos dois primeiros, existem os seguintes elementos de continuidade: nacionalismo, populismo e iniciação ao socialismo; o segundo período possui as suas origens no II Congresso da Frelimo (1968), (discurso e práticas de colectivização), que foram aprofundadas no período da “experiência socialista”, onde o populismo e o nacionalismo (neste caso, mais o económico) continuaram, tendo-se acrescentado elementos de modernidade e transformação económica. Após as reformas económicas, e já com sinais no IV Congresso, em 1984 (momento em que se tinham iniciado as conversações com o Fundo Monetário Internacional), ocorreram discursos de revisão ao radicalismo ideológico e económico do período “socialista”. Depois da liberalização, existiu um constante aprofundamento sucessivo de uma economia de mercado, para o mercado selvagem e, finalmente, para o que o autor designa por economia de “saque”. Este período tem um denominador comum que é a captura

de renda de forma mais ou menos não transparente/corrupta. Também se pode afirmar como transparente, na medida em que quase tudo se sabe ou se termina por saber, seja pelo silêncio dos envolvidos e seus entornos, seja, e principalmente, pela impunidade resultante da captura do sistema judicial.

O interessante é que estas mudanças aconteceram com o mesmo partido e, no essencial, com as mesmas pessoas. Este facto encontra explicação apenas com o raciocínio de que as elites necessitam de poder para obter recursos, sendo estes mais facilmente acessíveis com a posse do poder. Conquistar e reproduzir o poder a qualquer custo (assassinatos políticos, fuzilamentos públicos, chicotadas, deportações, campos de reeducação/concentração, fraudes eleitorais, etc.) era, foi e é, o objectivo central da Frelimo e dos seus dirigentes. A estratégia foi consolidar o poder fragilizando-o na capacidade de exercer algumas funções de Estado, para facilitar a obtenção de renda, o não cumprimento da lei, participação em sociedades empresariais sem realização de capital, e, também, através de influência e facilitação dos negócios, corrupção endémica com distribuição de recursos pelas hierarquias nas burocracias e poderes pessoais/familiares dentro do partido e do Estado.

Internamente, desde o início da Frelimo, sempre houve ideologias muito diferenciadas que foram sendo solucionadas/adiadas ou adormecidas, desde que as ideologias e interesses económicos das minorias detentoras do poder real dentro da Frelimo não ficassem comprometidas. Caso afirmativo, o assassinato, a deportação, a “reeducação” e a fuga (deserção/abandono) desses “inimigos internos”, eram as soluções para os conflitos internos.

Populismo e marxismo constituíram as bases das alianças do poder, sobretudo entre 1968 (II Congresso) e finais da década de noventa do século XX. Com a opção política de marxismo, pretendia-se como uma tentativa de imposição de uma ideologia identitária e utilitária para a obtenção de apoios externos e como necessidade de identificar o(s) “inimigo(s)” que não apenas o colonialismo. O populismo como necessidade de apoio das populações (do povo) na guerra de guerrilha e, também, como elemento de debate e de “selecção” das lideranças, servindo de motivo para as lutas intestinas.

Como compreender que as mesmas pessoas passaram de ateus a devotos religiosos, de socialistas a capturadores de rendas de uma economia de mercado em falência, de defensores de um Estado forte à sua fragilização selectiva para facilitar o roubo de recursos naturais e tráficos diversos? O objectivo subterrâneo de longa duração, foi, é e será o TAKO. Como um ex-Presidente da Frelimo disse, não é preciso ter vergonha de ser rico!

O que não mudou, foi o despotismo e, em última instância, o desrespeito pela vida de pessoas. É demasiado dizer que há assassinos à solta? E tudo isso justificado pela designada “violência revolucionária”, “com o poder não se brinca”, e uma “revolução tem de se saber defender”. Em resumo, os *flicks flacks* ideológicos foram somente estratégias de curto prazo, tendo sempre presente assegurar a reprodução do monopólio do poder e, em momento oportuno, o saque de recursos e a captura de renda, mesmo que com formas diversas de corrupção como característica sistémica.

3.2 Racismo e tribalismo

Racismo

O racismo e o tribalismo merecem destaque, pois foram elementos sempre presentes nas escolhas de militantes e cidadãos para funções de responsabilidade e, posteriormente, como vínculo de aliança de interesses económicos e políticos. Mais importante é o tribalismo pela dimensão e quantidade de casos de concorrência política e económica, raízes históricas que remontam a períodos pré-coloniais e, ainda, porque os não-negros não possuem bases sociais suficientes para alguma acção política ou económica, pelo contrário, os não-negros, ao longo da história da Frelimo, foram utilizados/instrumentalizados pelas partes em confronto, em diferentes sentidos e objectivos.

A raça (neste caso a raça branca) foi utilizada como diferenciador das condições de trabalho, vida, emprego, acesso e defesa por parte dos centros de poder, facilidade de abrir negócios. “Há uma grande diferença entre o branco e o preto. O primeiro, só porque é branco (mulungo em changana), emprega-se facilmente, ganha bem e pode sustentar a família e custear todas as suas despesas, inclusive a educação dos filhos. Por seu turno, o negro, dificilmente arranja emprego e, se o consegue, ganha uma miséria que não satisfaz o mínimo das suas necessidades.”¹

“E uma semana depois desse acontecimento, houve um comício onde nós os moçambicanos começámos a ver o branco a ser insultado e convidado a ir embora para a sua terra e deixar a terra dos negros para ser por estes governada. E começámos a entender que afinal o branco também pode ser insultado e ainda por cima por homens negros. E isso fez-nos começar a pensar na nossa terra, Moçambique”.²

Verificamos a mesma necessidade de definição do inimigo, no boletim nº7 de Abril e Maio de 1964, em que a Frelimo afirma: “Neste momento decisivo em que um conflito armado entre os moçambicanos e os seus opressores está em vias de se concretizar, importa que os portugueses em Moçambique definam com nitidez a sua posição. Não confundiremos homens com o sistema. A nossa luta é dirigida contra a máquina colonial. E, assim, o português que se recusar a pegar em armas para matar o nosso povo não sofrerá.”

Na crise do Instituto Moçambicano em Dar-es-Salam³, quando da crise política dentro da

1 Declaração da Frelimo publicada no Boletim de Informação (Dar-es-- Salam), em Setembro de 1963” in Aquino de Bragança & Immanuel Wallerstein, Quem é o Inimigo? vol. I, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978, pp. 43-44

2 Entrevista de Salomão Moiane a Manuel Guidion Mahluza, Jornal Savana de 20.10.2000. Retirado de https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/01/a-mentira-n%C3%A3o-faz-hist%C3%B3ria-de-uma-na%C3%A7%C3%A3o-fanuel-guidion-mahluza-o-homem-que-deu-o-nome-Frelimo-ao-movimento-d.html.

3 Segundo o relatório do CC ao II Congresso, o Instituto Moçambicano tinha inicialmente como objectivo, preparar militantes para prosseguir os estudos superiores e militares no estrangeiro, pois, havia muito poucos com formação escolar de base para aceitação pelas universidades/países que ofereciam bolsas. O Instituto Moçambicano formou também quadros para as estruturas da Frelimo.

Segundo Gundana “Há um grupo que eu disse que desertou, porque não queria estar à frente, tanto mais que muitas pessoas, incluindo a direcção da Udenamo, pensavam que a Frelimo seria uma Frente que não haveria de dissolver os movimentos de libertação que existiam; a Frelimo havia de angariar meios materiais e financeiros que seriam distribuídos proporcionalmente, de acordo com as necessidades dos movimentos de libertação (...). Mas quando se aperceberam que não era esse o objectivo dos outros membros da direcção da Frelimo, acharam que não tinham espaço...”, em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/05/segundo-congresso-da-frelimo.html. No Instituto, concentraram-se vários debates, como, por exemplo, acerca da língua a ser utilizada (entre o português e o

Frelimo que culminou no II Congresso da Frelimo e após a morte de Eduardo Mondlane, os militantes brancos tiveram que sair da Tanzânia por algum tempo (com raras exceções devido às funções que exerciam, como por exemplo, médicos), pois, como se afirma, estes eram perseguidos pela ala racista/reaccionária dentro da Frelimo. Na entrevista de Padro Filipe Couto ao jornal Canal de Moçambique de 21 de Junho de 2021, afirmou; “Quando cheguei à luta de libertação, todos olhavam para mim como um cão de raça estranha”.¹ Os brancos não eram afectos a unidades de guerrilha dentro de Moçambique porque, como se dizia, o povo ficaria confundido, sobre quem era o inimigo?² Já não seria o branco escravizador, explorador das plantações, do trabalho obrigatório, o violador, o “deportador”, o Homem da palmatória.

Depois da independência, poucos foram os moçambicanos brancos que ingressaram nas Forças Populares de Moçambique nos seus ramos de defesa e combate ao inimigo. Porém, houve vários brancos que assumiram responsabilidades de alto nível nos serviços de segurança SNASP (Serviço Nacional de Segurança Popular) em 1975, depois SISE (Serviço de Informações e Segurança) em 1991. Muitos brancos, indianos e de outras origens (mulatos, por exemplo), ocuparam lugares de ministros, directores nacionais e de empresas estatais. Após a morte de Samora Machel,³ com Chissano como Presidente, os não-negros foram sendo subtraídos dos órgãos do poder. Várias interpretações podem ser consideradas, como, por exemplo, a existência de poucos quadros superiores e técnicos negros *versus* uma real intenção de demonstrar o anti-racismo da Frelimo, o que nem sempre era coerente com outros discursos. Os presidentes seguintes procederam do mesmo modo. Algumas exceções aconteceram no pós-Samora, porém, podem deduzir-se razões específicas para cada caso.

Por que razão, Marcelino dos Santos que sempre foi o segundo dirigente na hierarquia depois da morte de Mondlane, nunca foi presidente ao longo das três sucessões havidas (sem considerar a última)?

Posteriormente, a raça foi dissimulada como o padrão estrangeiro. Falando no encerramento da II Sessão Ordinária do Comité Central da Frelimo, o presidente do partido, Armando Guebuza, defendeu que o país não precisa de um padrão estrangeiro.⁴ O Secretário-Geral da Frelimo, Filipe Paunde, numa entrevista em 2017, classificou os moçambicanos entre genuínos e não-genuínos, sendo os primeiros, naturalmente, os negros. O Grupo G40, anteriormente referido, foi e é profícuo em chamadas ao racismo.⁵

Tribalismo

“A facilidade relativa com que os portugueses conquistaram e construíram partes do nosso país desde o século XVI, a conquista do sul de Moçambique desde o século passado e a imposição da sua autoridade até Setembro de 1964, foi em grande parte resultado das divisões tribais e étnicas do nosso povo” (Frelimo, 1975, p. 36) (...) . “Em primeiro lugar, todos nós

inglês) que ia para a formação militar ou estudar, de onde vinham os apoios financeiros, por quem era dirigido (Janet Mondlane).

1 Idem, Ibidem.

2 Em circunstâncias e contextos semelhantes, em Angola, existiram brancos e mistos claros como guerrilheiros e pertencentes às forças armadas depois da independência.

3 Em termos de análise política, pode perguntar-se se Samora era realmente um anti-racista ou se os brancos e de outras origens foram “utilizados” face à escassez de quadros negros imediatamente depois da independência.

4 <https://www.portaldeangola.com/2013/03/25/pr-armando-guebuza-diz-que-mocambique-nao-precisa-de-patrazo-estrangeiro/>

5 Em Fevereiro de 2021, um activista do Facebook conotado como membro do G40, publica o seguinte post depois da demissão de Helder Martins da Comissão Técnica e Científica relacionada com a COVID-19: “Era uma vez um velho branco, caduco e complexado, que queria brilhar mais que os pretos na sua própria terra de origem (Falei do nome de ninguém). Nesta frase, está subjacente o conceito de genuíno de Paunde.

pertencemos à nossa família linguística Banto, caracterizada pela mesma forma gramatical, mesma origem das palavras, mesma estrutura de frases e períodos. Antigamente, todos nós pertencíamos ao mesmo grupo étnico ou tribal. Mas através dos séculos nossos antepassados emigraram de uma parte de África à outra, resultando em comunidades com formas e expressões diferentes, mas com muitos elementos comuns” (Frelimo, 1975, p. 35)”, em Silva.¹

O parágrafo anterior pretende sublinhar que o povo moçambicano não detém as mesmas origens e característico/identidades históricas e culturais e que as divisões, guerras de impérios e reinos, foram provocadas pelo colonialismo segundo o princípio de “dividir para reinar”. Sem deixar de ser verdadeiro, também é certo que esses conflitos têm origens pré-coloniais e que, durante a colonização (ocupação), chefes e reinos se aliaram à colonização com o objectivo de reforçar o poder e a supremacia interétnica. É conhecida a aliança dos macondes e ajauas/yhaus para que os primeiros abrissem/permitissem corredores nas rotas de tráfico de escravos nhyanjás (“caçados” pelos ajauas -yahos) para os portos da costa norte de Moçambique, ou, na Zambézia, os “caça-escravos” contratados pelos “prazeiros” para “caçar” escravos para o trabalho forçado nas plantações das companhias majestáticas.

O tribalismo, como o racismo, mas com maior significado devido às diferentes bases sociais e aspirações políticas, constituiu, e constitui, um aspecto sempre presente na gestão dos “recursos humanos” da Frelimo, isto é, dos equilíbrios políticos, de poder e económicos.

“As rivalidades étnicas e a luta pelo poder passaram a ser habituais e o facto de Mondlane ter regressado por meio ano aos EUA, para concluir os trabalhos e compromissos com a ONU, também contribuiu para aumentar essa rivalidade. Em Janeiro de 1963 surgiram os primeiros desentendimentos graves no seio da Frelimo, devido ao quase linchamento do Secretário de Publicidade (Leo Millas) e a expulsão dos demais membros pertencentes ao movimento. Nesta sequência, os membros que provocaram estas divergências foram excluídos pelas autoridades do Tanganica, e, em Kampala, foi emitido um comunicado que desvinculava a Udenamo da Frelimo. Seguidamente, em Maio de 1963, foram verificadas novas divergências, desta vez entre Baltazar Costa da Unami e Mondlane. Costa prescindia do treino militar, apenas queria uma formação intelectual para os seus militantes, o que levou Costa a abandonar a Frelimo em 1963. Nesse contexto, acabaram por surgir no seio da Frente duas novas correntes políticas. Uma delas preconizava “a independência tradicional, nacionalista africana” (Garcia, 2003), e era tribalista e regionalista, na qual o seu inimigo era o branco (estabelecimento de uma classe dirigente no contexto neocolonial). A outra corrente, instaurada por figuras como Mondlane, Marcelino dos Santos e Chissano, defendia a necessidade de uma revolução social, como meio de alcançar a independência nacional. Porém, a estrutura política da Frelimo devia estar assente num novo regime de poder popular anticolonial, que englobasse todos os moçambicanos no geral.

Em 1966, a Frelimo enfrenta um quadro caracterizado por uma grande rivalidade e desunião graças às ligações tribais que caracterizavam os seus membros constituintes. A parte mais “pró-chinesa” da Frelimo acusava Mondlane de escolher os seus dirigentes tendo em conta as ligações tribais. Por outro lado, estavam os macondes de Lazaro Nkavandame, que sempre defenderam um movimento separatista da Frelimo, que pretendiam uma resistência mais activa por parte da Frente. Nkavandame, um chefe étnico/clânico e homem de “negócios” com base no trabalho obrigatório nas cooperativas de algodão, possuía amplas relações comerciais com a Tanzânia, também pretendia a independência de Cabo Delgado.² É de destacar que o

1 SILVA, Nilce. Eduardo Chivambo Mondlane no século XXI. Revista ACOALFaplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 6, 2009. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: Março 2009.

2 “Em Maio, uma multidão de macondes invadiu os escritórios do movimento e assassinou um dos membros do Co-

problema em causa era o facto de Mondlane não ser maconde, mas oriundo dos povos do Sul e, além disso, o facto de ser casado com uma norte-americana branca.

Ao longo da vida da Frelimo, são muitos os casos de expulsão, acusações e intrigas, agitando-se o racismo e o tribalismo. Será coincidência que os dirigentes do centro do país nunca ocuparam de forma continuada lugares de destaque na Frelimo?¹ Depois da independência, são evidentes as tentativas de equilíbrios étnicos nas nomeações para as burocracias do Estado. Porém, não existe equilíbrio nas nomeações dos três ministros da defesa após a independência (sempre macondes em 45 anos de independência) e no Ministério do Interior (sobretudo com a formação de forças policiais/militares), em perfeita contradição entre as funções da polícia (ordem interna) e do exército (defesa nacional contra ameaças do exterior).

A presidência da Frelimo República foi ocupada por três pessoas de Gaza, Mondlane, Samora e Chissano, todos machanganas, cujas origens distam de zonas com um raio inferior a 200 quilómetros, e o quarto, um maconde, sem história e feitos na Frelimo, merecedores desse cargo. Foi, por insistência dos “grandes chefes” macondes que, por não possuírem perfis para o cargo, se nomeou Filipe Jacinto Nyusi. Na sucessão deste, vozes internas referem que chegou a hora para uma representação do centro do país no mais alto cargo da Nação.

Os conflitos militares pós-independência, embora com razões diversas, possuíam também, mesmo como contradição secundária, uma componente, manipulada ou não, de motivações ou discursos étnicos. Não será por acaso que o Centro do país é o berço e o epicentro desses conflitos ou que os resultados eleitorais possuem uma nítida relação entre etnias/regiões e número de votos nos três partidos do sistema político nacional. Estudos revelam também que o conflito de Cabo Delgado possui elementos étnicos que alimentam a guerra, como, por exemplo: (1) o domínio dos macondes nas instituições públicas de defesa e segurança em “terras” de macuas e muanis; (2) o benefício de pensões de antigos combatentes e o acesso ao crédito provocando mais desigualdades sociais com base na etnia; (3) ocupação e conflito de terras pelos macondes emigrados do planalto.²

Esta realidade acontece depois da independência, podendo-se considerar como se tratasse de uma inversão da pirâmide interclânica: os macondes, menos letrados e menos integrados na sociedade colonial, predominantemente católicos e com fortes ligações com a Tanzânia, por onde se estende a etnia; depois da independência, devido à maior participação na guerra de libertação nacional, assumiram ascendência nas hierarquias da Frelimo, sobretudo nos sectores de defesa e segurança. Por essa razão, a maioria das pensões de antigo combatente são recebidas por macondes, cujos valores, embora não avultados, fazem grande diferença em contexto de profunda pobreza. Os macuas e muçulmanos,³ que representam grande parte da população da zona Norte, tiveram tratamento diferenciado na colonização, uma elevada percentagem é comerciante e habita principalmente o litoral mais mercantil. Os mwanis são uma minoria na costa em redor a Palma e Ibo, onde existem processos de mestiçagem de longo prazo, maiores e mais antigos contactos com forâneos estrangeiros (sobretudo comerciantes árabes). Possuem uma elite escolarizada e presente no sistema de poder. A guerra em Cabo

mité Central, Mateus Sansão Muthemba – exigiam a independência imediata de Cabo Delgado”, https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Mondlane.

1 Existe, historicamente e na memória colectiva, por razões de disputas de impérios, de reinos e de migrações, formas de colonização e acesso ao poder na Frelimo e após a independência, relações e sentimentos interétnicos que sintetizam essas rivalidades em adjectivos. Para a população do Sul, todos os cidadãos do Centro (principalmente) e Norte são designados de “chingondos”; contrariamente, os do Sul são considerados de “bazarutos”. Para as gentes do Sul, os do Centro (especialmente os ndaus) são considerados de “confusos” (com o significado de complicados/ conflictuosos, violentos, justiceiros).

2 O conflito militar de Cabo Delgado é complexo sob diversos pontos de vista (factores internos e externos, económicos, militares, sociais e políticos, de pobreza e diferenciação social, étnica e religiosa, entre outras).. Neste texto apenas se questiona acerca de possíveis razões (ou manipulações) do factor étnico.

3 Grande parte dos macuas do litoral professa, historicamente, a religião islâmica.

Delgado concentra-se na zona macua e mwani, onde existe base social assente no islamismo radical, principalmente no seio dos jovens descontentes pela elevada pobreza, pela falta de oportunidades e perspectivas de vida, e desavindos em relação às hierarquias religiosas e do poder administrativo local. Na zona tradicionalmente conhecida como o planalto dos macondes, não existem, ou existem muitas poucas, situações de conflito violento (armado).

Da breve análise sobre o racismo e o tribalismo, podem induzir-se as seguintes observações:

- São factores que embora reais e persistem no pensamento/cultura, nas atitudes e relações entre os cidadãos, sendo fundamentalmente utilizados/ manipulados/ instrumentalizados nas lutas políticas e, sobretudo, na conquista e defesa do poder. A história da Frelimo, desde a sua fundação, está repleta, e de forma continuada, desses casos.
- Como elementos que possuem substractos históricos e culturais, não podem ser abreviados na análise e práticas políticas, e devem ser encontradas formas de abordagem desses assuntos aceitando as diferenças e, sobre estas, construir-se um Estado de várias nações, com respeito pelas identidades próprias dos diversos grupos etnolinguísticos. Os discursos da unidade nacional em abstracto, a propaganda de “um só povo”, sabendo-se, por outro lado, das formas com esses aspectos são “geridos”, não é o mais recomendável para a construção da nação moçambicana.
- Embora os contextos de conflito (guerra civil, instabilidade militar intermitente na zona centro e Cabo Delgado) possuam vários factores motivadores, a componente étnica é, sem alguma dúvida, um dos determinantes/ou factores de sustentação/ mobilização desses conflitos.
- O racismo e o tribalismo, embora sejam faces de uma mesma moeda, a componente da raça não é um elemento provocador de conflitualidades da sociedade moçambicana, pela simples razão de que constitui uma minoria da população e, portanto, não possui uma base social de apoio para candidaturas ou formações de organizações reivindicativas de qualquer género. Em alguns casos, pode-se admitir que o racismo foi gerido de forma a desviar atenções de um outro fenómeno mais profundo e alargado da sociedade que é o tribalismo. Porém, é certo que pessoas de raça branca e indianos, moçambicanos ou estrangeiros, são considerados e chamados de patrão, significando que possuem dinheiro (ricos), o que implica, regra geral, um tratamento diferenciado.

Em síntese: (1) o racismo e o tribalismo são componentes enraizados culturalmente, continuamente manipulados e instrumentalizados pelo poder colonial e pela Frelimo, o que justificou, em muitas ocasiões, individual e institucionalmente, o uso de métodos repressivos violentos, acesso a recursos e relações sociais diferenciadas; (2) o racismo e o tribalismo sempre constituíram tabus ao nível do discurso político oficial, o que em nada contribui para a minimização desses factores como elementos fraccionantes da sociedade; (3) no lugar de ser tratado como tabu, seria mais racional o reconhecimento dos factores que fundamentam essas realidades e contruir a unidade de um país de múltiplas nações, com respeito pelas diferenças de diversos tipos.

3.3 Ideologias e alianças externas

Como referido anteriormente, as ideologias na Frelimo quase sempre foram razões de debate e exclusão. Inicialmente, nos primeiros anos após a constituição da Frente de Libertação de Moçambique, eram evidentes as tendências diversas: liberais e pro-capitalismo; socialismo, com diferenças entre as vertentes soviética e chinesa; africanismo (proto pan-africanismo, nacionalista de bases étnicas); “socialismo africano” versus “socialismo científico”.

Eduardo Mondlane era considerado por alguns analistas como um pró-americano, nacionalista culturalista¹ (eventualmente próximo das vertentes de Léopold Senghor/Kwame Nkrumah).² É conhecido que Mondlane e Marcelino dos Santos possuíam divergências ideológicas, sendo dos Santos, a figura mais visível de uma opção de esquerda comunista próxima da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), com formação na Europa, onde foi activista político, entre outros futuros líderes de movimentos de libertação das colónias portuguesas, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, na casa dos Estudantes do Império, em Lisboa.

Nkavandame, que era ou foi considerado um chefe tribal e ambicioso económico (“capitalista”) – sintetizado na palavra “reaccionário”³, foi acusado de organizar as machambas da Frelimo e da população das zonas libertadas da administração colonial em Cabo Delgado e o comércio destas zonas para a Tanzânia em seu próprio proveito o que, acrescentado às suas reivindicações/esforços para uma independência apenas de Cabo Delgado, terminou por entregar-se às autoridades coloniais em 1969, pouco depois da morte de Mondlane.

Durante a luta de libertação nacional, as opções ideológicas e as relações com diferentes países, também tinha motivações (eventualmente as mais importantes) para a obtenção de apoios de logística militar, político/diplomáticos, de treino militar e recursos financeiros.

As relações da Frelimo com países na região e as opções/disputas políticas estão relacionadas com as origens étnicas das lideranças dos movimentos de libertação que constituíram a Frelimo, como é o caso do Zimbabué com Nkomo (ZAPU) ou com Mugabe (ZANU), que se repercutiu depois da independência nas relações políticas e militares na luta contra o regime de Ian Smith. Nkomo preferia a negociação política, enquanto Mugabe, com o apoio de Moçambique, optou pela luta armada. A preferência da relação da Frelimo com a Tanzânia era motivada por haver uma fronteira comum, mas também e eventualmente principalmente, pelo discurso de Nyerere quanto ao socialismo africano e as ujahamas como modelo de vida colectiva e socialização do campo.

1 De notar que Mondlane era antropólogo o que fica expresso no seu livro *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1975.

2 Uma das vertentes da história e motivo de agitações internas da Frente até à liderança de Samora Machel, dizia que a Frelimo tinha origem na reunião entre a Udenamo e a Manu (em 2 de Junho de 1962) em Acra (Gana). A outra vertente afirma que foi durante a All Freedom Fighters Conference (convocada por intermédio de Nkrumah) que os elementos desses dois agrupamentos políticos selaram o acordo de união entre eles. Na conferência destacaram-se as seguintes personalidades como delegados da Udenamo, Adelino Gwambe, Fanuel Mahluza, Marcelino dos Santos e Calvino Mahlayeye. Entretanto, do lado da Manu, os delegados foram Mateus Mhole, Daúde Atupale e Samuli Diankali.

3 “Reaccionário” era a designação atribuída aos membros da Frelimo que possuíam opiniões diferentes ou questionavam pontos de vista diversos aos da “linha política da Frelimo” quanto a estratégias e táticas militares, relações entre a Frelimo e o “povo”, opções ideológicas (não capitalista versus opções de esquerda (socialista/comunista), relações internacionais, a emancipação da mulher, racismo, tribalismo, regionalismo, entre outros aspectos.

As relações com o Malawi e Zâmbia foram, inicialmente, pouco intensas e até de dúvidas mútuas. O Malawi tinha relações com Moçambique colonial, sobretudo por via de Jorge Jardim que foi cônsul daquele país em Moçambique e ainda devido à necessidade de garantir as exportações e importações através do porto da Beira e da linha de Sena. Malawi não permitia a existência de bases da Frelimo e, muitas vezes, dificultou o trânsito dos militares da Frelimo para entrada em Tete e Niassa. Por isso, a frente de Tete só começou a operar em 1972. Banda, então presidente do Malawi, dava preferência às negociações entre a Frelimo e Lisboa, assim como apoiava Nkomo para conversar com Ian Smith. As relações com a Zâmbia foram menos difíceis, mas não de total apoio, sobretudo o militar. Estes factos terão certamente relação com o facto de a Tanzânia e a Zâmbia terem sido os países cujos embaixadores foram os primeiros a entregar as credenciais em Maputo.

Nkrumah possuía uma perspectiva negocial para se alcançar a independência e tinha maior proximidade à China, comparativamente com a então URSS. Guambe, um dos fundadores da Frelimo e dirigente da então Udenamo, estava mais próximo de Nkrumah e da opção negocial e da aproximação à China. A opção de Marcelino dos Santos a Nyerere e à URSS tiveram ascendente nas relações externas da Frelimo antes e depois da independência até ao desmoronar do bloco socialista da Europa. Esta opção, além de ideológica, é funcional devido à vizinhança da Tanzânia e sua importância como retaguarda da guerra e de campos de treino próximos das zonas da luta armada. Além disso, a URSS possuía maior capacidade para o apoio militar.

Ao longo dos anos a China cooperou com treino militar, armamento e existia ainda a pressão política para que a Frelimo se posicionasse no conflito sino-soviético (com raízes ideológicas e de estratégias de concepção e de construção do socialismo a partir dos anos 60 da década do século XX), devido também às disputas fronteiriças com a ilha no rio Ussuri, em 1969¹, tendo-se agravado pela revolução cultural chinesa. A Frelimo não tomou posição nesse conflito e colocou-se como membro dos países Não Alinhados aquando da invasão soviética a Praga. É interessante a afirmação utilitária em como “foi possível manter o apoio dos dois países”.

Existe a teoria que as revoluções, logo após alcançarem os seus objectivos primeiros, neste caso a independência, necessitam de inimigos, internos e externos, reais ou “construídos”, para reforço dos poderes internos e implementação de regimes autoritários. Estas estratégias são utilizadas pela informação e propaganda partidária como modo de criar o sentido de pátria e de nacionalismo, a unidade interna em torno do movimento de libertação vitorioso, o sentido do sacrifício/voluntarismo na construção do país e a noção de existência apenas de um movimento ou partido político unificador. É ainda importante para a manutenção da preponderância das hierarquias militares nos partidos e nas governações, sendo frequente as disputas entre os militares e os civis (no caso da Frelimo, os “intelectuais”).

Depois da independência, Moçambique adoptou políticas externas com base nos discursos de solidariedade, libertação dos povos colonizados e sob regimes de apartheid, apresentando-se como zona libertada da humanidade. Assim foram as relações com a ZAPU de Mugabe (e não com a ZANU de Nkomo), com o ANC da África do Sul, com a guerra entre a Tanzânia

1 “A Frelimo observou equidistância e cooperou com os dois (China e URSS) e agimos de tal forma que foi possível manter o apoio dos dois países até depois da proclamação da independência nacional”, disse Chissano, em entrevista à Lusa, publicado no dia 5 de Abril de 2011. Prosseguiu na mesma entrevista: “Quando nós levámos armas da URSS para os campos de formação onde o treino era administrado pelos chineses, eles diziam: ‘Cuidado! Essas armas vêm dos revisionistas, são capazes de explodir..... Mas nós obrigámos os chineses a treinarem-nos com armas soviéticas’. Curiosa a expressão “nós obrigámos”.

e o Uganda, as relações com o MPLA (e não com a UNITA ou a FNLA).¹ Recorda-se a designação em bastidores (“intriga política”), classificando os movimentos de libertação em “puros” e “não-puros”.

Existiram discursos “agressivos” de ambas as partes entre os países “inimigos” e seus dirigentes: Ian Smith era apelidado por Samora Machel como o “tabaqueiro”². Pick Botha, disse num discurso: “não somos obrigados a provar a qualquer um, nem mesmo aos pretos, que nós somos um povo superior”.³

Os países socialistas eram a “retaguarda segura”, os “aliados naturais”, os “povos irmãos”. Os países capitalistas eram, até meados da década de 1980, os inimigos externos, aqueles que albergavam escritórios da Renamo durante a guerra civil, os que apoiavam política, diplomática e militarmente a resistência moçambicana. Pouca cooperação existia, excepto com países do Norte da Europa e do Sul da Ásia (para além da China, especialmente o Vietname e a Coreia do Norte), eventualmente pelas guerras existentes nesses países contra o “inimigo comum”.

Com a opção política e de desenvolvimento de corte/tendência marxista depois da independência, as relações externas concentraram-se (continuaram) com os países socialistas (mantendo o não-posicionamento face ao conflito sino-soviético). Grandes projectos tiveram início, regra geral de natureza extractivista, como são os casos do carvão e outros minerais, da pesca, da produção agrícola, entre outros sectores, para além das relações militares, de segurança e do financiamento à economia moçambicana através de donativos e empréstimos intergovernamentais e bancários. Sem negligenciar os suportes políticos e ideológicos e político/diplomáticos das relações externas, existia, naturalmente, a componente material e de cooperação económica.

As relações com os países socialistas sofreram importantes mudanças depois de meados da década dos anos 80, pelas seguintes razões: (1) reformas políticas e económicas em Moçambique (programa de ajustamento estrutural) com financiamentos das instituições de Bretton Woods; (2) Perestroika na URSS com repercussões nos países socialistas da Europa; (3) guerra civil em Moçambique e conseqüente paralisação da maioria dos projectos com o apoio dos países socialistas e retirada de técnicos cooperantes; (4) acordo de Nkomati que foi, regra geral, interpretado com reservas de muitos países (socialistas e africanos), significando uma rendição e traição aos princípios da Frelimo marxista e aos seus “aliados naturais”.

Com a liberalização política e económica, as relações externas alteraram-se. Estava em causa a crise económica moçambicana, uma guerra civil militarmente perdida, incapacidade de endividamento e grande escassez de divisas para importação de bens essenciais ao funcionamento da economia, como, por exemplo, combustíveis (veja no capítulo 1).

A partir de então, os novos “aliados naturais”, passaram a ser os até então inimigos externos. As instituições financeiras internacionais, Estados Unidos, África do Sul, Portugal e Alemanha, entre outros, assumiram novas posições nas relações políticas e económicas. O investimento externo aumentou rapidamente, sobretudo depois de finais do século XX, os sectores preferidos eram similares às preferências dos países socialistas. Por exemplo: (1) a produção destina-se sobretudo para exportação – função extractivista; (2) o país iniciou uma nova senda de endividamento externo; (3) o pedido de “socorro” às organizações internacionais do sistema das Nações Unidas permaneceu em função das crises humanitárias devido a choques

1 Estes aspectos foram referidos no capítulo 1.

2 Tabaqueiro em alusão à sua origem como agricultor e ao facto da Rodésia ser então um dos grandes produtores de tabaco do mundo.

3 Publicado por David G. Mailu, no jornal sul-africano The Sunday Times, de 18 de Agosto de 1985.

climáticos e conflitos militares.

O modo de actuação das empresas capitalistas é bastante diferente: (1) o investimento directo intervém com as suas organizações empresariais, enquanto anteriormente, era principalmente através das empresas estatais; (2) os investidores externos procuram ser influentes ou dominarem as cadeias produtivas desde a produção à exportação e antes existia especialização de funções entre as empresas estatais (as importadoras, produtoras e exportadoras).

A cooperação externa bilateral e multilateral desempenhou um papel importante nas relações externas e na evolução económica do país. A cooperação bilateral provinha principalmente dos países do Norte da Europa (desde antes da independência com apoio não-letal). Muitos sectores beneficiaram de transferências monetárias e presença de técnicos, sobretudo nas áreas da saúde, educação e agricultura. As relações de cooperação, antes da independência, tinham uma motivação de solidariedade e anticolonial por parte dos países doadores. Depois da independência, e durante o período “socialista”, pode aceitar-se que a cooperação destes países tinha motivações políticas (sobretudo dos governos e forças políticas progressistas), na medida em que não existia (ou existia muito pouco) intervenção de multinacionais desses países em Moçambique.

Depois, após as reformas económicas, as motivações político-ideológicas quase que desaparecem; assistiu-se ao reforço das relações diplomáticas e com os países que, de ambas as partes, tinham interesses económicos, sobretudo nas áreas da agricultura (Brasil e Japão) e florestas (Portugal), minas e gás (Estados Unidos, França, Itália, China e outros), construção de infraestruturas com financiamento governamental (China, Japão e Portugal) e expansão do capital na região com o objectivo de alargamento dos mercados nacionais (África do Sul). Existem ainda interesses geoestratégicos, principalmente em relação ao canal de Moçambique e no quadro das relações de força (Estados Unidos e França). Pode-se ainda admitir, hipoteticamente, que os objectivos estratégicos de longo prazo, são: (1) reserva de terras e de água, considerando a evolução demográfica e as mudanças climáticas; (2) o domínio político, militar e económico de zonas do mundo; (3) a reserva de espaços económicos competitivos com factores de produção baratos (terra, mão-de-obra e proximidade dos grandes mercados).

Para a concretização desses objectivos, os países desenvolvidos e as grandes corporações económicas procuram vantagens negociais em contratos de longo prazo. Estas estratégias podem, e são, alcançadas com a fragilização do Estado e a corrupção das elites nacionais e que estas aceitam em benefício próprio. O tecido económico local não possui capacidade de assegurar, em quantidade, qualidade, regularidade de oferta e preços, as demandas das corporações internacionais. O designado “conteúdo local” limita-se à mão-de-obra não ou pouco qualificada, serviços de segurança, transporte local, hotelaria e restauração e construção civil de vias de acesso e reassentamento de populações.

Não é perceptível que exista um balanço positivo dos resultados da cooperação. A situação económica do país não tem melhorado. O número de pobres, de analfabetos e as condições de saúde pública pioraram considerando o aumento demográfico (indicadores por habitante); a fragilização do Estado e a corrupção tornaram-se característica do sistema político e da governação; a resiliência aos fenómenos naturais é cada vez menor, não só devido às mudanças climáticas, como em consequência do mau uso dos recursos naturais (garimpo e mineração industrial, desmatamento, erosão dos solos, assentamento urbanos sem planeamento territorial, etc.); as situações de conflitos e de instabilidade social (ocupações de terras, reassentamento, extracção de madeira) são permanentes; os conflitos armados (guerras) de grande intensidade e violência aconteceram em cerca de 20 anos dos 46 anos de independência.

A evolução não positiva do país em muitas áreas é da responsabilidade dos centros de decisão política e económica nacionais. A fraqueza negocial devido à situação económica e às opções de políticas públicas, o desconhecimento de algumas realidades (legislação, mercados internacionais e geoestratégias à escala mundial), por um lado, e, por outro lado, o ímpeto do enriquecimento fácil e rápido das elites, a necessidade de propaganda política e criação e de expectativas positivas e de imagem do país, têm como consequência decisões erradas para o país e “acertadas” para as elites.

As componentes político-ideológicas das relações externas, de certo modo até às reformas económicas, deixaram de constar no discurso político (mesmo que disfarçadamente como encobrimentos dos reais interesses económicos e comerciais). As relações externas são marcadas de interesses e de influência política, de maximização de ganhos, muitas vezes em contextos de mercado selvagem, e, quando necessário, com intervenções militares abertas ou encobertas.

As teorias da especialização produtiva à escala mundial, da troca desigual, da exploração predadora dos recursos naturais, das alianças entre elites dos países, entre outras, continuam a ser o quadro teórico acertado na análise das relações externas de Moçambique.

CAPÍTULO 4

MÉTODOS REPRESSIVOS VIOLENTOS

1. INTRODUÇÃO

Como anteriormente referido os fuzilamentos, assassinatos, chicotadas e raptos eram práticas conscientes e institucionalizadas na Frelimo. Mariano Matsinhe, Ministro da Segurança, numa entrevista¹, referiu, expressamente, que “na Frelimo era normal fuzilar”. Na mesma entrevista, disse: “na tomada de decisões, que os campos de reeducação não foram um erro e que, volvidos quase 45 anos após o início da luta, não se arrepende de nada. Nem dos fuzilamentos, apesar de reconhecer alguns excessos do SNASP que “torturou gente sem mandato e inclusive matou pessoas”, e adiantou: “os que morreram, pediram para morrer”. Estas expressões não necessitam de qualquer comentário. São, só por si, reveladoras.

Marcelino dos Santos, em relação ao fuzilamento de opositores, como Lázaro Nkavandame, Mateus Gwenjere, Joana Simeão, Uria Simango e muitos outros anónimos, referiu que foi exercida a justiça popular (também designada de “justiça revolucionária”). “Justiça contra traidores porque qualquer um deles se aliou ao colonialismo português”. Mais adiante, na mesma entrevista, disse: “Mas que se diga bem claramente que nós não estamos arrependidos da acção realizada porque agimos utilizando a violência revolucionária contra traidores do povo moçambicano”².

Muitos foram os fuzilamentos decididos e executados pela Frelimo à luz da “violência revolucionária” contra os “inimigos do povo”. Casos de traição, deserção, infiltração de agentes do inimigo, crimes económicos (investigadores de actos de corrupção de alto nível) e ajuste de negócios, tinham, regra geral, um fim: a “violência revolucionária” ou o silenciar de testemunhas e de investigadores de crimes. São várias as questões que se colocam: a agressão aos direitos humanos e a possibilidade de defesa jurídica; inexistência de tribunais legalmente constituídos; a existência da pena de morte e os métodos de aplicação em público e com regozijo popular; o desprezo e humilhação da dignidade das pessoas, que, deveriam ser respeitados, por criminosas que fossem. Alguém que sempre desempenhou altas funções na Frente de Libertação Nacional e depois no Partido Frelimo e no Governo, disse e o autor ouviu: “naquele tempo a questão dos direitos humanos não se colocava”. Mesmo admitindo essa hipótese, não se legitimava qualquer prática a que se refere neste capítulo.

Nos contextos da guerra civil, dos conflitos armados pós-eleitorais e al-shababes em Cabo Delgado, estas situações agravaram-se, tornando-se incontroladas. São praticadas pelas forças em confronto e as instituições de justiça tornam-se mais inoperantes e inexistentes no terreno.

Muitas vezes, procurou justificar-se os métodos de desrespeito da vida e de direitos humanos por se verificarem em tempos de guerra e de conflitos, por se terem verificado em todo o mundo ao longo da história. Uma vez, conversando com uma alta patente das Forças de Defesa e Segurança na reserva, perguntei: porque assassinavam e matavam? A resposta foi simples e esclarecedora: “em guerra, não se pode desconfiar de ninguém!”.

1 Jornal SAVANA no dia 4 de Setembro de 2009.

2 Entrevista com Marcelino dos Santos por Emílio Manhique, Televisão de Moçambique, 19 de Setembro de 2005 no Programa: “No Singular”.

Este capítulo tem como objectivo apresentar casos de assassinatos, fuzilamentos e aplicação da chicotada e raptos, para, a partir desses exemplos, retirar características comuns relativamente às formas e métodos de decisão, legitimidade, opções ideológicas e sentimentos de humanidade. O objectivo não é, portanto, como alguém disse quando um familiar procurou saber dos restos mortais do seu parente directo, “desenterrar os mortos”. Quando muito, será enterrar as pessoas que, embora mortas, permanecem vivas na memória colectiva e em particular dos familiares, dos que realizaram os inquéritos, dos que mandaram matar e dos “matadores”. Essa é uma das primeiras condições para a reconciliação nacional. Uma oportunidade para a Frelimo pedir perdão aos familiares e ao povo moçambicano.

A escolha dos casos abaixo, teve os seguintes critérios: (1) relevância dos temas e das pessoas incriminadas/reprimidas; (2) existência de documentação (fontes) e de pessoas que conhecem pessoalmente casos específicos; (3) mediatismo e presença na memória colectiva. Isto é, os casos referidos estão baseados em pesquisa documental, em órgãos de informação e de pessoas que se dispuseram, de diferentes formas, a contribuir com o conhecimento sobre os casos concretos descritos. Procurou-se, quanto possível, apresentar os casos segundo uma sequência de mais antigo para mais recente.

Os exemplos descritos são somente uma parte dos inúmeros casos acontecidos ao longo de quase 60 anos, depois da constituição da Frelimo (1962).

2. ASSASSINATOS E DESAPARECIMENTOS

Filipe Samuel Magaia

Filipe Samuel Magaia é filho de um cidadão natural de Maputo e de mãe zambeziana, nasceu em Mocuba em 1937. Cumpriu o serviço militar no exército português em Nampula. Quando foi para a Tanzânia, era trabalhador dos Caminhos-de-Ferro da Beira. Chegou a Dar-es-Salam em 1962. Era considerado um dos estrategas da guerra de guerrilha da Frelimo. O seu corpo encontra-se na Praça dos Heróis em Maputo. Em 22 de Julho de 2017, foi inaugurada por Filipe Nyusi uma estátua em sua memória, no bairro Chamanculo, em Maputo.

Magaia era chefe do Departamento de Defesa e Segurança da Frelimo quando foi morto no dia 10 (ou 11) de Outubro de 1966, depois de uma missão no interior do país (provincia do Niassa). É conhecido que foi morto por uma rajada de tiros deferidos por um camarada, na medida em que não havia presença de tropas inimigas. Ao se averiguar o caso no terreno, verificou-se imediatamente que única arma com o cano quente, que fora descoberta abandonada depois das rajadas, era a de um colega guerrilheiro de nome Lourenço Matola, acusado de estar ao serviço dos portugueses. Nenhuma outra arma estava quente. O certo é que Matola não foi fuzilado (como traidor, como era prática da Frelimo), e, sim, julgado e condenado a cinco anos de prisão pela justiça tanzaniana por um crime cometido em território de um outro país. Posteriormente, foi enviado para o Quênia sem qualquer interrogatório ou medida da Frelimo. Foi morto por atropelamento em Nairobi, Quênia.¹ Depois da morte de Filipe Magaia, o departamento de Defesa e Segurança foi dividido em dois: Defesa e Segurança chefiados por Samora Machel e Joaquim Chissano,² respectivamente. Coincidência

1 “A morte por traição de Filipe Samuel Magaia”, por Zeca Caliate, em Moçambique Terra Queimada, 25 de Julho de 2017. <https://ambicanos.blogspot.com/2017/07/a-morte-por-traicao-de-filipe-samuel.html>.

2 Revista “E” do Expresso (Portugal), publicou este sábado (19 de Março ano??) “Na publicação o antigo estadista moçambicano, Joaquim Chissano é citado como um antigo espião da KGB. A fonte indica que o nome de código do ex-presidente era TZOM”, INFOTECNOGAME, 26 de Abril de 2016, <http://infogametec.blogspot.com/2016/04/ex-presidente-joaquim-chissano-o-espio.html?m=1>.

ou não, Josina Muthemba, esposa de Filipe Samuel Magaia, veio a casar com Samora Machel, depois da morte de Eduardo Mondlane. Em consequência de intrigas no seio da Frelimo em como Samora arquitetou o assassinato de Mondlane com dois objectivos: assumir o poder no Departamento de Defesa e casar com Josina Muthemba. Mondlane tinha recusado o casamento devido às intrigas existentes no seio dos camaradas.

Guebuza disse em Cheringoma: “Isso, meus jovens, tem o seu preço.¹ Tem um preço imediato e o preço imediato é a morte. Houve gente que morreu. Por exemplo, neste processo, Mateus Sansão Muthemba acabou por perder a vida, por causa destes conflitos”, disse explicando que ele foi uma das vítimas dos assaltantes perigosos na Frelimo”. Prosseguindo,² Armando Guebuza, afirmou que foi neste processo que também ocorreu a morte de Paulo Samuel Kankhomba, que foi esfaqueado pelas costas.³ Também foi por causa desse processo que Eduardo Mondlane (primeiro Presidente da Frelimo) acabou por perder a vida”.

No caso de Filipe Magaia, está claramente em evidência a organização e a execução interna à Frelimo e lutas pelo poder. Não parece ser especulativo afirmar que a luta interna tinha motivações de poder pela aliança machangana-macondes. O poder da Frelimo foi reproduzido nos diferentes conflitos internos e era dominado maioritariamente pelos militantes do Sul (os “políticos”, mais letrados e assimilados/mestiços e alguns com raízes castristas do Império de Gaza – Gungunhana) e os macondes, que possuíam o controlo militar (não só pelas suas raízes culturais guerreiras, como ainda porque a guerra de libertação nacional começou e desenvolveu-se em Cabo Delgado, e, sobretudo, no planalto de Mueda).

Uria Simango

Nasceu na localidade de Maropanche, em Machanga, província de Sofala (então, província de Manica e Sofala). Estudou na Missão protestante de Mount Silinda, na Rodésia, juntamente com a sua esposa e outros moçambicanos, depois de a escola que frequentava, na Beira, ter sido encerrada por motivos políticos

“Sim, existiu uma ligação e essa ligação foi que eu tive treino militar na União Soviética e um dos assuntos em que eu fui treinado foi precisamente na inteligência para penetrarmos na zona inimiga. Falo dos portugueses”, afirma o antigo chefe de Estado numa entrevista publicada esta sexta-feira no semanário “Savana”, de Maputo. Tal como noticiou o Expresso (ver temas relacionados no final deste artigo), com base em documentos recentemente desclassificados, Joaquim Chissano colaborou com os serviços de informação russos, com o nome de código “TZOM”.

“Sim, tinha de dar informação, mas não era tanto como eles falam, de espião. Era com o intuito de beneficiarmos de apoios por parte da União Soviética”, respondeu quando questionado sobre a natureza da colaboração que manteve entre 1966 e 1968 com a KGB. O ex-Presidente explicou ainda que essa colaboração era necessária como parte da criação de condições de apoio à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) na luta contra o colonialismo português pela independência do país.

“Através da KGB, recebíamos dinheiro, não era para mim, era para a Frelimo, para ajudar-nos a realizar o nosso trabalho de inteligência e contra-inteligência, para a protecção da própria Frelimo e para a busca de informações do outro lado (português)”, disse Joaquim Chissano, <https://expresso.pt/internacional/2016-04-08-Chissano-confirma-colaboracao-com-o-KGB>.

1 Em referência aos conflitos existente no Instituto Moçambicano, o que, reflectia, em grande medida, divergência no sio da liderança da Frelimo.

2 Num artigo notoriamente invulgar, o Notícias (escrito por Elias Samo Gudo da AIM), fez a cobertura daquilo que chamou de ‘Oração de Sapiência’ do Chefe do Estado em Cheringoma aos Jovens reunidos, em que Armando E. Guebuza dissecou a sua vida como docente no Instituto Moçambicano”. https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/11/guebuza-confessa-mortes-no-seio-da-frelimo.html, 06/11/2008.

3 A versão oficial está expressa numa entrevista de Alberto Chipande, em que afirma: “De regresso para Mkunya, quando cheguei à zona de Miyambo, vi o carro de Lázaro Nkavandame a vir. Habitualmente, o carro dele não andava a alta velocidade, mas, nesse dia, estava muito veloz. Mandámos parar, mas ele não parou. Nós seguimos até Newala. Em Newala, perguntei ao nosso representante sobre Kamkhomba. Ele respondeu que havia sido morto por um grupo de milicianos quando se dirigia à fronteira, no Rovuma. O corpo estava já no hospital de Newala”, em Vida e Obra dos Heróis da Luta de Libertação Nacional, ARPA – Instituto de Investigação Socio-Cultural, Vol. III. Pág. 2014, pp. 120.

Era pastor da igreja presbiteriana. Foi membro fundador e Vice-Presidente da Frelimo desde a sua constituição. Depois da morte de Mondlane (3 Fevereiro de 1968), sete meses após o II Congresso da Frelimo (Julho de 1968), o Comité Central nomeou (em 19 de Abril de 1969) um triunvirato composto por Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango. Este, esteve presente e concorreu à presidência da Frelimo no II Congresso, tendo perdido por 3 votos. Casal Ribeiro, então comissário político da Frelimo, propôs que os votos fossem guardados como memória institucional, o que foi recusado (qual teria sido o motivo da recusa?). Depois da morte de Mondlane, as disputas e a clarificação ideológica da Frelimo assumiram lutas internas de grande vulto e Simango foi suspenso do triunvirato (Novembro de 1969). Em Maio de 1970 foi expulso da Frelimo. Entretanto, o governo de Tanzânia declara Simango como “persona non grata”,¹ o que facilitou a sua expulsão do Comité Central.² Perseguido politicamente, saiu da Tanzânia, em 1970, para o Egipto, onde viveu com a família até 1974. Juntou-se ao Coremo em Agosto de 1971, a convite de alguns membros dirigentes daquele movimento, Paulo Gumane e Malhatine Ngome. Desempenhou as funções de Secretário das Relações Exteriores desse movimento até ao golpe do Estado do 25 de Abril de 1974.

Em 1974, depois do golpe de Estado em Portugal, Simango voltou a Moçambique e tentou fundar o Partido de Coligação Nacional (PCN). Participou no movimento da extrema-direita portuguesa do 7 de Setembro (considerado pela opinião geral, como um grande erro de Simango) e, de imediato, teve que refugiar-se na Rodésia e, posteriormente, na África do Sul em busca de asilo político, terminando por ser recebido no Quênia onde Jomo Kenyata era Presidente.

Com possível traição (de membros da segurança da Frelimo) entre os refugiados moçambicanos na capital queniana, deslocou-se para o Malawi para uma suposta conversa com a Frelimo na presença do então ministro na presidência do governo de Kamuzu Banda. Simango seria recebido no Malawi por responsáveis do Special Branch malawiano e conduzido para a fronteira de Milange, onde foi entregue a membros da Frelimo e certamente da segurança da ainda Frente de Libertação de Moçambique, tendo sido de imediato conduzido de avião para Nachingwea, na Tanzânia.

Preso, foi forçado a fazer uma confissão pública de 20 páginas, no dia 12 de Maio de 1975, no principal campo de treino da Frelimo (Nachingwea), na qual se retractava,³ solicitando ser reeducado. Foi então enviado para o centro de reeducação em Niassa. Simango foi acusado, como os restantes “grandes reaccionários”, de se aliar aos movimentos portugueses que reivindicavam uma independência unilateral, do tipo da Rodésia do Sul.

1 Simango é acusado de planejar actividades contra a direcção da Frelimo e a morte de Mondlane, o que fez com que o governo tanzaniano, através de informações do gabinete do Vice-Presidente Rashid Kawawa, o declarasse como persona non grata. As informações de Simango junto de membros do governo tanzaniano eram similares às referidas anteriormente por Gwengere. “Simango foi um dia chamado pelos tanzanianos para confirmar as acusações que tinham sido canalizadas através do Gwengere. Simango disse que as acusações não tinham nada da verdade. Isto, de uma certa maneira, desvalorizou o Gwengere e fez com que o governo da Tanzânia não actuasse contra a liderança da Frelimo visto que o governo de Tanzânia tinha dito que actuaria para acabar com as brincadeiras da liderança da Frelimo que punham em perigo a segurança da Tanzânia (Boaventura Lemane, New Jersey, 2001, em conversa telefónica comigo)”.

https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/08/gra%C3%A7a-machel-sobre-amorte-de-samora-machel-video2.html.

Informações de uma entrevista, indicam que o governo tanzaniano não estimava Simango, por este, numa reunião do OUA, em Acra, ter defendido a unidade da Nigéria face ao conflito do Biafra, na medida em que a Tanzânia apoiava a independência biafrense.

2 A 5 de Novembro de 1969, Simango publica uma extensa carta intitulada “Situação Sombria na Frelimo” onde denuncia desmandos na situação interna na organização.

3 “A seguir à sua detenção, Simango foi obrigado a fazer uma retractação pública forçada, com cerca de 20 páginas, perante milhares de combatentes da Frelimo. A confissão de Simango incluía alegações totalmente implausíveis, acusando os colegas de serem agentes dos serviços secretos de Portugal e do seu próprio envolvimento na morte de Mondlane, declarações que já não são dignas de crédito, mesmo pela actual liderança de Moçambique” https://pt.wikipedia.org/wiki/Uria_Simango.

Estava no campo de reeducação de Metelela, no Niassa (noroeste de Moçambique), quando, possivelmente a 25 de Junho de 1977¹ (segundo aniversário da independência de Moçambique), lhe foi comunicado que iria ser transportado para a capital², Maputo, onde o Presidente Samora Machel discutiria a sua libertação. Seguiam numa coluna de jipes que, a dada altura, parou. À beira da picada, os soldados tinham aberto com uma escavadora mecânica uma grande vala e tinham-na enchido parcialmente de lenha. Amarraram os prisioneiros, atiraram-nos para dentro da vala e regaram-nos com gasolina, ateando-lhes fogo. Os prisioneiros políticos da Frelimo foram queimados vivos, enquanto os soldados entoavam hinos revolucionários em redor da vala.³

É interessante ler a entrevista de Joaquim Chissano à televisão de Moçambique (TVM), ao jornalista Simeão Ponguana, no dia 25 de Maio de 2012,⁴ Pode depreender-se desta entrevista, que Samora teria ficado surpreendido com o acontecido a Simango e aos outros presos. A ser verdade, isso poderia significar que existiam forças no seio da Frelimo que actuavam à margem do Presidente, inclusivamente em assuntos de grande sensibilidade.⁵ É ainda de supor

1 Não existe confirmação de todos os historiadores e autores de biografias sobre a data exacta da execução.

2 No grupo estaria também os catalogados de reaccionários (o grupo dos chamados de "grandes reaccionários"): Lázaro Nkavandame, Raul Casal Ribeiro, Arcaño Kambu, Júlio Nihia, Paulo Gumane e o padre Mateus Gwengere, revelação dos jornalistas José Pinto de Sá e Nelson Saúte no diário português «Público», em https://pt.wikipedia.org/wiki/Uria_Simango.

3 https://pt.wikipedia.org/wiki/Uria_Simango. Veja em O dia em que eles foram queimados vivos, José Pinto de Sá, Revista «Público Magazine», n.º 277, Lisboa, 25.06.1995.

4 "SIMEÃO PONGUANA: Presidente, tem-se falado muito sobre Joana Simeão, Uria Simango... a forma como foram... o desaparecimento deles, mais uma vez o Presidente Chissano foi o primeiro a assumir que foram assassinados, foram mortos, digamos assim. Em que circunstâncias, de facto, Joana Simeão e Uria Simango foram mortos pela Frelimo, por ordens da Frelimo?"

JOAQUIM CHISSANO: Eu não sei em que circunstâncias. Eu repito aquilo que eu disse: eu soube da morte deles pelo próprio Presidente Samora, por isso é que eu digo, foram mortos. O presidente Samora veio... quer dizer ... encontrámo-nos, eu estava no Palácio e... ele exclamou: Ó Chissano... mataram o Simango, sabe! Foi assim com este tom. E depois apareceu alguém... e... acabou a conversa e fomos, e nunca mais conversámos sobre estes assuntos.

SIMEÃO PONGUANA: Quer dizer que a morte deles foi à revelia do presidente Samora...

JOAQUIM CHISSANO: Não sei. Eu sei apenas que ele disse-me isto, e que pode dar a entender que foi à revelia dele, mas também pode-se dar o caso de que... ele estivesse a organizar qualquer coisa... para... e que as pessoas possam ter mal entendido. Mas o que eu sei é que, naquela altura, havia de facto uma tensão, havia uma tensão porque o...

SIMEÃO PONGUANA: Mas isso acontece depois da independência?

JOAQUIM CHISSANO: Sim.... Havia uma tensão... porque o presidente Samora podia ter o seu plano... ou até mesmo de reabilitar as pessoas ou qualquer coisa assim..., seria selectivo, não sei... mas... não sei, eu não conheci o plano que ele tinha nem o pensamento dele... nunca tínhamos conversado sobre isso... mas eu sei que havia uma tensão, pouco depois de um dos assaltos de campos de reeducação, de centros de reeducação, é quando foi, por exemplo... levado o Matsangaia, e depois, mais tarde, o Dhlakama e o seu grupo... e então havia uma tensão, que isso não podia se deixar acontecer com aquelas pessoas que eram tidas como os traidores, que uma vez livres podiam, criar uma confusão tremenda... sabia-se das tentativas que o... que houve depois do 25 de Abril, a sua ligação com os portugueses... de alguns deles... Joana Simeão de que falou, já que falou do nome Joana Simeão que, já desde Portugal, antes mesmo da Frelimo já era suspeita de ser da PIDE... e portanto, tudo isso dava... criava uma tensão, mas que eu se saiba, não tinha-se... havido uma decisão, eu nunca tinha participado numa discussão pelo menos não e para saber.

SIMEÃO PONGUANA: O Sr. Presidente acha que seria possível, naquela altura, pelo menos ao nível da Comissão Política, como membro da Comissão Política, haver uma decisão dessas para esse tipo de pessoas, e haver uma pena capital sem passar pelos membros da Comissão Política?

JOAQUIM CHISSANO: Eh...se houvesse uma decisão, eu... tenho a impressão... uma decisão formal ... podia... teria que passar certamente pela Comissão Política, mas como eu digo havia essa tensão e ... qualquer, exclamação mal feita, podia ter conduzido... de seja quem for... que respeitado por aqueles que executaram a obra... eu digo isso porque já houve um caso desses, um caso em que ... Em que o presidente Samora Machel disse Ah...mas..., vieram-lhe reportar qualquer coisa,... ele disse mas... vocês sempre vêm reportar-me essas coisas ... é para dizerem que eu é que sou o matador... e a pessoa disse já compreendi... camarada presidente, já compreendi. E depois fomos ver... ouvir que ele tinha executado certas pessoas, mas não houve nenhuma ordem de que vai executar fulano (risos)... etc., mas uma altura de irritação, qualquer coisa... teria proclamado... falado assim, e depois a pessoa foi chamada atenção pelo Presidente Samora ... olha você ... ter feito aquilo...ah é que naquela conversa..."

5 Conhecem-se outros casos em que Samora recusou propostas de fuzilamento, como por exemplo, aos membros da delegação que se deslocou à África do Sul em que o agente do SNSP abandonou a delegação moçambicana e ficou/ entregou-se às autoridades do país vizinho. Depois de um inquérito realizado por membros da segurança foi proposto

que a reacção de Samora ter sido teatral.

A sua esposa, Celina Simango, primeira presidente da Liga Feminina da Frelimo (posterior Organização da Mulher Moçambicana – OMM), também detida, estava num outro centro de reeducação, também em Niassa. Foi fuzilada em 1980, em Metelela.

As razões/motivações podem ser consideradas de natureza política e ideológica, pois Simango não era comunista nem socialista, foi apelidado de contra-revolucionário e reaccionário por não concordar com a orientação política da Frelimo. Simango era acusado de racismo e existem depoimentos que isso revelam, como, por exemplo, é-lhe atribuída a responsabilidade de saída dos militantes brancos da Tanzânia em consequência das discussões/conflitos/crise no Instituto Moçambicano, uma escola da Frelimo na Tanzânia. Uria Simango era oriundo da província de Sofala, e é sabido da permanente depuração da Frelimo dos militantes do Centro do país devido a profundos sentimentos contraditórios e de conflito e insatisfação entre ndaus (concentrados na zona Sul da província de Manica), senas (zona centro/Norte da província de Sofala e ao longo do vale do Zambeze) e Xonas (também na província de Manica, mais a Este, na fronteira com o Zimbabué) e as etnias do Sul, sobretudo os machanganas de onde eram Samora Machel, Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano, além de Marcelino dos Santos (da cidade de Maputo), Sebastião Mabote, entre outros altos cargos da Frelimo.

Em síntese, o caso de Uria Simango tem motivações, ideológicas, étnicas, mas, sobretudo de de intriga na perspectiva do controlo do poder pela aliança Sul (machanganas) e Norte (macondes). A intriga política esteve presente neste assassinato. Mais um caso que revela o autoritarismo, o militarismo, o não respeito pelos direitos humanos e pela vida humana. Um caso em que se duvida de qual teria sido o centro de decisão.

Samora Machel

Natural da província de Gaza onde nasceu a 29 de Setembro de 1933 na aldeia da Madragoa (sistema de irrigação Trigo de Morais, distrito do Chokwé) e, posteriormente, Chilembene (junto ao rio Limpopo). Era descendente de Maguiguane (Maguivelani), um dos comandantes militares de Gungunhana. Recebeu necessariamente uma educação castrista e simultaneamente protestante, onde seu pai era pastor.¹

Estudou numa missão da igreja católica e depois foi para Lourenço Marques, onde cursou e exerceu enfermagem no Hospital Central. Em 1963 foi para a Tanzânia e daí foi enviado para a Argélia, para treino militar (primeiro grupo de militantes treinados naquele país).

Samora Machel, o “pai da Nação”, sempre foi dirigente na Frelimo, tendo assumido o triunvirato directivo em 1968, após a morte de Eduardo Mondlane. Depois foi designado Presidente da Frelimo, após uma conturbada crise política de sucessão com Uria Simango e Lázaro Kavandame e de clarificação ideológica da Frelimo.

“Em 1986, decorridos 12 anos de governação cheia de escolhos, o “Tupolev 134A” em que o Presidente regressava de uma reunião na Zâmbia, caiu na região sul-africana de Mbuzini, junto à fronteira, tendo perecido Samora Machel e quase toda a delegação moçambicana”².

Antes do desastre e depois do ataque dos sul-africanos à Matola, Machel teria solicitado equipamento a Moscovo, para uma guerra quente e rápida, para ataques dentro da RAS. Disse

o fuzilamento, ao que Samora não concordou e evitou a concretização do acto.

1 Para uma leitura sobre as origens de Samora veja “Samora Machel: um relâmpago no céu”, por Fernando Ganhão, em Samora, Homem do Povo (2001).

2 <https://sites.google.com/site/pequenashistorietas/personalidades/samora-machel>.

que, como em Cuito Cuanavale em Angola, morrendo 300 brancos, a África do Sul iria recuar no seu apoio à Renamo e deixaria de fazer incursões em Moçambique. Mas Brejnev (então dirigente máximo da URSS) não se mostrou interessado em apoiar uma guerra desse tipo.¹

O desastre de Mbuzine teve as mais variadas causas/interpretações/especulações. Das levantadas, destacam-se as seguintes:

- Presença invulgar de um VOR² junto à fronteira (confirmado), que fez desviar o avião da rota normal para Maputo. Onde estavam os pilotos?
- Pilotos alcoolizados (sem confirmação), embora possa existir secretamente a informação, pois a caixa negra do avião é de paradeiro desconhecido até ao momento;
- Pilotos pouco experientes (não verdadeiro);
- Eventuais falhas dos comandos do avião, pois o alarme de aproximação a terra deveria avisar os pilotos;
- Colaboração de moçambicanos em eventual acto criminoso, em coordenação com membros do governo sul-africano.³

Armando Guebuza foi, surpreendentemente, nomeado chefe da Comissão de Inquérito ao acidente de Mbuzini, porque se sabia das relações tensas entre Samora e Guebuza e porque ultrapassava as competências que então possuía, tanto no Governo como na Frelimo. Sérgio Vieira, certamente um dos mais fiéis a Samora Machel, era então Ministro da Segurança, também fez parte da Comissão.

A África do Sul, Estados Unidos da América e a URSS não pretendiam, inicialmente, participar na Comissão de Inquérito (existiram correspondências entre a RAS e os EUA – este último país nunca entrou em qualquer inquérito, embora tenha “sugerido” um técnico – ex-astronauta -, para analisar a caixa negra do avião e que trabalhou para ou na Comissão de Inquérito da África do Sul). Finalmente, a RAS criou a sua Comissão de Inquérito, como forma de evitar suspeitas não defendidas (“contraditório”) e como meio de desviar ou justificar eventuais envolvimento ou suspeitas de colaboração.

As suspeitas eram centradas nos seguintes elementos: (1) em relação à África do Sul, foram levantadas dúvidas na rota do voo guiado pela presença invulgar de um VOR na zona, e no socorro tardio do governo sul-africano no local do acidente; (2) ainda em relação à África do Sul, os ataques de um comando a Moçambique e as ameaças pessoais de Malan a Samora; (3) sobre a URSS, tudo faria para evitar a responsabilização sobre eventuais falhas do avião e dos pilotos, existindo murmúrios de terem bebido álcool durante a estadia na Zâmbia. Perguntas sobre as razões dos pilotos não complementaram as indicações do VOR com o conhecimento que possuíam da zona, e, ainda, como não reagiram aos comandos que necessariamente alertaram a aproximação do solo, e em zona sem ou com muito pouca luz. Existe a hipótese de que os factos da hora do acidente e da aterragem levariam os pilotos a pensar que Maputo estaria sem energia devido a cortes, então relativamente frequentes; porém dificilmente os cortes abrangiam simultaneamente as cidades de Maputo e da Matola; (4) vários dirigentes moçambicanos relacionados com a segurança do Estado levantaram suspeitas que nunca tiveram resposta, como, por exemplo: a entrada no avião durante a estadia na Zâmbia de um mecânico russo, que teria sabotado os aparelhos de navegação, o que foi negado pelo comandante do avião, único sobrevivente da tripulação; a especulação de que a RAS inicialmente não queria participar na Comissão moçambicana ou constituir uma Comissão

1 José Milhazes (2010). Samora Machel. Atentado ou acidente. Alétheia Editores. Lisboa.

2 Very High Frequency Omnidirectional Range, é um equipamento eletrónico usado na navegação aérea, que dão informações ao piloto da radial em que se encontra a voar.

3 Marcelo Mosse no livro SAMORA, homem do povo (2001), revela possíveis envolvimento de moçambicanos, nomeadamente de dois generais, de que Samora fora informado por Casadei (um italiano que viveu em Moçambique e conhecido por ligações a agências de informação). Esta informação teria sido obtida entre Casadei e sul-africanos.

própria, como sinal da sua participação no crime; (5) qual o papel e que declarações prestou o responsável da torre de controle do aeroporto de Maputo.

O desastre aconteceu num contexto complexo, nomeadamente: (1) período pós-acordo de Nkomati assinado entre Moçambique e a África dos Sul em 1984, existindo na RAS, sobretudo nas forças de defesa e segurança, descontentamento pelo apoio de Moçambique ao ANC; (2) muitos países africanos eram críticos ao acordo de Nkomati; (3) situação militar interna descontrolada, com grande domínio territorial da Renamo e dificuldade das forças de defesa e segurança de controlar a situação militar;¹ (4) perda de confiança de Samora na maioria dos comandos militares e não informação destes ao Comandante-em-Chefe sobre a realidade operacional;² (5) queda do muro de Berlim e perestroika na União Soviética, com reflexos sobre a cooperação militar e económica, então fornecida pela ex-URSS; (6) perda de confiança da URSS em Samora expressa pela frase de Gorbatchov “perdemos Samora”³ em consequência do Acordo de Nkomati e da visita de Samora aos EUA no tempo de Ronald Reagan; (7) crise económica que forçou às negociações com o FMI (a partir de 1984) e a implementação de um programa de ajustamento estrutural em 1987 (designado “patrioticamente” por Programa de Reabilitação Económica), o que significou a impossibilidade de continuação do projecto de economia de planificação centralizada e regime político socialista (já posto em causa pela realidade da economia).

Depois da viagem a Mbala, na Zâmbia, Samora realizaria uma reunião com os altos comandos militares, estando previstas profundas reformas nas hierarquias do exército.

Supondo que o acidente não foi casual ou resultante de condições do voo, as perguntas que não têm resposta são as seguintes, na opinião do autor: porquê abater Samora?

- Ele constituía no momento, e considerando a sua determinação relativamente à opção política pós-independência, um obstáculo à implementação das reformas políticas e económicas que levariam a uma economia de mercado, com o acesso por parte das elites políticas aos recursos e patrimónios do Estado, através da privatização das empresas estatais, do imobiliário e de dinheiros dos bancos estatais ou com capital do Estado, o que veio a concretizar-se (por exemplo, o Banco Austral – veja no capítulo 2);
- Estariam forças económicas internacionais interessadas na economia de mercado para acesso aos recursos naturais já conhecidos (por exemplo, o carvão de Tete, o ouro de Manica, as pedras preciosas da Zambézia e de Cabo Delgado, o gás de Inhambane e da bacia do Rovuma)?;

1 É certo que a Renamo conseguiu uma grande presença em quase todo o território nacional, com base social em muitas delas (e não apenas na zona Centro). A rapidez do alastramento da guerra na Zambézia e em Nampula isso revelam. A Renamo fazia ataques persistentes nas periferias da capital. Dhlakama afirmou mesmo ter-se arrependido não ter atacado a cidade de Maputo a partir da Katembe.

“O ex-Presidente moçambicano Joaquim Chissano considera que o seu antecessor, Samora Machel, viu-se obrigado a assinar o Acordo de Nkomati com o regime do “apartheid”, porque era a única forma de tirar o povo do sufoco da guerra ... era também uma forma de Moçambique ganhar tempo face à devastadora guerra com a Renamo, patrocinada pelo regime do apartheid, que também fazia incursões militares directas em Moçambique”, em <http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/samora-assinou-acordo-de-nkomati-com-apartheid-para-tirar-o-pais-do-sufoco/>

2 “Dentro da Frelimo, se houve alguém que não compreendeu, eu não conheço. Fala-se aí que houve uma luta dentro da Frelimo, eu não conheço essa luta, nós todos apoiámos a estratégia do Presidente Samora Machel, nós todos sabíamos em que situação estávamos a lutar, a correlação de forças que existia”, idem, Ibidem.

Em contrapartida, Carlos Cardoso, em SAMORA, homem do povo (2001), pág. 188, afirma: “Lembro-me de o ver, em meados de 85, numa reunião na sede do Comité Central, claramente a tentar remar contra a maré de desleixo e corrupção em que os oficiais superiores das FAM iam deixando cair as forças armadas. Até visitas à meia-noite ele fez a Boane, para encontrar oficiais bêbados e soldados sem comando”.

3 Gorbatchov no discurso no Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, no dia 8 de Maio de 1986, em Milhazes (2010), págs. 65 e 66.

- A eventual (mesmo que remota) possibilidade de ressuscitação de um regime socialista não interessaria às estratégias das grandes potências, sobretudo do Estado Unidos da América, o que levou Henry Kissinger a referir a estratégia da “pinça comunista” da África Austral, referindo-se aos dois lados a pinça como sendo Angola e Moçambique.
- A desconfiança da URSS em relação às diligências para a paz (visita de Samora aos EUA e Acordo de Nkomati) e a crise interna do bloco socialista europeu. Milhazes (2010),¹ refere, em diferentes momentos, a preferência de Moscovo por Joaquim Chissano em relação a Samora, baseando-se em termos de discurso, no perfil de personalidade dos dois dirigentes da Frelimo (ou seria por Chissano ser, supostamente, agente/informador do KGB).²

Graça Machel afirmou³: “A morte de Samora Machel foi planeada por alguns altos dirigentes da Frelimo em Maputo, e não somente pelo chamado regime do *apartheid*. Os conspiradores ainda estão em Maputo e sabem do que fizeram”. Graça Machel teria afirmado, na Comissão da Verdade e Reconciliação, haver dois generais moçambicanos envolvidos no assassinato de Samora, mas que não tinha provas.⁴ Graça Machel parece ter uma ideia sobre quem matou o seu marido. E a pergunta será: se Graça Machel afirma existirem cúmplices em Maputo (significa da Frelimo), porque a sua família não exige com mais insistência e força, uma averiguação, fornecendo as pistas que afirma conhecer ou desconfiar?

O coronel João Honwana, que fora comandante da Força Aérea, afirmou na Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul (TRC), que “havia rumores de que Guebuza estava a preparar uma força especial com o objectivo de derrubar o Presidente Machel. Em face desta situação”. Guebuza deixou de ser ministro do Interior passando a deter um cargo que, basicamente, não tinha nenhum significado. Uma fonte entrevistada, afirmou que, João Honwana, fora questionado, por elementos presumíveis de um golpe, sobre a sua posição face a um golpe militar.

Guebuza afirmou mais tarde, quando presidente da República e em resposta a um jornalista, que as relações com Samora eram “difíceis”. Sabe-se que Samora, em um determinado momento, quis prender Guebuza e que foi a Comissão Política da Frelimo que evitou a concretização da sua intenção. Houve, no entanto, prisão domiciliária. Samora teria dito, nos jardins da presidência a um pequeno grupo, que Guebuza não poderia nunca ser Presidente da Frelimo e da República.

Segundo Carlos Cardoso, em *SAMORA, homem do povo* (2001: 189), o Presidente sabia que se estava atentando contra a sua vida e que na “sexta-feira, antes de embarcar para a Zâmbia, jantou com meia dúzia de pessoas, que durante o jantar falou muito da região, e que, lá para o fim da refeição, insinuou que estava próximo do seu fim, tendo então, por despedida, estas palavras: “Tenho pena dos que vão ficar vivos”.

1 Idem, *Ibidem*.

2 Chissano, numa entrevista ao semanário português Expresso (8 de Abril de 2016), respondeu, quando questionado sobre a natureza da colaboração que manteve entre 1966 e 1968 com o KGB: “Sim, tinha de dar informação, mas não era tanto como eles falam, de espião. Era com o intuito de beneficiarmos de apoios por parte da União Soviética”.

O ex-Presidente explicou ainda que essa colaboração era necessária como parte da criação de condições de apoio à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) na luta contra o colonialismo português pela independência do país. “Através da KGB, recebíamos dinheiro, não era para mim, era para a Frelimo, para ajudar-nos a realizar o nosso trabalho de inteligência e contra-inteligência, para a protecção da própria Frelimo e para a busca de informações do outro lado (português)”, disse Joaquim Chissano.

<https://expresso.pt/internacional/2016-04-08-Chissano-confirma-colaboracao-com-o-KGB>.

3 https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/08/gra%C3%A7a-machel-sobre-amorte-de-samora-machelvideo2.html.

4 Marcelo Mosse “Os últimos dias de Samora”, em *SAMORA, homem do povo* (2001: 183).

Em resumo, este é mais um dos muitos casos que ficará guardado nos segredos da história da Frelimo, assim como os assassinatos de Eduardo Mondlane e de tantos outros.

Existem, pelo menos, três ou uma combinação das seguintes possibilidades que não têm resposta para a análise do acidente. São os seguintes: (1) erro dos pilotos; (2) eventual sabotagem nos comandos do avião; (3) assassinato programado pela RAS em coligação com alguns elementos moçambicanos. Pode-se constatar que existe coerência destes factores com a hipótese de um crime. Assassinato ou acidente?

Neste caso, assistiu-se à diplomacia internacional manipuladora/enganadora, mentiras, diversionismo, criação de ambiente de “guerra fria”, pouca transparência, encobrimento de factos (pela não-apresentação dos resultados da Comissão de Inquérito e da análise da caixa negra) e “falta de coragem” para revelação daquilo que se diz saber. Esta “falta de coragem” pode ser entendida como a possibilidade desse conhecimento público poder provocar “terramotos” dentro da Frelimo e o despoletar de revelações de outros casos. A verificar-se, os denunciadores certamente que perderiam influência no partido, nos meios de lobistas e no acesso a negócios.

Tomás Fernandes Baptista

Era natural de Manica, oriundo de uma família da “aristocracia” da zona fronteiriça com o Zimbabué, cujo pai, Luís Baptista, já lutara na clandestinidade contra o regime colonial e foi através dele que guerrilheiros da Frelimo visitaram, por diversas ocasiões, a cidade Chimoió.

Fez formação militar numa das academias da ex-URSS, onde teve notas excepcionais. Em Moçambique, nas Forças Armadas, chegou a cargos de chefia do Departamento de Engenharia e Reconhecimento do Estado Maior General e dizia-se ser membro dos serviços de segurança moçambicanos (SNASP). Quando regressou da URSS, foi recebido por Samora Machel. Chegou a Tenente-Coronel e, por razões de intrigas internas, não foi patenteado como General. Num convívio entre oficiais superiores do Estado Maior General das FPLM, teria concluído, em jeito de comentário, que a guerra contra a Renamo não seria ganha por via militar, mas, sim, por via do diálogo! Essa conversa foi reportada ao Presidente Machel, tendo classificado Baptista como um reaccionário infiltrado no seio da Frelimo!?”

Fernandes Baptista, como era conhecido, foi preso acusado de ser agente de serviços secretos estrangeiros. Foi preso em Março de 1981, aquando das prisões em massa (incluindo de oficiais do exército), após os ataques sul-africanos à Matola. Foi para um campo de reeducação em Cabo Delgado e depois transferido para a fortaleza da Ilha de Moçambique. Em consequência das torturas ficou cego e com o corpo completamente deformado. Foi assassinado pela segurança do Estado. Não houve algum julgamento judicial apesar de, nessa altura, existir, em todo o território nacional, a procuradoria e os tribunais. Dias depois do assassinato, correu a notícia “fabricada” da fuga da prisão de dois criminosos perigosos em Nampula e, inclusivamente, foi publicado a esse respeito, um comunicado do Serviço Nacional de Segurança (SNASP).

Em vida, com os pés e mãos amarradas, foi metido num saco de ráfia com pedras, levado de barco por um grupo de militares num pequeno barco da Marinha e atirado ao mar ao largo da Ilha de Moçambique.

O assassinato foi realizado dias antes da visita do então Presidente da República Portuguesa,

General Ramalho Eanes, que iria ser recebido na fortaleza. Por essa altura, todos os demais presos políticos existentes na Ilha de Moçambique, foram transferidos para outros centros prisionais.

Depois do seu desaparecimento, familiares próximos, procuraram saber, junto das hierarquias de defesa e segurança, o que teria acontecido, as razões do seu desaparecimento e com quem haviam ficado os seus bens. Esse familiar próximo endereçou uma carta ao Presidente Samora Machel, sendo a mesma também enviada ao então ministro da Defesa Nacional, e ao ministro-comissário das FPLM. Nunca houve alguma resposta e, o próprio familiar demandante foi preso e torturado. O pai foi ameaçado e despedido das minas de Manica, onde era gerente, sem qualquer pré-aviso nem indenização depois 38 anos de serviço ao Estado.

Este caso revela a crueldade e um profundo desrespeito pelo indivíduo, atitudes de carrasco impiedoso, de manipulação da informação pré e pós assassinato.

Um processo idêntico e simultâneo na Ilha de Moçambique deu-se com Jossias Dhlakama, primo de Afonso Dhlakama, líder da Renamo.

Siba-Siba Macuácu

Perante a pressão do Fundo Monetário Internacional para privatizar os bancos (além de outros sectores da economia), o Banco Popular de Desenvolvimento foi transformado no Banco Austral. Foi nomeado Octávio Muthemba, como PCA, e o filho do então Presidente da República, Joaquim Chissano, Nyimpine Chissano, foi indicado assessor.

O banco encontrava-se em má situação financeira,¹ pelo que foi necessário encontrar um parceiro internacional. Surge um banqueiro da Malásia, de nome Mugathan de um banco de pouca expressão naquele país, mas que acabaria por contribuir para a formação do então Banco Austral.

António Siba-Siba era um economista do Banco de Moçambique e Director da Supervisão Bancária no Banco Central. Foi colocado no Banco Austral para averiguação da gestão danosa, créditos malparados e actos de corrupção, e para trabalhar na recuperação da dívida de milhões de meticais.² “Foi encontrado morto nas escadas do Banco Austral, depois de atirado do 10º andar, no dia 11 de Agosto de 2001.”³

Ao assumir o comando do Banco Austral, publicou, no jornal Notícias, a primeira lista de pequenos devedores do banco. A segunda lista devia ser publicada no dia 15 de Agosto de 2001 e era de grandes devedores...⁴ Boa parte desses devedores eram políticos e grandes empresários do país”⁵

1 Banco estatal, criado depois da independência, para suportar o Estado e as empresas estatais, que acumulavam dívidas não reembolsáveis e financiava as empresas estatais quase que a fundo perdido. A maioria das empresas estatais eram insolventes e existia a “orientação” de as manter em produção, para assegurar a oferta de bens essenciais e o emprego. As questões financeiras eram então de absoluta secundarização na gestão dessas empresas, bem como o equilíbrio das contas do Orçamento Geral do Estado.

2 Não são conhecidos os valores dos desvios ou créditos mal parados do Banco Austral. Fala-se de entre 150 milhões e 300 milhões de dólares americanos.

3 “... foi empurrado pelo vão das escadas do prédio onde ficava o edifício-sede do Banco Austral e perdeu a vida no local. “Nas cerimónias participaram, entre outras personalidades, o Primeiro-Ministro e a maioria dos representantes do governo, o Governador do Banco Central, o juiz do Tribunal Administrativo, magistrados do Tribunal Supremo e trabalhadores das duas instituições onde trabalhava”, em https://www.angop.ao/noticias.o/?v_link=https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2001/7/33/d59fa831-5b19-4bfa-898c-5ae4e4ee7dca.html. Muito interessante a composição dos membros do poder no funeral de Siba-Siba. Devem-se tirar ilações?

4 https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2017/08/caso-siba-siba-macu%C3%A1cua-16-anos-j%C3%A1-1-passaram-2001-2017.html

5 <https://www.dw.com/pt-002/impunidade-ap%C3%B3s-15-anos-da-morte-de-siba-siba-macu%C3%A1cua-em->

Acusa-se o sistema judiciário de adiar ou camuflar/manipular a investigação e as leis, tendo prendido uma pessoa sem resultados. “A procuradora do caso argumentou que não podia acusar os indiciados de gestão danosa pois a lei relevante (Lei 15/99 de 1 de Novembro, que Regula o Estabelecimento e o Exercício de Actividade das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras), começou a vigorar posteriormente aos actos de gestão em causa. Esta lei prevê factos ilícitos cometidos no âmbito da actividade bancária. Prevê, por exemplo, o crime de gestão danosa ou ruínosa. Esse crime é punido pelo artigo 104 dessa Lei”¹.

“A investigação da gestão ruínosa do Banco Austral nunca foi preocupação de primeira hora por parte das autoridades e só começaram depois da pressão dos doadores e da sociedade civil, tendo culminado com a realização de uma auditoria forense, por uma firma estrangeira. A realização da auditoria, enquadrou-se, como se sabe, no contexto dessa recapitalização que teve como pano de fundo a cobertura dos prejuízos acumulados do Banco Austral - na ordem dos 400 milhões de USD (...). A auditoria forense encontrou sinais evidentes de gestão danosa”². O certo é que, em 2021, continuam a não existir resultados concretos e a família continua em busca dos esclarecimentos e reclamando por justiça.

No caso de Siba-Siba, tudo indica tratar-se de um crime económico, de encobrimento de dívidas e desvios de elevadas somas de dinheiro de um banco estatal, por parte de elementos da nomenclatura político-partidária, com manipulação do judiciário pelo poder político-partidário. O poder é “surdo” e “mudo” perante as exigências de esclarecimento e de apuramento de responsabilidades. Que significado e que mensagens ou que intenções, atribuir à presença inusual (em casos semelhantes) da elite política no funeral?

Américo Sebastião

Américo Sebastião era um empresário português que detinha interesses na província de Sofala, vivia no distrito de Maringué. Foi raptado numa estação de abastecimento de combustíveis na manhã de 29 de Julho de 2016, em Nhamapadza.³

Américo Sebastião possuía negócios na zona de Maringué (sobretudo de extracção de madeira), numa zona que se pode considerar que ter sido o epicentro da guerra civil e, posteriormente, do conflito depois das eleições de 2004. É uma zona de permanente conflito entre as forças governamentais e a Renamo, com disputas ou delimitação de territórios entre ambas as partes. Seria difícil operar num contexto de tensão permanente e conflitualidades de maior ou menor duração e intensidade, sem que existissem pactos entre a actividade empresarial e os dois lados em confronto, o que pressuporia relações de alto risco. Mais, ainda, quando a actividade de corte de madeira se desenvolve, necessariamente, na floresta e por meio de estradas vicinais, contexto que facilita as relações/compromissos subterrâneos entre as partes.

Diz-se que o negócio tinha como sócio um elemento local das forças armadas moçambicanas e que este reportava a um alto dirigente em Maputo, também relacionado com as forças de defesa e segurança e com o sector agrário.

-mo%C3%A7ambique/a-19464282, “Before his death, he published a list of the bank’s debtors, and tracked down and cancelled bogus contracts. His murder to this day remains unresolved”. Leia-se igualmente em https://wikileaks.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Siba-Siba_Macu%C3%A1cua.

1 A imprensa reportou igualmente que o Ministério Público reconheceu que houve prática de actos de gestão danosa por aquelas figuras, mas que a Lei não podia ser aplicada retroactivamente. Nota de Imprensa do Centro de Integridade Pública (CIP), de 5 de Maio de 2010.

2 Idem, Ibdem.

3 <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/americo-sebastiao-empresario-portugues-desapareceu-ha-quatro-anos-em-mocambique-familia-continua-a-espera-de-que-o-presidente-e-o-governo-de-mocambique-digam-o-que-se-passou>.

Depois da sua morte, os raptos (ou a organização do assassinato) usaram os cartões de débito e crédito para levantarem cerca de “4.000 euros”, não conseguindo mais porque as contas foram bloqueadas logo que foi constatado o desaparecimento de Américo Sebastião¹. Isso significa que os raptos e/ou seus mandantes, conheciam os códigos dos cartões, o que pressupõe serem de relação muito próxima (certamente ao nível da gestão da empresa), ou que Américo tenha sido forçado a dizer os códigos em situação de tortura, actos estes confirmados.

Testemunhas presentes no local da captura, afirmam que Américo Sebastião estava a abastecer a sua viatura de combustível, quando chegou um grupo de homens armados, com fardamento das forças governamentais, em dois *jeeps* de marca usualmente utilizadas pelas forças governamentais (exército e polícia). Depois de uns telefonemas entre um dos elementos do grupo com alguém, Américo Sebastião foi almejado e levado numa das duas viaturas. O carro nunca mais foi “oficialmente” visto. Pessoas que investigaram o assunto afirmam que sabem onde o corpo morto foi deixado (na berma de uma estrada, depois de um cruzamento) e que depois desapareceu desse local. O relatório dessa investigação foi entregue a uma embaixada em Maputo.

Portugal e organizações internacionais, manifestaram disponibilidade para apoiar Moçambique na investigação do caso. Em Portugal, o assunto foi motivo de declarações políticas ao mais alto nível e em diferentes momentos.² Portugal recebeu de Moçambique garantias de cooperação política para resolver o caso de Américo Sebastião, mas as autoridades moçambicanas negaram, até hoje, ajuda portuguesa no plano judicial e criminal.³ O governo de Maputo e a PGR moçambicana, sem dizerem que não, nunca se dispuseram a acordar a cooperação oferecida.

O assunto arrasta-se e até 2021 (momento em que o autor escreve o livro) não existe qualquer resultado.

Sobre o assunto, “O Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, disse esta quarta-feira (finais de Junho de 2016), em Lisboa, que “Queria que os portugueses percebessem que esse não é um assunto de Estado, pelo menos pela parte de Moçambique. Coisas como essas em Moçambique, durante os 16 anos que tivemos de conflitos, acontecem muito. Tenho muitos moçambicanos desaparecidos, tenho muitos estrangeiros desaparecidos, de todo o tipo de pessoas, incluindo alguns portugueses (...) Não pode acontecer”. O Presidente adiantou que o Governo de Moçambique através dos seus serviços de justiça e segurança tudo fez para que esse caso fosse esclarecido, até ao momento sem sucesso”.⁴

1 https://www.cmjornal.pt/mundo/afrika/detalhe/portugalmocambique-desaparecimento-de-americo-sebastiao-nao-e-assunto-de-estado---nyusi?ref=Mais%20Sobre_BlocoMaisSobre

2 A Assembleia da República de Portugal aprovou por unanimidade na sexta-feira um voto “de preocupação pela inexistência de conclusões relativamente ao desaparecimento do empresário Américo Sebastião, em Moçambique”. Na nota publicada no ‘site’ do Palácio de Belém, sublinha-se que “desde 2016 que, ininterruptamente, o Presidente da República tem, em contacto directo com as autoridades moçambicanas, a começar no Chefe de Estado, bem como em público, procedido a todas as diligências destinadas ao apuramento da situação do nosso compatriota Américo Sebastião em Moçambique”. (...) “A isso mesmo se referiu em diversos momentos neste sítio da Presidência da República. Recorda, ainda, que o assunto foi expressamente tratado aquando da Visita de Estado do Presidente Filipe Nyusi a Portugal, quer na Presidência da República, quer no Parlamento, sobre ele se tendo pronunciado publicamente o Presidente de Moçambique”, lê-se na mensagem” (...) <https://www.noticiasominuto.com/pais/1370413/marcelo-assinala-posicao-da-ar-sobre-desaparecimento-de-americo-sebastiao>.

3 <https://www.dw.com/pt-002/raptos-em-mo%C3%A7ambique-recusa-de-coopera%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-um-mist%C3%A9rio/a-55421247>.

4 https://www.cmjornal.pt/mundo/afrika/detalhe/portugalmocambique-desaparecimento-de-americo-sebastiao-nao-e-assunto-de-estado---nyusi?ref=Mais%20Sobre_BlocoMaisSobre.

Giles Cistac

“Em 1993 trabalhou como conselheiro civil na embaixada francesa em Maputo e, entre outros, trabalhou com a Universidade Eduardo Mondlane. Após um breve regresso a França, mudou-se em 1995 para Maputo. Desde aí, trabalhou como docente universitário de direito na universidade pública Eduardo Mondlane. Até à sua morte, exerceu o cargo de Director-adjunto para Investigação e Extensão na Faculdade de Direito. Em 2008, promoveu uma unidade universitária que se preocupava da investigação sobre a harmonização do direito na SADC, o *Centro de Estudos sobre a Integração Regional (CEDIR)*”.¹

“Em 2009 recebeu a ordem de mérito *Ordre des Palmes Académiques* pelo seu trabalho de descentralização de Moçambique, sendo esta a distinção francesa mais importante na área das ciências. Em 2010 adoptou a nacionalidade moçambicana”.²

Cistac, além de docente (Professor Catedrático), era comentador em órgãos de informação (principalmente televisão), onde expunha as suas opiniões sobre diferentes aspectos da política moçambicana, relacionadas, nomeadamente, com as agressões aos direitos humanos, acerca do debate da descentralização, a autonomia das províncias com base na Constituição e sobre os resultados eleitorais de 2014. Dizia-se, então, que mantinha encontros com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e o aconselhava em diferentes aspectos da política nacional, nomeadamente sobre as eleições e a descentralização.

Na manhã do dia 3 de Março de 2015, Cistac, depois de tomar um café onde normalmente passava pelas manhãs, no bairro de Polana, foi atingido por três tiros vindos de um carro que passava. Poucas horas depois faleceu no Hospital Central de Maputo. Este assassinato foi recebido com consternação na sociedade, tendo havido uma manifestação e uma marcha entre o café onde foi assassinato e a faculdade de direito.

Dias antes do assassinato, o porta-voz e membro do secretariado do Comité Central da Frelimo, Damião José, chamou os pronunciamentos de Cistac de “mentiras”, “não honestas”, chamou-o de “hipócrita (...), ingrato e mal-agradecido à hospitalidade e ao acolhimento do povo moçambicano”.³

No velório, o Reitor da UEM afirmou que Gilles Cistac iria marcar uma geração de juristas, mesmo aqueles que não tiveram a sorte de tê-lo como docente. “O Encarregado de Negócios da Embaixada da França frisou que a comunidade francesa em Moçambique tinha uma grande estima por Gilles Cistac, era um dos franceses com mais antiga presença no território moçambicano (...). Ele era um traço de união entre a França e Moçambique”⁴, <https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/461-uem-exalta-feitos-do-professor-gilles-cistac-em-velorio>.

Existiram de imediato reacções de suspeita do acto ter sido praticado pelos “esquadrões da morte”⁵ e a ordem para matar com origem no poder. Seguiu-se inquérito no Tribunal da Relação de Maputo. Um dos inquiridos, depois de referir o ambiente negativo gerado pelo

1 https://pt.wikipedia.org/wiki/Gilles_Cistac.

2 Idem, ibidem.

3 Jornal Notícias. 19 de Fevereiro de 2015.

4 <https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/461-uem-exalta-feitos-do-professor-gilles-cistac-em-velorio>.

5 A suspeita de existência de um grupo de pessoas, militares ou militarizados, sob comando directo de altos responsáveis dos centros de decisão política e de segurança, que tinha (tem) como missão, matar ou raptar e espancar cidadãos que se notabilizaram (e se notabilizam) por posicionamentos críticos em relação ao poder e sobre os quais se encontrou dificuldades de os silenciar. São muitos os casos de assassinatos e espancamentos de académicos, jornalistas, membros da oposição que sofreram este tipo de acções e cujos mandantes e autores morais e materiais jamais foram descobertos, muito embora a polícia criminal sempre refira que têm pistas até ao esquecimento nas memórias colectivas. São os designados Esquadrões da Morte (veja no capítulo 2).

destacado membro do Secretariado do Comité Central da Frelimo, referiu o caso de uma página no *Facebook* com o *nick name* de “kalashnikov”, onde ameaçava/insinuava nomes a abater (todos brancos moçambicanos), entre os quais Gilles Cistac. Ao se ler a acta do Tribunal da relação, essa passagem foi suprimida, o que mereceu reacção do inquirido. Perguntado se desejava que constasse na acta, este afirmou positivamente, tendo-se verificado uma reacção de incómodo por parte dos inquiridores. A redacção final contou com esse depoimento.

A UEM ergueu um memorial no pátio da faculdade de direito e atribuiu o nome de Gilles Cistac à biblioteca. Sensivelmente três meses depois, o memorial foi arrancado e retirado o nome à biblioteca. O Director da Faculdade, a 15 de Março de 2016, alegou erros de procedimentos regulamentares para a atribuição do nome e para a colocação do memorial. Entretanto, nenhuma iniciativa existiu para a reposição do nome do memorial. Foram certamente “ordens superiores”!

Várias interpretações existiram quanto às motivações do assassinato, como, por exemplo: (1) segundo o então Comandante-Geral da PRM, Jorge Khalau, insinuou que “aquele tipo de assassinato acontece a pessoas ligadas ao submundo do crime organizado”;¹ (2) na mesma linha de Khalau, diz-se que Cistac era membro de agências de informação francesas e que conhecia os *dossiers* das dívidas ocultas; (3) outros afirmavam ser o silenciar de uma voz incómoda e fundamentada acerca do debate da descentralização do Estado, assunto que era (e é) muito sensível para a Frelimo, enquanto partido dominante e monopolista do poder; isto é, Cistac estava a tocar em assuntos de poder e, conforme se diz, “com o poder não se brinca”; (4) Cistac era considerado, em círculos políticos, como um conselheiro de Afonso Dhlakama de difícil contra-argumentação.

O caso Cistac permanece, como tantos outros, engavetado junto dos segredos do poder e selado com pactos de silêncio. Como outros, houve uma combinação de intriga, criação de ambiente político propício, desrespeito pela vida humana, encobrimento dos mandantes e autores materiais, disfarce de averiguações e esquecimento para a maioria da sociedade.

1 <https://cartamz.com/index.php/politica/item/1189-o-assassinato-de-gilles-cistac-e-o-absoluto-silencio-das-autoridades>.

3. FUZILAMENTOS

Ordem de Acção Nº 5/80

Transcreve-se parte da Ordem de Acção Nº 5/80, assinado no dia 29/7/1980, pelo então Ministro da Segurança: “No espírito dos costumes, usos e tradições da luta armada de libertação nacional, o Comité Político Permanente da Frelimo julgou e condenou à morte por fuzilamento, os seguintes desertores e traidores do povo e da causa nacional, que foram já executados: Uria Simango, Lázaro Nkavandame, Júlio Razão Nihia, Mateus Ngwegere, Joana Simeão e Paulo Gumane.”

E o comunicado prossegue: “De forma a prevenir possíveis reacções internas ou internacionais, que possam surgir em consequência da execução desses contra-revolucionários, o Comité Político Permanente decidiu publicar este acto como uma decisão revolucionária do Partido Frelimo, e não como um acto jurídico”.

Este despacho é divergente da entrevista de Chissano quando se refere ao fuzilamento de Uria Simango (veja acima), onde se pode depreender que Samora Machel recebeu com surpresa a notícia do fuzilamento.

Este texto, do órgão máximo da Frelimo entre congressos, revela claramente: (1) ser um despacho após os fuzilamentos terem sido executados; (2) o Ministro da Segurança assinar uma decisão do Partido Frelimo, revelando uma total ausência dos limites de competências entre o partido no poder e o Estado (o que se pode designar por um regime dirigido por um Partido-Estado); (3) uma profunda crueldade.

Tribunal Militar Revolucionário

O Tribunal Militar Revolucionário (TMR) foi uma estrutura provisória criada a 29 de Março de 1979 pelo Decreto-Lei 3/79 da Comissão Permanente da Assembleia Popular. A 1 de Abril de 1979, o Ministério da Defesa anunciou a nomeação de Joaquim João Munhepe como juiz-presidente e de Pedro Juma, José António Cauma, Ismael Lúcio Mangureira e Lucas Langa - todos oficiais militares superiores - como juizes. Novos painéis de juizes foram nomeados pelo menos duas vezes, em Março de 1981 e Setembro de 1982. A principal função do TMR era julgar casos de crimes contra a segurança do Estado e tinha o poder de decretar a pena de morte. Essas sentenças foram frequentemente relatadas como tendo sido executadas por pelotões de fuzilamento dentro de cinco dias após terem sido proferidas.

Durante dez anos, o TMR foi o principal instrumento jurídico do Estado moçambicano e da Frelimo na luta contra a rebelião armada da Renamo. Os combatentes da Renamo capturados eram regularmente condenados à morte ou a longas penas de prisão. Muitas ou algumas das sentenças e sua execução foram amplamente divulgadas na imprensa local, presumivelmente para desencorajar os outros (efeito persuasão).

No dia 16 de Março de 1989, após quase dez anos de actividade, foi anunciada a dissolução do TMR, e os processos começaram a ser transferidos para os tribunais populares provinciais. Esses tribunais começaram a funcionar plenamente no final de 1988. A mudança também significou que, pela primeira vez, os acusados tinham acesso a um processo de apelação”¹.

1 <http://www.mozambiquehistory.net/tmr.php>.

Goolam Nabi

O TMR condenou à morte ou à reeducação para integração na sociedade vários réus acusados de crimes. Conforme o jornal Notícias de 18 de Junho de 1982, pág. 7, o TMR reuniu-se nos dias 3, 4 e 5 de Junho de 1982, na Cidade de Maputo, a fim de julgar réus acusados em processo-crime contra a Segurança do Povo e do Estado Popular. Nessa reunião, foram decididas várias condenações à morte por fuzilamento. Nos dois pés de página abaixo, apresenta-se um caso de condenação por fuzilamento e outro de reintegração na sociedade.

O jornal Notícias de 3 de Abril de 1983 publicou na íntegra o comunicado do Tribunal Revolucionário de 2 de Abril, resultante da reunião havida nos dias 25, 26, 29 de Março e 1 de Abril, onde condenou à morte seis bandidos e a penas de prisão e chicotadas para 11 réus. Nessa reunião foi condenado à morte um nome que ficou na memória colectiva de muitos moçambicanos. Trata-se do Goolam Nabi.¹ Foi acusado de contrabando de camarão da Beira para a África do Sul, Portugal e Swazilândia com suborno de funcionários das alfândegas e da migração, afectos ao posto fronteiriço da Namaacha, e ainda por pertença a uma rede de contrabando de aparelhos de televisão e de vídeo. Foi também referido que cedia a sua carrinha para o contrabando realizado por outros traficantes. O comunicado não indica as quantidades contrabandeadas, referindo-se a “grandes quantidades”. O comunicado indica que o réu possuía três contas bancárias no estrangeiro, em Portugal, África do Sul e Londres.

Goolam Nabi foi condenado à pena de morte por fuzilamento. O acto de fuzilamento foi consumado no bairro de Hulene, nas periferias de Maputo, presidido pelo então presidente do Conselho Executivo da cidade capital, contando com a presença de dirigentes da cidade, do partido Frelimo, deputados e público residente em Maputo. Foi um acto “popular”.

Os fuzilamentos com assistência popular eram frequentes em todo o espaço nacional.

O motorista de Nabi, considerado cúmplice consciente, foi condenado a 12 (doze anos) de prisão e 45 chicotadas.

1 Para mais detalhes dos processos de decisão, consulte o jornal Notícias, do dia 18 de Junho de 1982, na página 7. Decisão sobre os réus Hussene Sucá; Gilberto Lopes Gonçalves; Rogério João da Glória (aspirante a Oficial das Forças Armadas de Moçambique); e Benjamim Moisés Gulela:

“Assim, considerando:

1º A sua pouca idade;

2º A menoridade de alguns deles e sua imaturidade;

3º A perfídia do inimigo, que manipula jovens de 18 a 21 anos, para os tornar instrumentos da sua acção subversiva;

Nestes:

O Tribunal decidiu não aplicar as penas que seriam aplicáveis aos actos por eles praticados. Mais decidiu o Tribunal recomendar ao Ministério do Interior, à Secretaria de Estado do Trabalho e à OJM, que procedam ao seu enquadramento, com vista à sua normal reintegração na sociedade”.

Caso de Matias Clifford Tenda, pode-se ler no comunicado publicado no mesmo jornal Notícias: Foi membro da Frelimo, onde ingressou em 1963, tendo tirado o curso de socorrista. Chegou a ser secretário administrativo do Hospital da Frelimo em Mbeya. Em 1967 fuge para um país vizinho, onde se junta à Coremo. Aí começa a sua trajectória da traição. Depois da Independência de Moçambique, torna-se membro fundador da África Livre, no Malawi. É designado, dada a alta confiança nele depositada, responsável provincial de Mobilização para a Zambézia, da “África Livre”. Participa em diversas reuniões da organização em casa do Amós Maurício Sumane, dirigente da África Livre”. Em Novembro de 1979, o réu, juntamente com outros contra revolucionários, penetra no território moçambicano com o objectivo de recrutar mais elementos para a referida organização, altura em que é detido. Perante estes factos, o Tribunal considerou o réu Matias Clifford Tenda como autor dos crimes de alta traição; de pertença e colaboração com organização clandestina, na qualidade de dirigente; e crime de rebelião. Nestes termos, o Tribunal condenou o réu na pena de morte por fuzilamento.

4. LEI DA CHICOTADA

A Lei da chicotada foi publicada pela Lei nº 5/83 de Março pela Comissão Permanente da Assembleia Popular (veja abaixo parte do enunciado na Lei).¹

Conforme a lei, a chicotada foi aplicada a vários níveis, com e sem julgamento prévio, em público, sobretudo nos locais onde a infração/crime tivera sido cometido.

A Lei da chicotada foi aprovada em sessão plenária da Assembleia da República, por unanimidade (então, apenas com representação do partido Frelimo, como partido único do regime político de então). Alegou-se a tradição popular do sancionamento por chamboco e na educação das crianças pela varada.

No entanto, nas discussões *off record* não existiu consenso tendo o então Ministro da Justiça recusado assinar os despachos consequentes, o que lhe mereceu a demissão imediata.

A chicotada foi muito aplicada, muitas vezes sem julgamento, regra geral com assistência popular.

1 Artigo 1. A pena de chicotada será aplicada aos autores, cúmplices e encobridores dos seguintes crimes consumados, frustrados ou tentados:

- a) Crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular;
- b) Candonga em todas as suas formas, nomeadamente, especulação e açambarcamento, crime contra o abastecimento público, tráfico ilegal de divisas e contrabando;
- c) Assalto à mão armada, pertença a organização, quadrilha ou bando de malfeitores;
- d) Roubo;
- e) Estupro e violação de menores

Artigo 2. Quanto à particular gravidade política, económica e social do delito, os antecedentes criminais ou a personalidade do delinquento o exija, os Tribunais poderão decidir aplicar a pena de chicotada aos autores, cúmplices e encobridores dos seguintes crimes:

- a) Furto;
- b) Homicídio voluntário;
- c) Violação;
- d) Aliciamento, incitamento e utilização de menores na prática de delitos;
- e) Tráfico de estupefacientes;
- f) Cobrança de preços manifestamente desproporcionados ao tipo e natureza do serviço prestado.

Artigo 3. – 1. A pena referida nos artigos anteriores será aplicada cumulativamente com as penas fixadas nas leis penais em vigor e não pode ser suspensa na sua execução ou substituída por prisão ou multa.

2. Se o crime for de pequena gravidade, o Tribunal poderá decidir aplicar autonomamente a pena de chicotada.

Artigo 3. Não se aplicará a pena de chicotada quando o criminoso tiver sido condenado à pena de morte.

Artigo 4. A pena de chicotada será de três a trinta chicotadas por série, podendo aplicar-se até ao limite de três séries espaçadas por períodos não inferiores a oito dias. A pena será graduada de acordo com a gravidade social dos delitos.

Artigo 5. A pena de chicotada será aplicada pelos Tribunais Populares em todos os escalões e pelo Tribunal Militar Revolucionário, de acordo com as respectivas competências definidas na lei.

Artigo 6. A pena de chicotada será executada em lugar público com leitura prévia da sentença.

Artigo 7.- 1. Atendendo à natureza e circunstâncias do crime, os antecedentes criminais ou a personalidade do criminoso, os Tribunais poderão decidir a aplicação da pena de interdição de residência como pena acessória das demais penas que lhe forem aplicadas”.

Retirado de https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/03/lei-n%C2%BA-583-de-31-de-mar%C3%A7o-chicotadas-e-pena-de-morte.html.

5. RAPTOS

Os raptos tinham (e têm), regra geral, duas motivações: (1) política, contra cidadãos considerados “críticos” (jornalistas, académicos, comentadores de televisão e articulistas nos jornais considerados independentes); (2) económica, de ajuste de contas por incumprimentos de acordos e negócios, ou simplesmente para exigir elevados valores como condição para a restituição da liberdade, afectando principalmente empresários e cidadãos considerados de “ricos”. Vigora também o que se designa por taxa da liberdade, que constitui no pagamento periódico (geralmente mensal), ou em uma única de prestação, de um valor para evitar o rapto de quem sofre a taxa.

Em relação aos primeiros (motivações políticas), o rapto foi geralmente antecedido de ameaças por telefone, “amigos” aconselhando a “não falar muito”, calúnias e ataques pessoais e de carácter nas redes sociais (principalmente por pessoas do designado G40),¹ perseguições com viaturas, entre outras ameaças. Para não referir muitos casos, o ex-Bispo de Pemba, Dom Luiz Fernando Lisboa, numa entrevista assim referiu:² Pergunta, “Luiz, quem o estava ameaçando. Os extremistas? Dom Luiz responde: Não. O governo. Recebi primeiro ameaças de expulsão, depois apreensão de documentos e no final de morte”. Quem “pode” fazer estas ameaças a um bispo nomeado pelo Papa, muito mais facilmente as fará a cidadãos sem “coberturas políticas” ou outras.

Como tática de actuação, em alguns casos, os raptos apresentavam-se como agentes da polícia exibindo crachás, intimidavam, ordenavam à pessoa a raptar que subisse para o carro dos raptos e levavam-no para zonas periféricas das cidades, onde eram espancados e deixados à sua sorte. Muitas vezes, foram populares que encontraram os raptados e comunicavam à polícia que se dirigia ao local. Nestes casos, não havia cativo nem se reivindicava dinheiro para a libertação.

Estes raptos são especulativamente atribuídos aos “esquadrões da morte”.

No caso dos raptos por motivações económicas, foram, regra geral, sem “pré-aviso”: apanhavam as pessoas em espaços públicos ou nos seus locais de trabalho (lojas), nos arredores das residências, etc., ao que se seguia um cativo para negociação do valor do resgate (em alguns casos, valores acima de cinco milhões de dólares). Regra geral, os familiares ou seus representantes negociavam em baixa e chegava-se a um acordo, sendo a pessoa retirada do cativo e abandonada em algum lugar.

Quando os raptos envolviam cidadãos estrangeiros, existiram iniciativas de propor a Moçambique a colaboração de polícias especializadas dos respectivos países da nacionalidade dos raptados, mas raramente foi aceite. Em um caso, foi apresentado um relatório que afirmava serem altos comandos da polícia envolvidos no caso investigado. Nenhuma acção foi continuada.

É comprovada a participação da polícia e dos serviços de investigação criminal em raptos.

A totalidade dos raptos soma mais de 100 casos, sendo muito poucos os casos em que os

1 G40 por ser um grupo de quarenta cidadãos, membros de confiança da Frelimo, constituído por jornalistas e docentes de ensino superior e técnico, funcionários do Aparelho de Estado, que tinha como função principal, em momento de muitas críticas à governação do Presidente Guebuza, de defender a imagem da Frelimo, Governo e do Presidente. Fizeram-no, na maior parte das vezes e pela maioria dos seus membros, contra-atacando os “críticos”. Por coincidência ou de forma planificada, em alguns casos, esses ataques precederam a assassinatos políticos, como foi o caso de Gilles Cistac.

2 Entrevista de Raffaella Scudera, publicada por La República, 11.04-2021. Republicado por Carta de Moçambique, 15 de Abril de 20221.

assassinos materiais foram presos. Nenhum mandante foi detido. Este facto, é um forte indício em como os raptos têm comando nos centros do poder (para o caso dos raptos não “económicos”) e que existem a indústria do crime organizado. Existem relatos em como os raptados em cativeiro identificavam os raptos com agentes da polícia. Alguns empresários saíram do país, em consequência da constante perseguição e ameaças para cobrança de valores avultados.

6. RESUMO

Os casos referidos de assassinatos, fuzilamento, chicotadas e raptos, são somente exemplos que fundamentam a tese deste texto. Muitos outros casos de assassinatos e desaparecimentos de personalidades da política (sobretudo políticos, diplomatas e militares, tanto da Frelimo como da oposição) aconteceram no país e no estrangeiro durante a luta de libertação nacional e após a independência, ao longo das seis décadas após a constituição da Frelimo. Muitos destes casos são inconclusivos sobre o ocorrido (por não existirem resoluções judiciais nem processos criminais encerrados ou mesmo iniciados).

Os assassinatos e raptos de natureza económica, estão geralmente relacionados com chantagem, roubos, ajuste de contas, etc. Em alguns destes casos, parece evidente que a polícia e forças militares estiveram envolvidas. Os casos de natureza económica tiveram início durante a luta de libertação nacional, quando Nkavandame foi acusado de se apropriar dos excedentes e organizar as “machambas do povo” e da Frelimo e das lojas da Frelimo nas zonas libertadas em seu próprio benefício.¹ Porém, outras versões indicam que as divergências fundamentais com Nkavandame era a sua influência nas zonas libertadas de Cabo Delgado, o poder dos “políticos” da Frelimo (os “machairmans”) em disputa de influência junto da população e de poder de decisão com os militares e as intenções de independência parcial em termos territoriais.

Os métodos utilizados são diversos, como, por exemplo: (1) fuzilamentos “oficiais” a coberto das decisões do Tribunal Militar Revolucionário; (2) fuzilamentos com e sem alguma decisão escrita ou à revelia das instâncias superiores da Frelimo; (3) desaparecimentos súbitos das pessoas (caso de Evo Fernandes em Lisboa/Cascais, Américo em Maringué e outros); (4) atropelamentos duvidosos de personalidades da política moçambicana no estrangeiro (por exemplo, Lourenço Matola em Nairobi, Lourenço Mutaca² em Adis Abeba; Ataíde no Malawi);³ (5) mortes nas cadeias; (6) chicotadas à luz da lei específica (ou não), com e sem julgamento judicial.

1 Lazaro Nkavandame organizou e foi funcionário do Estado colonial na promoção do algodão em Cabo Delgado. Devido ao seu reconhecimento e prestígio junto da população do planalto de Mueda, a produção teve um grande aumento.

2 O regressado (dissidente muito activo), Lourenço Mutaca, “apadrinhado” pela Suécia é poupado no julgamento de Nachingwea. Reintegrado mais cedo no Moçambique Independente como quadro superior. Todavia, misteriosamente, anos mais tarde é assassinado em Adis Abeba (Etiópia) para onde tinha sido destacado por uma Organização Internacional, autorizado pela Frelimo. Em <http://coloquioslusofonia.blogspot.com/2012/04/historia-samora-machel-contra-execucao.html>

3 “No seu livro de memórias, Oliveira volta a citar Wate, assim como o responsável pelas finanças da «D-13», António Mula, referiu que a morte de João Ataíde, ex-embaixador moçambicano em Paris, fora da responsabilidade de agentes do SNASP propositadamente enviados ao Malawi. Na altura do crime, Ataíde regressava do quartel-general da Renamo na região de Gorongosa. Tratou-se de uma “vingança” do regime da Frelimo pelo facto de Ataíde ter aderido à Renamo uma vez abandonado o cargo de embaixador, lê-se no livro de Paulo Oliveira. Em relação a Mateus Lopes, morto na companhia de João Ataíde, Oliveira volta a citar os referidos oficiais da «D-13» como tendo dito que a vítima era um agente ao serviço do SNASP e que a polícia política da Frelimo decidira liquidá-lo por ser “um agente gasto, mais que descoberto e denunciado ...um agente “queimado”. Em Canal de Moçambique – 13.07.2006.

Em muitos dos casos apresentados, fala-se de um grupo designado pela sociedade como “esquadrões da morte”, sob comando directo de altas patente militares, relacionado com a defesa e segurança. As formas de actuação, a eficácia “matadora” e os meios que utilizam (viaturas, fardamento e armas), fazem concluir ser trabalho de profissionais”.¹

Os crimes (sobretudo em alguns assassinatos e desaparecimentos) são antecedidos de ameaças nas redes sociais (através de grupos específicos do Facebook), declarações de dirigentes sobre a pessoa a abater (Gilles Cistac), lançamento de avisos sobre a fuga da prisão de criminosos perigosos (Fernandes Baptista), etc. Em alguns casos, os assassinatos foram precedidos de ameaças tendo os visados apresentado o assunto na Procuradoria-Geral da República que, aparentemente, segundo os próprios queixosos, não se aperceberam de alguma reacção efectiva por parte da PGR.

Numa perspectiva de longo prazo, desde a constituição da Frelimo, pode-se considerar que os métodos repressivos violentos (incluindo a pena de morte e assassinatos) permaneceram uma constante, com momentos de maior intensidade (em contextos de conflitos armados, lutas acérrimas pelo poder, sabotagem económica após a independência e generalização de instabilidade social e em momentos de maior intensidade de pequenos crimes). A questão que se coloca é, se em alguns destes contextos, os métodos repressivos violentos são “justificados”/compreendidos” por: (1) um clima de grande violência das partes em conflito, gerando-se espirais de resposta e contra-resposta; (2) métodos assumidos como legítimos (“violência revolucionária”), como mecanismo de defesa do poder; (3) como forma de “resolução” de confrontos ideológicos (“contra-revolucionários”, “inimigos internos”, agentes do capitalismo); (4) em contextos de pequenos crimes generalizados no seio da população (caso dos assassinatos públicos no campo de futebol de Quelimane); e, (5) em consequência de fragilidades das instituições (reais ou criadas) da ordem e da justiça e respectivos procedimentos processuais.

Segundo a apresentação dos casos de assassinatos e fuzilamentos, existem certamente “justificações” por parte dos poderes, dos aspectos (1), (2) e (3). A chicotada encontra aplicação sobretudo nos aspectos (4). Os raptos políticos enquadram-se nos aspectos (2) e (3). Finalmente, os raptos económicos e/ou de ajuste de contas encontram facilidades e, eventualmente, conluio de altos responsáveis e forças de defesa e segurança.

As questões do poder desde a criação da Frelimo (conquista/disputas/defesa) e económicas (sobretudo após a independência) constituem as razões que estão na base da utilização dos métodos repressivos violentos. As questões das lutas pelo poder contêm certamente, elementos ideológicos, étnicos, raciais, etc. As económicas podem envolver, em diferentes casos, pessoas a investigar casos de corrupção, ajustes de contas entre outros.

Quando uma acção violenta recaiu sobre um estrangeiro, o Governo de Moçambique e a PGR, raramente aceitaram apoios de países de origem dos abrangidos para a realização das investigações. Eventualmente, pode-se considerar como uma atitude de soberania e de manifestação das capacidades internas de investigação. Na realidade, como os factos revelam,

¹ Numa entrevista publicada no semanário Savana nº 1157 de 2019, um agente da polícia pertencente à Unidade de Intervenção Rápida (UIR), respondeu à seguinte pergunta: Então, as missões não são só contra os homens armados da Renamo? da seguinte forma: “em Maputo nunca usamos armas contra militares. Conforme eu disse, dão-nos a foto e depois só vão ouvir que um desconhecido foi encontrado morto na zona x, como se tivesse sido um assalto.” Em resposta à pergunta se já tinha realizado alguma missão contra Afonso Dhlakama?, o agente respondeu: “já, só que aquele também é drogado. Para o líder da Renamo, primeiro lhe tentamos no distrito de Moma, mas o falhamos. Em Manica agora, só que aquele senhor não morre”. A uma outra pergunta sobre quem emitiu as ordens em que o agente tinha participado, a resposta foi: “sabe, aqui em Moçambique tem pessoas que nunca são mencionadas, de quem nunca se fala. Quando há problemas, sempre fala a polícia, os militares, mas há uns que sempre ficam por detrás disso: SISE (Serviços de Informação e Segurança do Estado). São grandes, têm informação de tudo isto aqui”.

essa capacidade não existe, ou não é utilizada para determinados casos, e a questão da soberania não passa de uma artimanha discursiva. Se a aceitação de investigadores estrangeiros fere a soberania, o que se dirá à intervenção, em solo moçambicano, de tropas de outros países e da contratação de mercenários?

A suposta fragilidade das instituições da ordem e da justiça pode ser interpretada como uma falácia, caso se admita que, em muitos casos, existem mandantes pertencentes às altas hierarquias do poder (Frelimo, antes e depois da independência) e à subjugação do sistema de justiça ao poder político e interesses económicos, minando-se um dos suportes básicos do Estado de Direito.

A quantidade de assassinatos e raptos, sem que exista, ao fim de muitos anos, alguns resultados das investigações criminais, só se pode entender por uma das razões ou combinação das razões seguintes: (1) incompetência das instituições de investigação criminal e do sistema judiciário; (2) crimes cometidos e encobertos por pessoas ou instituições do poder ou a ele relacionado, a vários níveis, o que se designa por sindicato do crime e/ou captura do Estado por criminosos e máfias de diferentes natureza.

CAPÍTULO 5

CENTROS/CAMPOS DE REEDUCAÇÃO

1. O DISCURSO OFICIAL

“Ainda antes da independência de Moçambique, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), sentia a necessidade de eliminar os comportamentos e costumes associados ao colonialismo português e ao sistema capitalista, criar uma nova mentalidade e uma sociedade socialista. Pelo que ainda em 1974, Armando Guebuza, actual chefe de Estado e na época ministro da Administração Interna do Governo de Transição, anunciou a criação de campos ou centros de reeducação. Na realidade, conforme se verificará neste capítulo, tratava-se de campos de concentração.

O discurso oficial designava por centros para se evitarem analogias com campos de reeducação, de prisioneiros ou mesmo campos de concentração, entre outras designações havidas com o fascismo de Hitler e o extremismo de Estado de Estaline com comportamentos de tipo fascista (ditadura do proletariado), entre outros. Vejamos do que se tratava e qual(is) o(s) nome(s) mais adequados.

Os detidos eram, normalmente, encaminhados para os postos da polícia e, sem qualquer comunicação à família e sem decisão de um tribunal, eram transportados para centros de reeducação, sobretudo no norte do país. Era como um castigo. Eram detidos os considerados marginais sem emprego, prostitutas, “reaccionários”, os infiltrados nas estruturas da Frelimo e do Estado, ou simplesmente, quem era apanhado sem identificação. Houve também decisões discricionárias/de abuso do poder ou de ajuste contas, como por exemplo, o envio para um campo de reeducação de Manuel (Manolo) Cabral, por este namorar com Aurélia, a filha de Aurélio Manave, então governador de Niassa, o que não era desejado pelo governador.

Os centros/campos pretendiam retirar pessoas do meios urbanos sem emprego ou que se dedicavam a actividades de tráficos (droga), de prostituição e outros.¹ O alvo das rusgas alargou-se rapidamente. Além de prostitutas, milhares de outras pessoas, como dissidentes políticos, suspeitos de ligação ao poder colonial português, indisciplinados do aparelho de Estado, alcoólicos, autoridades tradicionais (como régulos e curandeiros não simpatizantes

1 Em um Comunicado do Secretariado do Comitê Central do Partido Frelimo publicado em 12 de junho de 1982 ficou expresso que: A direção máxima do nosso Partido constatou, durante a Primeira da Ofensiva Política e Organizacional, as graves consequências políticas, económicas e sociais que resultam da chegada constante à cidade de Maputo de novas pessoas em grande número vindas do campo com a intenção de se fixarem na capital do país.(...) A migração contínua de camponeses para a cidade já tem duas consequências principais do ponto de vista económico: a diminuição da produção no campo e o aumento do consumo na cidade. (...) “A migração desordenada para os cidadãos provoca a desagregação das famílias, a inadaptação e a frustração de muitos moçambicanos. Ao despovoar os campos, esta migração compromete os nossos planos de desenvolvimento e, em particular, a nossa estratégia de desenvolvimento harmonioso e equilibrado no campo e na cidade. Em resumo, a migração descontrolada para as cidades contribui para perpetuar todas as deformações que a sociedade moçambicana herdou do passado colonial e constitui um obstáculo a todas as transformações revolucionárias que hoje têm lugar no nosso país.”, Cristiane Soares de Santana (2014). Produzir como palavra de ordem: a experiência da Operação Produção em Moçambique. IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História, ANPUH, Aracaju, 21 a 21 de Outubro de 2014. Na época, o ministro Guebuza estimou que existiam 75 mil prostitutas só na capital (embora o número contemple, presumivelmente, mulheres que viviam sozinhas e mães solteiras), como reporta um artigo do jornal português, A Capital de 1974. Maputo possuía na altura, não mais de 500 mil habitantes. Era muita prostituta!

da Frelimo) e Testemunhas de Jeová (uma confissão religiosa que recusa, entre outros, o serviço militar obrigatório), foram apanhadas nas ruas das principais cidades, em particular em Maputo, Beira e Inhambane, segundo relatos em jornais internacionais.¹ Em muitos casos, não ter um documento de identificação era suficiente para a pessoa ser abordada pela polícia e seguir para o centro de reeducação.²

Existe ainda a interpretação, de que os centros de reeducação constituíam um modo de retirar pessoas das cidades, considerando o rápido crescimento da população urbana após a independência e, sobretudo, com o agravamento da guerra civil. Temia-se que a escassez de alimentos e do abastecimento em geral, do desemprego e da inflação provocados pelas mudanças/rupturas económicas e pela saída dos empresários estrangeiros (muitas vezes acusados de praticarem actos de sabotagem, com ou sem comprovação nem julgamento judicial), pudessem provocar tumultos nas cidades.

Apesar de não haver dados oficiais, estima-se que, em 1980, cerca de 10 mil pessoas estariam concentradas em 12 centros de reeducação. O número viria a crescer nos anos seguintes.³ Em Novembro de 1975, foi anunciada a detenção de três mil pessoas em rusgas efetuadas nas cinco principais cidades do país, segundo o jornal tanzaniano Daily News.

2. A PRÁTICA DE IMPLEMENTAÇÃO

As realidades são diferentes dos discursos. As pessoas eram retidas/detidas pelas diversas razões na rua ou por desvios da linha política da Frelimo (membros do Partido, funcionários, opositores, críticos), “carregadas” (“atirados”)⁴ para os centros de reeducação, sem que as famílias soubessem durante meses e anos acerca do paradeiro da pessoa retida/detida, e depois transportada para um centro/campo. Os locais não reuniam alguma condição de alojamento e tudo deveria ser organizado pelos reeducandos.⁵

Decidiu-se criar campos de reeducação, mas a organização da operação foi (propositadamente ou não), totalmente desorganizada, sem criação de condições de habitação, abastecimento de água, e demais condições mínimas de vida, sem respeito pelos direitos humanos e arbitrária.

Os centros de reeducação localizavam-se sobretudo no Centro e Norte do país. Os mais conhecidos eram os de Sakuze na Gorongosa, Unango e M’telela e Msawize em Niassa. Seguiam para os destinos em autocarros ou em voos da companhia aérea nacional, sem pagamento por parte do Estado às Linhas Aéreas de Moçambique (LAM).⁶

1 <http://www.dw.com/pt/as-feridas-abertas-pelo-processo-de-reeducao-em-Moçambique1694890>.

2 André Ernesto Embalato, natural de Gaza, passou também por centros de reeducação. Trabalhava numa pastelaria, em Maputo, quando, em 1975, foi apanhado pela polícia sem documentos de identificação. Esteve igualmente em Sakuze antes de ser transferido para o Niassa.

3 Segundo estudos do historiador e antropólogo Omar Ribeiro Thomaz, da Universidade Estadual de Campinas, no Brasil. Ver também em <https://www.dw.com/pt-002/as-feridas-abertas-pelo-processo-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-em-mo%C3%A7ambique/a-16948901>

4 As expressões “carregadas” e atiradas, são usadas em entrevistas (incluindo de altos responsáveis) da Frelimo.

5 Maria, nome fictício de uma ativista moçambicana, que pediu anonimato à DW África e que acompanhou de perto a Operação Produção, recorda a chegada das pessoas à província do Niassa, a partir de junho de 1983: “a partir das quatro horas, os aviões chegavam ao Niassa com essas pessoas. E daqui eram encaminhadas imediatamente para vários centros. Esses centros não eram na aldeia, eram mato, completamente mato. Cada um recebia os seus instrumentos, enxada, catana, foice, quando chegasse lá, cortava pau, fazia a sua casa para viver. (...) Não posso precisar o número, só sei que passou um tempo e que eram três, quatro voos por dia. Era muita gente”.

6 Na altura com 19 anos, Félix Bingala trabalhava numa loja da Beira quando foi apanhado numa rusga: “carregaram-me. Entrei no machimbombo, fui à 5ª esquadra. Dali mandaram-me para o Grande Hotel. Logo de manhã, apareceram muitos machimbombos, carros, e carregaram-me para Sakuze, na Gorongosa. Atravessei o rio Sakuze. Fomos

O governador de Niassa na altura, recebia os enviados de Maputo para os campos de concentração nas escadas dos aviões, e procurava saber das razões e o que faziam (actividade profissional, se fosse caso). Entre muitos, seguiu para Niassa um docente universitário sem qualquer razão aparente (excepto, se fosse, pelo debate acerca do marxismo em Moçambique), tendo este e outros com profissões e sem razões para serem reeducados, colocados em actividades diversas na província.

A avalanche de presos para a reeducação era de tanta quantidade, que os então governadores (por exemplo de Cabo Delgado e de Nissa) reclamavam para que não fossem enviados mais reeducandos, por não possuírem capacidade de acolhimento e enquadramento. O envio para Cabo Delgado foi suspenso (será porque o então governador era superior hierárquico no partido? Mas continuou para Niassa e outros locais. De Nissa foi sugerido ao então Ministro do Interior, responsável pela “operação”, que o docente universitário voltasse para Maputo, ao que lhe responderam, se a proposta se deveria ao facto de ser branco.

O discurso oficial afirmava que se pretendia reeducar os moçambicanos para ganharem a vida honrosamente, integrados na sociedade. O “Homem Novo” sairia “educado” dos centros, com uma profissão, para viver na sociedade. Para o efeito seriam organizadas actividades produtivas (sobretudo a produção agrícola), no quadro da ideia de que o “trabalho liberta”. A partir dos centros, seriam construídas cidades e o campo seria o contexto de “purificação” dos vícios inculcados pelo colonialismo e capitalismo, pela sociedade tradicional (reaccionária, obscurantista, aliada do colonialismo) e pelos vícios das cidades. Pretendia-se ainda retirar das cidades desempregados e evitar o aumento da criminalidade, sobretudo na capital, em consequência, em parte, à forte redução da emigração para a África do Sul. O meio rural surgia assim, como no Salazarismo, como o contexto dos valores da moral e do “bom comportamento”. Era o designado “O Homem Novo que ... nesta revolução, transformámo-nos transformando já profundamente as relações entre nós próprios e entre cada um de nós e o mundo...”.¹

Chissano elogia o processo reeducativo, como disse numa entrevista, em 2012 (cerca de 30 anos depois), à DW África: “foi pena que nós não [continuássemos] a ter campos de reeducação.² Porque não eram campos de tortura, eram realmente de reeducação. A pessoa regenerava-se. Nós criámos campos para pessoas criminosas, pessoas que tinham roubado ou até tinham assassinado. E eram reabilitadas. Era um lugar onde as pessoas faziam a sua agricultura, tinham o seu rendimento, refaziam a sua vida, tinham alfabetização, aprendiam ofícios”. Este é um dos discursos típicos de encobrimento, da autojustificação do injustificável, da “peneira a tapar o sol”, em resumo, da mentira, do diversionismo e da recusa de reconhecimento dos erros.³

para o mato. Disseram-nos: aqui têm de construir cidade, trazer as vossas mulheres para aqui, para tirar as ideias do tempo colonial, para nos ‘lavar a cabeça’. E ficámos. Era muita gente, toda a raça estava acumulada ali: moçambicana, mista, portuguesa, havia uma mistura de pessoas em Sakuze”, recorda.

Desde esse momento, há 38 anos atrás, Félix Bingala rompeu irremediavelmente ligação com o passado: “desde que estou aqui não tenho possibilidade de contactar com a família. A minha família até pode dizer: ele já morreu; e eu ainda estou vivo”, admite. Em <https://www.dw.com/pt-002/as-feridas-abertas-pelo-processo-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-em-mo%C3%A7ambique/a-16948901>

1 “Reeducação e legalidade, fabricam o Homem Novo”, é o título de dum artigo no jornal Notícias, de 29/8/81. Nesse texto, refere-se que Samora Machel, embora enalteça e valorize a reeducação, certifica-se de casos de injustiça e que foram detidos e enviados para Msawizi por intrigas.

2 Diz “campos”, não “centros” de reeducação

3 Ao longo do livro, podem-se ler depoimentos e referências de autores e textos, que revelam total contradição com as palavras de Chissano, outros dirigentes e órgãos da Frelimo e do governo, acerca dos campos de reeducação. O filme Virgem Margarida de Licínio de Azevedo, representa com veracidade o fenómeno dos campos de reeducação.

3. A VIDA NOS CENTROS DE REEDUCAÇÃO

Depois da ida para os centros de reeducação em espaços rurais, sem alguma habitação ou condições de alimentação, água, centro de saúde, escolas, etc., os recém-chegados tinham que construir as casas com material local, abrir matas para a produção agrícola, buscar água e demais afazeres da vida nos centros/campos de reeducação/concentração. Tinham também reuniões para a transmissão da propaganda política e ideológica da Frelimo, e a aprendizagem do marxismo-leninismo. A organização da vida era típica a de um quartel.

Juntavam-se no mesmo espaço, prostitutas, desempregados, pessoas com pequenos crimes, ladrões, funcionários públicos, etc., pessoas de diversas origens sociais e étnico-linguísticas.

Tentativas de fuga raramente tinham sucesso. Ou eram apanhados pelos militares do centro/campo, ou denunciados pela população das aldeias circunvizinhas, ou devorados por animais selvagens.¹ O então Ministro do Interior, em Abril de 1976, num campo de reeducação em Niassa, deu instruções ao comandante do campo para executar sumariamente todos quantos tivessem a ousadia de dali fugir.² As punições eram severas, como por exemplo: “Até havia uma cova grande. Se você praticou alguma coisa, você desce com a escada até lá, tira a escada, fica ali, “caga ali, mija”, de manhã tira, comida vem, recebe e come. Essa era a punição”.

Quanto ao quotidiano, o ex-reeducando lembra: “de dia é trabalho, pegar a enxada para a machamba, ir à pesca, fazer cestas (quem soubesse), comida para a gente comer. Mas a comida não chegava para tudo e vinha da província para lá. Houve dificuldades mesmo. Se alguém saísse um pouco, a população iria amarrar. Nós éramos chamados presos, éramos amarrados, bem esticados. Tinha que se cortar cabelo “assim”, usar saco, para se saber quem é fugitivo.

“A vida é de ser mandado, de ser batido de qualquer maneira. Quem não obedecia à ordem era batido. Quando tocava o apito, devia-se correr, se fosse quando se estivesse a comer devia-se deixar a comida e receber ordem. Se não receber ordem tem porrada, acontecia assim”, diz André Ernesto Embalato.³

Uma grande mortalidade aconteceu nos centros. Falta de assistência médica e medicamentosa, condições de vida ou fuzilamento desde que apanhados em fuga ou tentativa de fuga. Segundo o livro “Uria Simango - Um homem, uma causa” de Barnabé Lucas Ncomo, dos 1.800 prisioneiros que lá entraram, desde 1975, menos de 100 saíram com vida, até 1983.

Segundo a mesma fonte, “em M’telela ou nas imediações, terão morrido, por exemplo, Uria Simango e Joana Simeão, personalidades ligadas à fundação da Frelimo, que viriam a ser acusadas de traição” (veja nos capítulos 1 e 4).

Os centros foram, sobretudo em Sakuze, campos de recrutamento de pessoas que conseguiram fugir e se integraram na Renamo. André Matsangaissa, que pertencia ao exército moçambicano, foi punido por algum motivo (ou não), e enviado para o centro de reeducação de Sakuze na Gorongosa, de onde conseguiu fugir, tendo-se integrado na Renamo, onde foi seu máximo dirigente e comandante militar.

1 “Quem esteve em Msawize, e tentava fugir, era comido pelos leões, conta o meu pai (ex-chefe da...na cidade da Beira e das FPLM/ SNASP, na reforma)”.

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/08/msawize-outro-campo-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-violento-inaugurado-pelo-falecido-daniel-saul-nbanze.html#more

2 <https://grupospeciais.blogs.sapo.pt/tag/campos+de+reeduca%C3%A7%C3%A3o>, Canal de Moçambique - Editorial, 15 de Outubro de 2010.

3 Idem, *Ibidem*.

Um ataque da Renamo na estrada entre Unango e Lichinga, a 6 de Dezembro de 1984¹, fez parar um grande projecto agrícola em Unango, com apoio da então República Democrática da Alemanha.²

Num seminário de balanço da implementação dos campos/centros de reeducação, constatou-se: “Tendo concluído que os sucessos atingidos comprovam a justeza da linha política do Partido Frelimo e das medidas tomadas pelo Governo e com vista à reeducação de milhares de marginais e delinquentes que enxameavam sobretudo as zonas urbanas do país, o Seminário fez um apelo ao engajamento cada vez mais activo das outras estruturas do Estado e das Organizações Democráticas de Massas³ em todo o processo de reeducação, dentro do princípio de que a reeducação é tarefa de toda a sociedade” (Revista Tempo, N°485, 1980, pp.2).⁴

Perante pressões internacionais, diz-se que Samora ordenou a realização de “inquéritos confidenciais sobre as condições de vida nos campos, em finais de 1981, que acabariam por conduzir à suspensão do ‘processo reeducativo’”.⁵

Dizia-se que as pessoas já estavam educadas e que queriam construir uma cidade em Unango. Diz-se que Unango era o sonho de Samora Machel, para a construção de uma nova cidade no campo. Porém, “O Presidente Samora prometeu-nos que, antes da construção de novas infraestruturas em Unango, nós devíamos beneficiar de novas casas”, disse-nos um cidadão que optou pelo anonimato. E acrescenta: “O Presidente Samora, prometeu que o Estado iria comprar mobília e tudo. Que íamos tomar conta de tudo isto”, disse um entrevistado, que, por isso, acabou desabafando que “estamos abandonados. Ninguém cumpriu o que Samora prometeu e ninguém recebe nem sequer o subsídio social básico”.⁶

1 Outras fontes indicam a data de 6 de Dezembro do mesmo ano.

2 “Oito cidadãos da RDA, um trabalhador jugoslavo e cinco moçambicanos morreram. Até hoje, não se sabe ao certo quem levou a cabo o ataque”, <https://www.dw.com/pt-002/unango-o-ataque-que-parou-a-ajuda-da-rda-a-mo%C3%A7ambique/a-55741707>.

3 As organizações de Massas eram e são parte integrante da Frelimo, como por exemplo, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e os Conselhos de Produção (CP).

4 Esta constatação foi feita pelos participantes ao II Seminário dos Serviços de Reeducação, que decorreu em Maputo, de 15 a 19 de Janeiro de 1980.

5 <https://www.dw.com/pt-002/as-feridas-abertas-pelo-processo-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-em-mo%C3%A7ambique/a-16948901>

6 https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2016/12/infra-estruturas-unango-realiza-sonho-de-samora.html. A mesma fonte, apresenta mais testemunhos: “Hoje com 63 anos, Manuel já não pensa em regressar a Maputo. “Quero morrer aqui, também é Moçambique”. Desde que chegou ao Niassa, por opção, nunca se preocupou em criar família, alegando diferenças culturais muito profundas.

Alberto Nhate, outro cidadão entrevistado pela nossa Reportagem, que vivia em Maputo, diz ter chegado a Unango em 1976 e pelos mesmos motivos evocados pelo anterior interlocutor prefere viver solteiro. Nhate gostaria de regressar a Maputo, sua terra de origem, contudo diz que está desprovido de meios para empreender a viagem, pelo que “sei que vou morrer sozinho”. Jaime Tivane vivia na Mafalala. Chegou a Unango em 1975. Também vive sozinho, alegadamente porque não se adaptou aos hábitos culturais da região.

Ester João Machava tem uma história diferente. Vivia em Maputo. Parou nas bandas de Unango em 1984 acompanhada do seu marido que cumpria o serviço militar. “Tenho cinco filhos adultos. Estudam cá. Não querem ir a Maputo. O meu marido lobolou-me, por isso não posso levar os meus filhos à força, decidi morrer aqui”, ressalva. A grande felicidade de Ester foi o reencontro, trinta anos depois, com a sua mãe que já estava em Unango, facto que teve lugar no Centro de Saúde de Malulo, sede do distrito de Sanga. Bernardo Thole Alfanelo, 59 anos, vivia na cidade da Beira quando foi enviado para Unango. “Cheguei aqui em Junho de 1979”, lembra-se. Celina Wilson Nhambe é a rainha do bairro Armando Guebuza onde vive grande parte da comunidade constituída por aqueles cidadãos. Chegou em 1987 proveniente de Moamba, província de Maputo, ao encontro do seu pai que já tinha sido amnistiado. Porque o pai era régulo entre membros da comunidade provenientes do Sul do país, acabou designada rainha.

Sithole Hebede Jossias é o secretário do bairro Armando Emilio Guebuza, onde vive o remanescente das famílias. Disse à nossa Reportagem que desse grupo restam hoje 50 famílias. Sithole, que vivia em Manica, chegou a Unango em 1983. A sua família seguiu-lhe um ano depois. Tal como alguns membros da comunidade sonha um dia regressar à terra de origem. Falando sobre a falta de um posto policial e de uma escola primária, sublinhou que o problema já foi apresentado inúmeras vezes ao chefe do posto administrativo de Unango e até ao próprio administrador do distrito de Sanga, sem lograr soluções”, https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2016/12/infra-estruturas-unango-

No âmbito dos sonhos de Samora foi construída em Unango uma faculdade de Ciências Agrárias, posteriormente integrada na Universidade Lúrio.

As pessoas poderiam sair dos centros, mas nada ou pouco o Estado fez para o efeito. Cada um que resolvesse a vida individualmente ou com ajuda das famílias. Muitos ficaram em diversos sítios em Niassa, incluindo no Unango. Outros, regressaram desprovidos de meios para as suas terras de origem.

4. RESUMO

Os centros/campos de concentração tinham como objectivo, segundo os discursos, transformar os cidadãos com diferentes práticas de marginalidade (pequenos ladrões, prostitutas, etc.), desempregados, opositores políticos, no Homem Novo, cujo perfil nunca foi definido. Pressupõe-se, em dedução de vários discursos e das práticas dos centros/campos, que seja um trabalhador consciente da sua condição de classe, defensor da revolução, segundo o entendimento da Frelimo, patriota, produtor, gerador de rendimento e liberto dos vícios da cidade, do colonialismo e do capitalismo. Assim, surge o campo como o “purificador” de vícios, espaço de valores políticos e sociais “à la Frelimo”, local de produção. Os centros se transformariam em cidades no campo. Por isso, Niassa a maior província em termos de superfície e a de menor densidade de habitantes. Era necessário habitar o território com “cidades no campo”.

A prática assentou na captura, em rusgas realizadas nas ruas das cidades, sem qualquer fundamento jurídico ou legitimidade política ou de outra natureza. Muitos cidadãos foram detidos sem que tivessem os “maus comportamentos” tipificados nos discursos. As famílias ficaram sem saber do paradeiro dos seus entes queridos durante anos.

Os centros/campos não possuíam qualquer condição de recepção das pessoas e ocuparam espaços descampados, na savana ou em florestas e zonas de difícil acesso. A vida era em regime militarizado, com punições, que já eram praticadas pela Frelimo durante a guerra de libertação nacional (por exemplo, enviar as pessoas para um buraco, conforme se refere acima no texto), fortemente controlada por militares, possuíam aulas de propaganda da linha política da Frelimo (o “Homem Novo”), à luz do papel dos comissários políticos da Frelimo, e a população circunvizinha desempenhava, voluntariamente ou não, o papel de vigilantes e informadores.

Independentemente do discurso, princípios e filosofias que eventualmente sustentavam o conceito e objectivos dos centros de reeducação, na realidade, eram, no essencial, campos de concentração. A hipótese de retirar pessoas das cidades com o objectivo de evitar tumultos, deve ser considerada em consequência da deterioração das condições e do custo de vida de uma população urbana em rápido crescimento sem que houvesse condições de vida, de emprego e de geração de rendimento.

Os centros de reeducação reflectiam a natureza militar(ista) e autoritária de Frelimo, com decisões centralizadas definidas por uma elite minoritária que dominava o poder em nome de um colectivo (povo), e opções que desrespeitavam o indivíduo nos seus direitos fundamentais e sobre ele se aplicava a “violência revolucionária”, contra os direitos humanos. Nenhum suposto bom objectivo é justificado por esses meios. O que é admirável, é que mais de 30 anos depois, personalidades, como Joaquim Chissano, digam e cito, repetindo uma citação

acima: “foi pena que nós não [continuássemos] a ter campos de reeducação. Porque não eram campos de tortura, eram realmente de reeducação. A pessoa regenerava-se”. Certamente que os mentores dos centros/campos de reeducação é que se deveriam regenerar. Esta entrevista de Chissano revela que o Homem, como ser humano e como indivíduo, era absolutamente substituído por mandantes autoritários que conheciam (conhecem) a realidade e as atrocidades e que possuíam (e possuem) grandes habilidades discursivas do engano, da mentira e da manipulação conscientes.

CAPÍTULO 6

RESUMO

A Frelimo revelou, desde a sua fundação, um forte sentido de monopólio do poder, utilizando para a sua conquista e defesa, os meios que fossem necessários: crítica interna¹, depuração de fileiras, castigos corporais, expulsões, desaparecimento de pessoas, fuzilamentos e assassinatos. O discurso/propaganda da trilogia unidade-crítica-unidade (nesta segunda “unidade” a um nível mais consistente/sólido de coesão), eram elaborados em torno de princípios/ideias, ideologias e objectivos determinados, quase sempre veiculadas por minorias muito restritas no seio das diferentes lideranças. A terceira fase, a (o segundo estágio das “unidades”), depois da crítica, significava a convergência formal ou não, em torno das lideranças. Esta característica foi, e é, suportada por métodos autoritários, autocráticos, cruéis e sem respeito pelos direitos humanos e liberdades das pessoas.

Sobretudo depois da independência e em particular após as reformas económicas, as lógicas das lideranças tinham, como motivação central, manter a funcionalidade entre dois objectivos simultâneos, isto é, a preservação e defesa do poder, a obtenção de rendimentos pessoais e de grupos. Para este efeito, a Frente de Libertação manteve os mesmos métodos da defesa do poder, e estabeleceram-se alianças de interesses económicos assentes em laços familiares (a confiança de sangue), de fidelidades identitárias (região e etnia) e a confiança e protecção do Partido. Poder e negócios, são os objectivos das lideranças aos diferentes níveis.

Face ao referido, pode duvidar-se das intenções das nacionalizações. Isto é, se não existia, já, mesmo que para uma maioria (mas dominadora do poder), da elite da Frelimo, a intenção da recuperação futura dos patrimónios e das oportunidades dos negócios nacionalizados após a independência. O certo é que, aquando das privatizações, foram, em grande parte, os mentores e executores das nacionalizações, aqueles que mais se beneficiaram das liberalizações dos mercados, da venda das empresas estatais e do acesso a recursos financeiros, seja da banca como do Orçamento do Estado, inclusivamente através de fundos especiais e destinadas para o efeito. Os então “comunistas”, viraram açambarcadores de rendas por via do governo e do partido, transformados em plataforma distribuidora de recursos, poder, regalias e protecção judicial. Os partidos políticos, incluindo a Frelimo, têm a arte da navegação em “águas profundas” e em objectivos de longo prazo.

Perante a pouca cultura empresarial, conhecimentos de gestão, das especializações técnicas e dos mercados (nacionais e internacionais), foram estabelecidas alianças com empresários e capital externo e com países que, sob a umbrela da cooperação e da solidariedade, buscavam condições de preferência na actuação das suas multinacionais e empresas. Gerou-se a indústria da corrupção aos diferentes níveis, cujos montantes envolvidos respeitam as hierarquias nas burocracias da Frelimo. A corrupção generalizou-se e tornou-se sistémica, fazendo parte dos mecanismos de alianças do poder. Dificilmente uma empresa com capital externo, independentemente da dimensão, não possui uma “contraparte/”sócio”” nacional que tem como função, agilizar processos e dar cobertura política, cobrando para isso, um valor periódico, ou de pagamento único ou regular, como se tratasse de um salário.

¹ Eram as chamadas de crítica e autocritica no quadro do se apelidava de “unidade-crítica-unidade”, trilogia mencionado acima.

O nacionalismo/”soberania” é, possivelmente, o único elemento identitário de natureza ideológica, mesmo que, em muitos contextos, através de discursos não verdadeiros. O populismo é somente uma opção instrumental de mobilização dos cidadãos em função de agendas/objectivos de cada fase: primeiro durante a luta pela independência, a pátria e a nacionalidade, considerando a importância da base social alargada no contexto de uma guerra de guerrilha e de um “inimigo comum” do povo, o colonialismo e a exploração. Depois da independência e até meados da década de oitenta, o discurso marxista é uma opção influenciada por uma minoria muito restrita (quicá genuína nesse grupo restricto), que, desde o II Congresso (1968), radicalizou os pronunciamentos políticos com o objectivo de mais apoio dos países socialistas, numa opção ideológica desprovida de realismo, considerando o desenvolvimento económico do país, a estrutura social, os contextos regionais e internacionais.

O discurso socialista surge combinado com o nacionalismo e o populismo, com o mesmo objectivo de reunir os moçambicanos em redor do que, em grande parte, correspondia com os anseios populares da liberdade, de melhores condições de vida, da eliminação das formas mais violentas de repressão, da afirmação de uma cidadania, mais direitos sobre os recursos naturais. Depois das reformas, emerge o que se pode considerar de liberalismo de mercado selvagem, economia especulativa e de maximização de renda, assente em comportamentos e alianças do que tipifica o “mundo cão”. O poder e o Estado, transformaram-se em plataformas hierarquizadas e articuladas de defesa e distribuição de recursos e de oportunidades de negócio.

Em termos ideológicos, não será desajustado que as ideologias inconstantes da Frelimo tiveram e têm como abstracto comum, ao longo dos anos, a defesa do interesse das suas elites, do Partido, e, em algumas circunstâncias, de Moçambique. Os discursos são adaptados às circunstanciais. Em resumo, a Frelimo, enquanto instituição política não teve, nem tem, ideologia consolidada, coerente e continuada no tempo, suportada pela maioria dos militantes. A Frelimo é uma organização política sem ideologia, extremamente habilidosa no discurso, com diplomacia experiente onde se procura maximizar os proveitos das relações externas. É a especialização, desde sempre, do “tô pidir”, assente em equilíbrios desequilibrados de curto prazo.

A Frelimo é experiente na configuração de alianças internas através de compromissos de silêncios de sangue, de actos de corrupção e de mentiras institucionais. Para o efeito, distribuem-se negócios, benesses, mordomias e cargos políticos, que reforçam interesses económicos e acesso a recursos, salários sem trabalho e tolerância perante ilegalidades cometidas. Perante situações complexas e sensíveis, como o desaparecimento de pessoas, fuzilamentos, raptos, corrupção, etc., a Frelimo está treinada na arte da mentira, do diversionismo, do silêncio, da intriga e do “deixa andar”, acreditando-se no esquecimento da memória colectiva.

A Frelimo tem como activo principal ter sido a força decisiva (mas não única) na conquista da independência e com isso, o surgimento de mais um país soberano. Significa, o nascimento de uma pátria e o desejo de construção de uma nação, assente na afirmação de culturas e identidades diversas. Tem o activo de, não obstante os interesses políticos e económicos, contribuir para a independência do Zimbabué e o fim do apartheid. Apesar dos indicadores por habitante não terem melhorado, houve evolução quantitativa nas áreas da saúde e educação, da habitação, de infraestruturas de transportes, nas comunicações, o acesso a novas tecnologias de informação, no abastecimento de água e energia.

Os elementos de continuidade política e ideológica, nas formas de actuação e nos objectivos genuínos, são principalmente os seguintes:

- O nacionalismo e o patriotismo veiculados por discursos populistas, muitas vezes manipulatórios, para obtenção de apoios sociais.
- Ausência de ideologia sustentada e coerente, com ajustamentos de discurso, em função de objetivos do país e de grupos políticos e económicos no seio do poder.
- Liderança exclusivista (incluindo no seio da Frente e depois do Partido Frelimo), assegurados, muitas vezes com métodos autoritários e de repressão violenta à margem da lei.
- Opções económicas de curto prazo, mesmo que com um período “socialista”, cujo suporte ideológico não representava a maioria das lideranças que, numa primeira oportunidade, transformaram o Estado numa burocracia fragilizada para facilitar a obtenção de recursos, negócios e de defesa de interesses por meios não transparentes e corruptos e, por outro lado, um sistema de repressão violento contra opositores e críticos.

Como último parágrafo do livro, repete-se a parte final da introdução: O autor sabe e conhece militantes que merecem o maior dos respeitos e admiração, não somente pelos contributos às causas do país e dos moçambicanos, como pelas suas posturas de seriedade, honestidade, ética e coerência. Mas não são muitos casos, infelizmente!

